



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 70

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 31 de maio de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Carlos Freitas e, posteriormente, pela Deputada Elisa Sousa) e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados os seguintes votos:

– **Voto de Congratulação aos Enfermeiros dos Açores pela comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro – 12 de maio**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Ana Quental (*PSD*) e usado da palavra os Srs. Deputados Tiago Lopes (*PS*), José Pacheco (*CH*) e Rui Martins (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação à Casa do Triângulo pela comemoração dos 25**

anos, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira (*PS*) e usado da palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário da Casa do Triângulo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– Voto de Congratulação pela atribuição à Azores Wine Company do troféu Empresa de Vinhos do Ano e do Prémio Melhor Vinho Branco de Portugal, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Marta Matos (*PS*) e usado da palavra os Srs. Deputados Carlos Freitas (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– Voto de Congratulação à Fábrica de Conservas de Santa Catarina pela conquista, pelo 11.º ano consecutivo, do Prémio “O Melhor dos Melhores” no Concurso Nacional de Conservas de Pescado, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*) e usado da palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira (*PS*) e o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário da Igreja do Imaculado Coração de Maria - Lugar das Terras, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– Voto de Congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo da Vila das Lajes, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Soares (*PSD*) e usado da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação a Mariana Cabral pela conquista da Taça de Portugal de futebol feminino**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Saudação ao Padre Duarte Melo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Célia Pereira (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Saudação pela participação da seleção Açores nos Jogos das Ilhas**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e usado da palavra os Srs. Deputados Paulo Gomes (*PSD*) e Vílson Ponte Gomes (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Mesquita**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Pesar pelo falecimento de António Frederico Correia Maciel**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Pesar pelo falecimento de António Frederico Correia Maciel**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), o referido

voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Pesar pelo falecimento de Norberto Ávila](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Pesar pelo falecimento de Armando de Freitas Amaral](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*) e usado da palavra as Sras. Deputadas Ana Luís (*PS*) e Salomé Matos (*PSD*), bem como o Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Carreiro Batista](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado José Contente (*PS*), o referido voto foi, igualmente, aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado António Lima (*BE*) usou da palavra para fazer uma **declaração política**, na qual intervieram os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Carlos Silva (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*) e Rui Martins (*CDS-PP*), bem como a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Posteriormente, foi debatida a [Anteproposta de Lei n.º 5/XII – “Regulamentação da Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a apresentação do diploma por parte do Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Alexandra Manes (*BE*), Tiago Lopes (*PS*), Ana Quental (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*).

Seguiu-se a [Anteproposta de Lei n.º 10/XII – “Décima quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho”](#), apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM.

A apresentação do diploma coube à Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*), tendo usado da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), José Pacheco (*CH*), Antonio Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Carlos Furtado (*Independente*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Por fim, avançou-se para o debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 24/2007/A, de 7 de novembro, que aprova o regime jurídico da atividade apícola e da produção, transformação e comercialização de mel na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada pelo Governo.

Feita a apresentação por parte do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*), usaram da palavra para participar no debate os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata (*IL*), Alexandra Manes (*BE*), Marco Costa (*PSD*), Patrícia Miranda (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Andreia Cardoso (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e António Lima (*BE*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade **Carvalho**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa **Ponte Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima de **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Chega (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados:

Esta manhã está reservada ao **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, conforme deliberado pela Conferência de Líderes.

Os tempos são os seguintes para este período: o Partido Socialista dispõe de 48 minutos; o PSD de 40; o CDS-PP dispõe de 16 minutos; o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem, cada, de 12 minutos; as Representações Parlamentares do Chega,

da IL e do PAN dispõem, cada, de 10 minutos; o Sr. Deputado independente de 5 minutos para este período legislativo; e o Governo dispõe de 20 minutos.

Vamos dar início à apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa. O primeiro voto é um voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, aos enfermeiros dos Açores.

Tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação aos Enfermeiros dos Açores pela comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro – 12 de maio

12 de maio é o dia do calendário em que todos os enfermeiros do mundo estão de parabéns, sendo que eles celebram a vida e a enfermagem todos os dias!

A comemoração deste dia, criado em 1974 pelo Conselho Internacional da Enfermagem, assinala o nascimento de Florence Nightingale, considerada a fundadora da enfermagem moderna.

Florence Nightingale introduziu disciplina, rigor e atenção constante nos cuidados mais humanizados e sanitários. Deu importância à higiene, ao arejamento, ao sol e ao ar puro nas enfermarias da época, tornando assim o ambiente mais propício a atender os doentes.

O Dia Internacional do Enfermeiro, em homenagem a todos eles, tem como objetivo salientar a sua importância na prestação de cuidados de saúde às populações de todo o mundo.

E se dúvidas houvesse, certamente que foram dissipadas com a pandemia por que passamos!

Se a importância do enfermeiro era já uma evidência, quando o mundo inteiro foi atingido pela COVID-19, eles ganharam uma relevância ainda maior, pois o seu

trabalho tornou-se imprescindível para proteger, cuidar, e salvar vidas.

Mas não foi apenas nos hospitais, nos centros de saúde, nos lares, nas clínicas e nas residências. Também nos aeroportos, nos portos, nos postos de testagem massiva, numa luta titânica contra um inimigo desconhecido, por vezes debaixo de condições muito adversas.

Entre nós, nos Açores, os enfermeiros nunca baixaram os braços!

Pelo contrário, demonstraram uma grande capacidade de adaptação, resiliência e resposta à realidade vivida.

Estiveram sempre na linha da frente no combate à pandemia, além de se desdobrarem em horários sobrecarregados, passando dias e semanas longe da família, para, assim, protegerem e cuidarem de quem mais precisava.

Os enfermeiros açorianos reorganizaram-se em equipas e serviços para prestarem cuidados não só aos doentes com Covid, mas a todos os outros que sofriam para além da pandemia.

Os enfermeiros açorianos, pelo seu espírito de equipa e de solidariedade, que tanto caracteriza o “ser ilhéu”, juntaram-se aos colegas das ilhas sem hospital, colaborando na “Operação Periferia”, que foi grande em importância para a proteção das populações.

Os enfermeiros açorianos já administraram mais de meio milhão de vacinas e já fizeram mais de 1 milhão de testes!

Foi também com a sua ajuda e empenho dos enfermeiros dos Açores que se conseguiram as mais baixas taxas de incidência. De modo que, a importância dos enfermeiros na sociedade atual é indiscutível.

Em abril de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial de Saúde afirmava que “os enfermeiros são a espinha dorsal de qualquer sistema de saúde” e “muitos encontram-se na linha de frente na batalha contra a Covid-19.”

São também a maior classe trabalhadora na saúde, representando mais de 50% dos seus profissionais.

No entanto, os desafios continuam e os enfermeiros açorianos não baixam os braços! Adaptam-se e reinventam-se!

Nesta fase de maior acalmia, os enfermeiros continuam a dar o seu melhor, contribuindo para a retoma da atividade assistencial, bem como na recuperação das listas de espera, porque têm consciência que no campo da enfermagem e dos cuidados médicos urge acelerar a recuperação pós-pandemia, manter os resultados em saúde pública e retomar o caminho da saúde para todos.

E que melhor tema teria sido escolhido pelo Conselho Internacional de Enfermagem para celebrar o Dia do Enfermeiro este ano: “Enfermagem: Uma voz para liderar – Investimento na Enfermagem e Respeito pelos seus Direitos para garantir a Saúde Global.”

O intuito é continuar a promover o trabalho da enfermagem e lutar pelos seus direitos, por um ambiente de trabalho seguro, salários dignos e a sua inclusão na tomada de decisão.

O Conselho Internacional de Enfermagem (INC) defende que: o investimento na enfermagem é um benefício para a sociedade e não um custo!

Para o Conselho Internacional de Enfermagem, “as enfermeiras são a força vital dos sistemas de saúde em todos os lugares e devem ser reconhecidas pelo que são – um bem precioso que precisa ser nutrido e reconhecido. A pandemia mostrou ao mundo que os enfermeiros são valiosos para a saúde das nações: agora cabe a cada nação mostrar aos seus enfermeiros o quanto são valorizados, investindo em empregos, educação, liderança e prática em enfermagem.”

Pelo esforço, dedicação e humanismo que colocam todos os dias no desempenho das suas funções, bastante evidenciado durante a pandemia, os enfermeiros dos Açores merecem o nosso respeito e agradecimento.

Um bem-haja a todos os enfermeiros do Mundo, em especial aos Enfermeiros dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do

PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em assembleia plenária no mês de junho de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação aos Enfermeiros dos Açores pela comemoração de mais um Dia Internacional desta classe.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Ordem dos Enfermeiros-Açores, e à Secretaria Regional da Saúde e Desporto.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 31 de maio de 2022

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Ana Quental, Paulo Gomes, Elisa Sousa e Salomé Matos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá associar-se a este voto de congratulação. Efetivamente, os enfermeiros constituem a maior força profissional do sistema de saúde. Para além da coluna dorsal, como referido pelo diretor-geral da OMS, são elementos charneira na ligação entre profissionais e os diferentes serviços de saúde.

E por toda a capacidade, efetivamente, demonstrada ao longo dos últimos anos e, sobretudo, ao longo dos últimos meses, naquilo que diz respeito à sua capacidade de adaptação, de resiliência e de resposta, o Grupo Parlamentar do PS associa-se a este voto e demonstra a sua homenagem e o seu agradecimento por todo o esforço e dedicação demonstrados no trabalho que desempenham em prol da nossa saúde.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PS enaltece, efetivamente, todo o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos meses e associa-se a este voto de congratulação.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega associa-se também a este voto, enaltecendo também estes profissionais, até pela época que nós passamos, por esta pandemia que continuamos a passar, o esforço que estas pessoas fizeram.

Mais do que ser uma profissão, os enfermeiros é uma vocação, como algumas outras profissões que nós temos. Não é quem quer, é quem pode ser. E o trabalho humano, o trabalho de dedicação que têm feito para com as populações tem sido muito, muito, muito importante.

E aqui um bem-haja a todos os enfermeiros, a todos estes seres humanos, homens e mulheres, que tudo fazem para que o seu semelhante tenha uma vida melhor, tenha um bem-estar melhor, quer físico, quer psíquico.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

De forma muito breve, para dizer que o Grupo Parlamentar do CDS se associa a este voto aqui trazido pelo PSD, porque, obviamente, os profissionais de

enfermagem, até basta atentar os números, em número são, efetivamente, a força de trabalho especializado que mais prevalece no Sistema Regional de Saúde, tanto nos hospitais, como unidades de saúde de ilha. E isso também demonstra bem a importância que eles têm no desenvolvimento e na prossecução de bons cuidados de saúde.

Por isso, obviamente, associamo-nos a este voto, saudando também a passagem deste Dia Internacional da Enfermagem.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito bom dia a todos.

O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado.

O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à Casa do Triângulo. Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação à Casa do Triângulo pela comemoração dos 25 anos

A Casa do Triângulo, situada em São Miguel, na cidade de Ponta Delgada, celebrou, no passado dia 1 de maio, 25 anos de existência.

A Casa do Triângulo foi criada a 1 de maio de 1997, por um grupo de pessoas naturais das três ilhas do triângulo, Pico, Faial e São Jorge, tendo posteriormente sido registada, a 19 de novembro de 1999, com o empenho do então Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, Dr. José Contente.

A Casa do Triângulo é caracterizada como um porto de abrigo, pois, ao longo destes 25 anos, a sua função, para além de promover atividades de carácter cívico, social, cultural e recreativo, é acolher famílias deslocadas destas três ilhas, na ilha de São Miguel, resultante de diversos problemas, com especial destaque para o apoio aos doentes e/ou seus acompanhantes que se deslocam para obterem cuidados de saúde e que sejam economicamente carenciados.

A 10 de dezembro de 2000 é inaugurada a sede da Casa do Triângulo, a qual mantém as tradições e costumes das três ilhas, nomeadamente os bailes de chamarrita, as sopas do Divino Espírito Santo, promovidas uma vez por ano, como forma de juntar todos os seus sócios e também angariar fundos.

Atualmente, a associação conta com 257 sócios, 113 da ilha do Pico, 77 da ilha do Faial, 49 da ilha de São Jorge e 18 de diversas partes.

Gostaríamos de realçar o papel dos primeiros dois sócios, o Sr. Fernando Manuel de Castro Rocha (natural da ilha do Pico) e o Sr. Jorge Manuel Laranjo da Costa (natural da ilha do Pico também), na criação desta associação, que atualmente tem Carlos Adalberto Silva, como Presidente da Direção.

A Casa do Triângulo recebe, nos tempos atuais e anualmente, à volta de duas mil pessoas deslocadas dessas ilhas, daí o papel cívico, cultural, humano e social que a mesma representa, não só para o triângulo, mas também para a ilha de São Miguel.

Pela reconhecida importância, cultural, social e humanitária, bem como pelo compromisso de ajuda ao próximo, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentar, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de

Congratulação pelos 25 anos da Casa do Triângulo.

O presente voto deve ser dado conhecimento ao Presidente da Direção da Casa do Triângulo, às Câmaras e Assembleias Municipais de Velas, Calheta, São Roque do Pico, Madalena, Lajes do Pico e Horta.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 31 de maio de 2022

Os Deputados, Vasco Cordeiro, Maria Isabel Teixeira, Mário Tomé, Marta Matos, Tiago Branco e Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se, como é natural, a este voto pela importância que esta associação tem naquilo que é manter as tradições destas três ilhas do triângulo, mas acima de tudo pelo apoio que dão a todos aqueles que se deslocam e os procuram, principalmente no alojamento, no apoio quando estão na cidade de Ponta Delgada.

E é um apoio muito importante para quem reside aqui nestas ilhas do triângulo e tem que se deslocar à ilha de São Miguel, muitas vezes em situação de grande vulnerabilidade, porque muitas vezes a verdade é que vão por motivos de saúde. E têm tido um papel fundamental e muito importante no apoio a estas pessoas que se deslocam à ilha de São Miguel.

Como tal, associamo-nos a este voto, com grande sentimento de gratidão a todos aqueles que têm mantido esta associação e que têm dedicado o seu tempo a ajudar os seus conterrâneos.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é também pelo 25.º aniversário da Casa do Triângulo. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25.º Aniversário da Casa do Triângulo

Faial, Pico e São Jorge fazem parte do grupo central do arquipélago dos Açores. Estas ilhas, as chamadas Ilhas do Triângulo, denominam-se assim pela proximidade que têm entre si, e claro, por, geometricamente, formarem um delicado triângulo no meio de um imenso oceano. Cada uma destas três ilhas, com os seus pontos especiais, completamente diferentes entre si, geraram uma família de corajosos e generosos homens e mulheres, sejam da terra dos navegadores e aventureiros, da ilha da majestosa montanha, ou da ilha das impressionantes fajãs, o sentimento que as une perdurará pelos tempos.

Foi com este sentimento de ajuda ao próximo que no dia 1 de maio de 1997, na Junta de Freguesia da Fajã de Baixo, Fernando Rocha e Jorge Laranjo estiveram presentes para a apresentação da ideia da criação da Associação Casa do

Triângulo. A ideia foi bem acolhida e assim iniciou-se o processo de aquisição de um espaço que servisse de sede da referida Associação.

A Comissão Instaladora, composta por cinco elementos, levou a cabo, durante cerca de dois anos, a árdua missão de beneficiar e mobilar a Sede. Com o apoio e colaboração de diversas entidades foram criados os seus estatutos, bem como o logótipo da Casa do Triângulo, o que permitiu que no dia 10 de dezembro de 2000 ocorresse a tão desejada inauguração.

A Casa do Triângulo, que assinalou no passado dia 1 de maio de 2022 o seu 25.º aniversário, é uma Associação Cívica, Cultural, Social e Recreativa, criada em S. Miguel, cujos sócios são naturais ou descendentes de naturais das ilhas do Pico, Faial e S. Jorge.

Tal como alguém um dia disse, o associativismo é um dos pilares da sociedade e a Associação Casa do Triângulo, ao longo destes 25 anos de existência, tem constituído um suporte decisivo na construção da solidariedade, contribuindo para o exercício da democracia e da cidadania nos Açores.

A Associação Casa do Triângulo atua em diversas vertentes, desde a preservação dos costumes das Ilhas do Triângulo à promoção de convívios entre os sócios, mas centra a sua máxima atenção em oferecer acolhimento e alojamento, sem custos, a doentes e/ou seus acompanhantes, economicamente carenciados, que se deslocam do Pico, Faial e São Jorge a São Miguel, para obterem cuidados de saúde.

Através da disponibilização de alojamento, os utentes que recorrem às instalações da Casa do Triângulo obtêm mais do que um espaço para descansar, mas antes o apoio indispensável e valioso nos momentos difíceis, caracterizados de grande vulnerabilidade, minimizando enormemente as suas angústias. Para muitos, a deslocação e a estada na ilha de S. Miguel são envoltas em dificuldades, relacionadas com o processo de deslocação, com o alojamento, com os transportes e com a orientação na cidade, uma vez que se trata, muitas vezes, de pessoas sem

hábitos de viagem sobretudo para centros urbanos maiores do que os da sua residência.

Fruto da resiliência dos seus dirigentes, do altruísmo dos seus sócios e graças às relações de parceria e de cooperação com diversas entidades públicas e privadas, bem como aos apoios públicos e de Amigos da Casa do Triângulo, esta associação mantém até hoje as suas portas abertas a quem mais precisa, promovendo inúmeros eventos de angariação de fundos fortemente apoiados.

Assim, com um sentimento enorme de gratidão para com todos os que já foram e os que são atualmente dirigentes, associados e voluntários, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo 25.º aniversário da Associação Cívica Casa do Triângulo, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua Direção, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, às Câmaras e Assembleias Municipais das Ilhas do Triângulo e à Secretaria Regional da Saúde e Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 31 de maio de 2022

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Marco Costa, Elisa Sousa, Jaime Vieira, Salomé Matos e Paulo Silveira.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Passamos ao próximo voto de congratulação. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela atribuição à Azores Wine Company do troféu Empresa de Vinhos do Ano e do prémio Melhor Vinho Branco de Portugal.

É apresentado pela Sra. Deputada Marta Matos. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pela atribuição à Azores Wine Company do troféu Empresa de Vinhos do Ano e do Prémio Melhor Vinho Branco de Portugal

No passado dia 11 de março, pela primeira vez na história de vinhos dos Açores, foram atribuídos dois dos mais importantes prémios da indústria de vinhos portuguesa à empresa Azores Wine Company, da ilha do Pico: o troféu “Empresa de Vinhos do Ano” e o prémio “Melhor Vinho Branco de Portugal”, atribuído ao vinho “Vinha dos Utras 2019”, produzido pela mesma empresa.

As distinções em questão foram atribuídas pela Revista Grandes Escolhas, considerada uma referência na área dos vinhos, e que anualmente destaca através dos Prémios Grandes Escolhas o trabalho de excelência desenvolvido no setor vitivinícola em Portugal, num evento que é o mais conceituado e reconhecido entre os profissionais do mundo dos vinhos em território nacional.

A Azores Wine Company foi fundada em abril de 2014 pelo enólogo António Maçanita, o viticultor Paulo Machado e o gestor Filipe Rocha, iniciando um ambicioso projeto que conta já com a recuperação de cerca de 125 hectares de vinha na ilha do Pico, com destaque sobretudo para as castas Verdelho, Arinto dos Açores e Terrantez do Pico, estas duas últimas únicas no mundo.

Desde o início da sua atividade, a Azores Wine Company tem contribuído fortemente para a afirmação da potencialidade e da qualidade da viticultura açoriana e da ilha do Pico, em particular.

Atualmente, exporta mais de 50% da sua produção para cerca de 30 países, com vendas muito focadas na alta restauração e garrafeiras da especialidade em quase

toda a Europa, Estados Unidos, Canadá, Brasil, Panamá, Japão, Singapura, Hong-Kong e Macau. Cerca de 30% das suas vendas são para o mercado de Portugal Continental e as restantes para os Açores.

Destacam-se outros reconhecimentos já alcançados pela empresa como o Prémio Terroir pela Revista Paixão Pelo Vinho, o Prémio Revelação pelo Guia Boa Cama Boa Mesa, o Prémio Produtor Revelação pela Revista de Vinhos ou os Prémios Projeto do Ano e Empreendedores do Ano pela Revista 100 Maiores Empresas dos Açores do Jornal Açoriano Oriental.

Os vinhos da Azores Wine Company são hoje as melhores pontuações de vinhos brancos de Portugal em algumas das principais publicações internacionais da especialidade, como a Wine Advocate.

O “Vinha dos Utras 2019”, agora premiado, nasce de uma vinha adquirida em 2018 com uma idade média entre 60 a 80 anos, em processo de conversão para biológico. Trata-se de uma vinha que está na linha da frente do mar, recebendo mais horas de sol do que as restantes, fator que se traduz numa maior concentração e maturação e numa presença marítima mais intensa. Como resultado de quase cinco mil notas de prova, individuais e coletivas, levadas a cabo pelo painel de provadores da revista Grandes Escolhas, este vinho alcançou o reconhecimento de Melhor Vinho Branco de Portugal, integrando o Top dos 30 melhores vinhos portugueses de 2021.

A Azores Wine Company tem desenvolvido um projeto consistente de produção de vinhos de qualidade, potenciando o Pico e os Açores como Região vitivinícola de excelência.

Mas o trabalho e o mérito desta empresa devem ser assinalados e enaltecidos não só pelos prémios alcançados como também pelos valores que através deles se perpetuam. Pela preservação de uma história, que continua a ser escrita, de uma ilha com 600 anos de cultivo e produção de vinhos, numa Paisagem elevada ao estatuto de Património Mundial da Humanidade pela Unesco. Pela homenagem

aos homens e mulheres que ontem como hoje erguem currais de um imenso chão de pedras e dele fazem brotar vinhos raros de qualidade além-fronteiras. Pela afirmação da identidade Picarota e Açoreana.

É também esse o alcance do presente voto e do reconhecimento que, através dele, se presta à Azores Wine Company.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação à Azores Wine Company pela conquista do troféu Empresa de Vinhos do Ano e do Prémio Melhor Vinho Branco de Portugal.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à empresa Azores Wine Company, à Comissão Vitivinícola Regional (CVR) e à Associação de Municípios da Ilha do Pico (AMIP).

Horta, Sala das Sessões, 31 de maio de 2022

Os Deputados, Marta Matos e Mário Tomé.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Freitas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É impossível pisar a ilha do Pico sem se ficar rendido à paisagem vínica que dá origem a vinhos brancos com original travo salino. Afinal, não é a qualquer um que a Unesco entrega o troféu de Património Mundial da Humanidade.

Este é mais um prémio que vem comprovar a inequívoca qualidade do que é produzido na ilha do Pico no que ao vinho diz respeito, daí o Grupo Parlamentar do PSD associar-se a este voto congratulando a Azores Wine Company pela distinção recebida.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto de congratulação. É um merecido voto, que espelha bem que, quando se investe naquilo que de melhor temos e de mais singular temos nos Açores, os resultados são alcançáveis e são distintos de todo o resto.

E, portanto, estão de parabéns os empreendedores deste projeto e estão de parabéns todos aqueles que, diariamente, trabalham as vinhas para conseguir alcançar produtos de excelência, que se conseguem distinguir de um conjunto variado de outros produtos, no caso os vinhos.

E, portanto, é um merecido voto de congratulação e os prémios, obviamente, que refletem todo o empenho e o investimento feito. Estão de parabéns todos os promotores deste projeto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao próximo voto de congratulação, à Fábrica de Conservas Santa Catarina. É um voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e

Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Fábrica de Conservas de Santa Catarina conquista, pelo 11.º ano consecutivo, o Prémio “O Melhor dos Melhores” no Concurso Nacional de Conservas de Pescado

A Fábrica de Conservas Santa Catarina, S.A., sediada no concelho da Calheta, na ilha de São Jorge, venceu cinco prémios no 11.º Concurso Nacional de Conservas de Pescado, realizado no Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, em Santarém, no passado dia 29 de abril.

Pelo 11.º ano consecutivo, a fábrica conserveira do atum de São Jorge ganhou o prémio mais relevante neste concurso nacional: “O Melhor dos Melhores”, com o “Filete de Atum com Molho Cru”, que também acumulou uma Medalha de Ouro. Nas 11 edições deste concurso nacional, Santa Catarina sempre arrebatou o prémio mais relevante do concurso. A par deste prémio, após a avaliação feita por um júri em prova cega, de um conjunto de produtos de várias conserveiras portuguesas, Santa Catarina ganhou outras quatro Medalhas de Ouro, com o “Filete de Atum em Azeite Biológico”, com o “Filete de Atum em Azeite Mestre Saúl 120g”, com o “Filete de Atum com Alho da Graciosa” e ainda com o famoso “Filete de Atum em Azeite”, numa nova coleção de Aguarelas de São Jorge.

Com esta distinção nacional, é reconhecida a excelência, a qualidade, a inovação e a singularidade do produto da conserveira jorgense, à qual se aliam outros produtos regionais com potencial, como é o caso do Alho da Graciosa.

A Fábrica Conserveira de Santa Catarina, que já conta com mais de um quarto de século de existência, aposta na excelência do seu produto, laborando essencialmente atum em fresco pescado no mar dos Açores, através do método artesanal de salto e vara, que é depois transportado para a fábrica, onde é cozido,

cortado, limpo e colocado em latas manualmente, graças ao trabalho metuculoso e diligente das colaboradoras.

Com uma laboração anual a atingir as 2000 toneladas, o que se traduz em mais de 8 milhões de latas de conservas anualmente vendidas nos mercados regional, nacional e internacional, com uma exportação a rondar os 30 a 40% para países como a Itália, Reino Unido e Estados Unidos, a Fábrica de Santa Catarina leva e eleva o nome de São Jorge aos quatro cantos do mundo.

Neste sentido, a distinção e reconhecimento da excelência do produto de Santa Catarina, em prémios nacionais e internacionais, como os recebidos neste 11.º Concurso Nacional de Conservas de Pescado, eleva e reforça a mais-valia da indústria conserveira jorgense, não só para a ilha de São Jorge, mas para toda a Região Autónoma dos Açores, bem como motiva e incrementa a procura de inovação e de criação de valor acrescentado num mercado exigente e competitivo. Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de junho de 2022, a aprovação de um voto de congratulação pelo facto de a Fábrica de Conservas de Santa Catarina ter conquistado, pelo 11.º ano consecutivo, o Prémio “O Melhor dos Melhores” no Concurso Nacional de Conservas de Pescado.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Fábrica de Conservas Santa Catarina, S.A., ao Conselho de Ilha de São Jorge e à Câmara e Assembleia Municipal da Calheta.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 31 de maio de 2022

Os Deputados, João Bruto da Costa, Paulo Gomes, Elisa Sousa, Paulo Silveira e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação à Fábrica de Conservas Santa Catarina pela conquista do Prémio “O Melhor dos Melhores” pela 5.^a vez.

Este prémio vem reconhecer a excelência deste produto e vem reforçar a mais-valia desta indústria conserveira jorgense.

Os colaboradores de Santa Catarina – Indústria Conserveira estão todos de parabéns. O seu trabalho e a sua dedicação contribuem para o desenvolvimento socioeconómico da ilha de São Jorge e dos Açores.

Muito obrigada.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega associa-se a este voto de congratulação, enaltecendo o nosso trabalho açoriano de produtos de qualidade.

E aproveitando também a ocasião para saudar os nossos pescadores no Dia Nacional do Pescador, porque não haveria conserveiras se não houvesse quem andasse no mar a pescar. E hoje é o Dia do Pescador. Uma saudação para São Jorge, que muito precisa. Uma saudação a Santa Catarina, que muito precisa. E uma saudação igual e um forte abraço aos nossos pescadores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos passar à votação deste voto de

congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo 50.º aniversário da Igreja do Imaculado Coração de Maria. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé para a sua apresentação.

Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50.º Aniversário

Igreja do Imaculado Coração de Maria - Lugar das Terras

No passado dia 17 de abril, Domingo de Páscoa, celebraram-se as Bodas de Ouro da Bênção e inauguração da Igreja do Imaculado Coração de Maria, no lugar das Terras, freguesia e concelho das Lajes do Pico, com uma solene concelebração da Eucaristia, presidida pelo Ouvidor do Pico, Pe. Marco Martinho, que fez a homilia; concelebraram ainda o Pároco Pe. João Neves, o Pe. Paulo Batista, o Pe. Luis Dutra, o Pe. Tomás Brito e o Pe. Pedro Carvalho; animou o canto o Agrupamento de Escuteiros 770 das Lajes do Pico com outras pessoas da Paróquia. Foram em elevado número as pessoas que participaram na missa, quer a título pessoal, assim como a representar as várias entidades presentes que também se encontravam no local para comemorar o vigésimo quinto aniversário da Sociedade Alegria no Campo.

A Igreja Imaculado Coração de Maria foi edificada num terreno oferecido pela

Sra. Luísa Silveira Furtado, do lugar das Terras.

O lançamento da primeira pedra ocorreu numa segunda-feira de Páscoa, no dia 7 de abril de 1969.

Passados três anos, com a ajuda e empenho do povo das Terras e de muitos dos seus emigrantes, assim como com a colaboração de pessoas de outras comunidades, a obra é concluída e procedeu-se à inauguração e bênção da Igreja, no dia 27 de março de 1972.

Inicialmente e por indicação do Sr. D. Manuel Afonso de Carvalho, Bispo Diocesano da época, a igreja era para ser dedicada a Santo Isidro, agricultor e protetor dos que trabalham a terra, estava mesmo de acordo com o local da igreja, mas a indicação e vontade do Pároco da época, Pe. António Cardoso, foi escolhida para titular daquele templo o Imaculado Coração de Maria. Durante a cerimónia de celebração das suas Bodas de Ouro no passado domingo de Páscoa, foram recordadas as suas Bodas de Prata a 30 de março de 1997, também domingo de Páscoa.

A Igreja do Imaculado Coração de Maria é um lugar de culto religioso e de prática litúrgica, assim como um marco de vivência e de dedicação das pessoas das “Terras” à sua Igreja.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo do mês de junho, aprove um voto de congratulação pela celebração do cinquenta anos da Igreja do Imaculado Coração de Maria, do lugar das Terras, freguesia e concelho das Lajes do Pico e que dele seja dado conhecimento à Diocese de Angra, ao Vigário Episcopal do Ocidente, Pe. João António Bettencourt das Neves, à Ouvidoria da Ilha do Pico, ao Pároco da Igreja do Imaculado Coração de Maria, à Junta de Freguesia, Câmara e Assembleia Municipal das Lajes do Pico.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Horta, Sala de Sessões 31 de maio de 2022

Os Deputados, Mário Tomé e Marta Matos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Carlos Freitas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O lugar das Terras, pertencente à freguesia das Lajes do Pico, é um lugar constituído por um povo caracterizado não só pela sua fé, mas também por ser um exemplo de cooperação, de amizade e espírito de iniciativa, desenvolvendo inúmeros eventos de âmbito cultural, lúdico, mas também religioso, como é o exemplo das festas do Espírito Santo, como agora se vive.

Naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação pelas Bodas de Ouro da Bênção e inauguração da Igreja do Imaculado Coração de Maria, no lugar das Terras.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havemos, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Avançamos para o próximo voto de congratulação, pelos 50 anos da Casa do Povo da Vila das Lajes. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50 anos da Casa do Povo da Vila das Lajes

A Casa do Povo da Vila das Lajes comemorou 50 anos da sua abertura ao público no dia 31 de outubro de 2021.

Foi no final de 1971 que se realizaram duas assembleias, de que se saíram o seu primeiro corpo diretivo, então com a participação de Manuel Dinis Pacheco e de João Martins Aguiar, por sugestão do presidente da instituição, Ramiro Meneses. Em abril do ano seguinte, os lajenses, nomeadamente os trabalhadores rurais e pequenos proprietários não abrangidos pela assistência da Caixa de Previdência, puderam então aceder aos primeiros benefícios resultantes do funcionamento de um novo organismo estatal de solidariedade social.

A Casa do Povo abriu então as inscrições para os primeiros sócios, procedendo-se depois ao pagamento das primeiras prestações, nomeadamente pensões de velhice e de invalidez, facultando-se também os primeiros serviços de cuidados básicos de enfermagem.

A Casa do Povo das Lajes começou por funcionar no Passal, transitando depois para a antiga padaria do Caminho de Baixo, onde permaneceu até 1982, passando então para o novo edifício Polivalente, que alberga atualmente o Núcleo de Saúde Familiar, a RIAC, a Segurança Social e consultórios médicos.

Um imóvel construído pela Câmara Municipal da Praia da Vitória em 1981, que resultou numa reivindicação dos Lajenses por instalações apropriadas para aquela Instituição, que disponibiliza hoje um importante conjunto de serviços à população, e que tem sido de extrema importância para o desenvolvimento das atividades sociais e culturais na Vila das Lajes.

Liderada atualmente por Luís Sousa, a Casa do Povo das Lajes mantém-se como uma valência de grande interesse comunitário.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de junho de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo das Lajes.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção da Casa do Povo das Lajes e à Junta de Freguesia da Vila das Lajes

Horta, Sala das Sessões, 31 de maio de 2022

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Marco Costa e Luís Soares.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto aqui apresentado pelo Sr. Deputado Luís Soares, saudando, naturalmente, os 50 anos desta instituição, saudando o presidente da direção, Luís Sousa e, na pessoa dele, todos os órgãos sociais da Casa do Povo da Vila das Lajes, que tem um papel importante naquela comunidade, desde logo pelos serviços que presta nas suas instalações no âmbito da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, ou seja, de um posto da RIAC, no âmbito do apoio médico e das consultas que disponibiliza de medicina geral e familiar para a população e também tendo em conta a sua sala de eventos, que é onde decorrem por norma os jantares de Espírito Santo, na Vila das Lajes.

E, portanto, a Casa do Povo, ao longo destes 50 anos, tem-se afirmado como uma importante referência do ponto de vista social e cultural da Vila das Lajes.

Quando se assinalam estes aniversários, é também importante saudar e celebrar o trabalho de todos aqueles que, ao longo de 50 anos da sua vida, se disponibilizaram a trabalhar voluntariamente para o engrandecimento destas

instituições, no caso em concreto da Casa do Povo da Vila das Lajes.

E, portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda aquela instituição, os seus órgãos sociais e deseja que esta instituição, pelo seu trabalho, por tudo aquilo que fez, mas certamente por tudo aquilo que tem ainda para fazer, tenha uma longa vida de sucesso e felicidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto de saudação, que é merecido. Estamos perante um percurso de 50 anos, não é coisa pouca. Obviamente que saudamos o aniversário, saudamos os corpos sociais, os atuais, bem como todos aqueles cidadãos que, abnegadamente, nos últimos 50 anos, dirigiram esta Casa do Povo e, portanto, possibilitaram a instalação, nesta vila, de serviços essenciais à população. E, portanto, obviamente, estão de parabéns todos aqueles que contribuíram para esta história de 50 anos. E desejamos que muitos mais anos se sigam nesta instituição.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o próximo voto de congratulação, também é

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, a Mariana Cabral pela conquista da Taça de Portugal. Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Délia Melo (PSD):

Voto de Congratulação

Mariana Cabral pela conquista da Taça de Portugal de futebol feminino

Mariana Martins de Medeiros Vieira Cabral, treinadora principal da equipa A feminina do Sporting Clube de Portugal, sagrou-se vencedora da Taça de Portugal de futebol feminino, após triunfo sobre o Famalicão, no Estádio Nacional, no Jamor, no passado dia 28 de maio.

Este acontecimento constitui o feito mais importante da sua ainda curta carreira no mundo do futebol.

Mariana Cabral nasceu na freguesia do Pico da Pedra a 27 de agosto de 1987 e o futebol faz parte da sua vida desde o tempo em que estudou no Colégio de São Francisco Xavier, em Ponta Delgada.

No ano de 2004, tornou-se jogadora federada pelo Clube União Micaelense, disputando o campeonato distrital da Associação de Futebol de Ponta Delgada, em futebol 7.

Entre 2006 e 2009, integrou o Odivelas Futebol Clube, onde disputou o Campeonato Nacional da 2.^a Divisão Nacional e a Taça de Portugal.

Foi jogadora e campeã nacional pelo Sociedade União 1.º de Dezembro, equipa que deixou em 2013, numa fase em que já treinava os escalões de formação do clube. Entre 2012 e 2015, dividiu um estágio no futebol feminino de formação do Sport Lisboa e Benfica com trabalhos nos escalões jovens do Palmense, Santa Maria e Estoril.

Em termos académicos, terminou em 2008 o curso de Ciências da Comunicação

na Universidade Nova de Lisboa, tendo exercido a profissão de jornalista no jornal “Expresso” entre os anos de 2010 a 2021.

No ano de 2013, fez o Curso de Treinador UEFA C – Grau I, na Associação de Futebol de Lisboa, prosseguindo para o Curso de Treinador UEFA B – Grau II em 2016, altura em que iniciou uma Pós-graduação em Direção Técnica na Universidade Lusófona, em Lisboa, a qual não viria a concluir.

Mariana Cabral chegou ao Sporting Clube de Portugal em 2016, deixando o escalão sub-17 feminino do Estoril para assumir o comando técnico das juniores e equipa B Leoninas, em simultâneo com a coordenação técnica dos escalões de formação femininos.

Em 2021, passou a treinadora principal da Equipa A feminina do mesmo clube, tendo participado em competições de prestígio como a Supertaça, a Liga BPI, a Taça de Portugal e a Taça da Liga.

Na época desportiva de 2021/2022, Mariana Cabral, enquanto treinadora principal da equipa A Feminina do Sporting Clube de Portugal, conquistou a Taça de Portugal frente ao Famalicão quando, segundo palavras da própria ao jornal “O Jogo”, “ninguém acreditava em nós”.

As conquistas da jovem treinadora picopedrense são motivo de enorme orgulho para todos os açorianos e um contributo para a desconstrução de estereótipos no futebol. Mariana Cabral propôs-se a vencer e venceu! Com determinação, disciplina e empenho, a jovem treinadora açoriana prepara já a próxima época com pormenor e diz querer continuar a fazer crescer este projeto.

Felicitemos-te, Mariana Cabral, pelas conquistas alcançadas e desejamos-te os maiores sucessos na prossecução dos teus objetivos!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de junho de 2022, a aprovação

de um Voto de Congratulação.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos familiares e ao Sporting Clube de Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 31 de maio de 2022

Os Deputados, João Bruto da Costa, Délia Melo, Elisa Sousa e Marco Costa.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, com gosto, ao presente voto de congratulação a Mariana Cabral pela conquista da Taça de Portugal de futebol feminino.

Mariana Cabral, com apenas 34 anos, sendo natural do Pico da Pedra, apesar da sua juventude, já apresenta um percurso notável no futebol feminino, primeiro como jogadora, mais recentemente como treinadora. E, portanto, as suas conquistas são motivo de orgulho para a Ribeira Grande e para os Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos aos votos de saudação. O primeiro é um voto de saudação ao Padre Duarte Melo. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido

Socialista. Tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Célia Pereira. Faz favor.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação ao Padre Duarte Melo

A Associação Portuguesa de Museologia que, há mais de 50 anos, se dedica a distinguir os museus, os seus profissionais e todos os que, de alguma forma, contribuem para a cultura em Portugal, distinguiu no passado dia 27 de maio o Padre Duarte Melo com o Prémio de Museólogo do Ano 2022. Um Prémio que muito dignifica e orgulha a Região e todos os que nos Açores promovem e trabalham a favor do conhecimento, da museologia e da cultura.

Duarte Manuel Espírito Santo Melo, natural da freguesia da Salga - Achadinha, concelho de Nordeste, ordenou-se na Sé de Angra do Heroísmo a 28 de Junho de 1987, possui licenciatura em Teologia, pela Universidade Católica Portuguesa, mestre em Pastoral da Saúde, pela Camillianum Istituto Internazionale di Teologia Pastorale Sanitaria, Pós - Graduado em Património, Museologia, pela Universidade dos Açores e com vasta experiência profissional nas áreas sociocultural e da saúde, em particular na integração de cidadãos em situação de exclusão social.

Em 1998, foi agraciado por Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, com o Grau de Comendador da Ordem de Mérito.

Iniciou o projeto de apoio ao cidadão repatriado e a criação do centro de apoio e abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica. Foi sócio fundador das associações: Alternativa – Associação contra as Dependências e Kairós – Cooperativa de Economia Solidária. Foi Presidente da Direção da Casa do Gaiato em S. Miguel.

Como Capelão Coordenador das Capelias do Serviço Regional de Saúde, criou a Comissão de Cultura, no Hospital do Divino Espírito Santo e foi responsável pela criação da Capela deste Hospital, e pela sua expressão ecuménica. Foi membro da Comissão Nacional da Pastoral da Saúde, membro da Equipa Nacional da Coordenação das Capelias, Diretor da Comissão Diocesana da Pastoral da Saúde, membro da Comissão de Ética do Hospital do Divino Espírito Santo, membro da Direção da Fundação Pia Diocesana da Clínica do Bom Jesus e sócio fundador do Centro de Estudos de Bioética dos Açores.

Foi pároco na Fajã de Cima e fundador do Centro Paroquial Nossa Senhora da Oliveira, que presidiu.

É o atual pároco de S. José, em Ponta Delgada, e presidente do Centro Social e Paroquial de São José, sendo responsável por vários projetos no combate à exclusão social, nomeadamente o projeto São Lucas e Indigências.

Foi Diretor do Museu Carlos Machado desde 20 de março de 2006 até finais de 2021, onde desenvolveu um conjunto de projetos de inclusão pela cultura, nomeadamente, o Museu em sua Casa, o Museu Móvel e mais recentemente o projeto Fenais a Fenais: Cultura Matriz do Desenvolvimento Local, aproximando assim a instituição das comunidades.

Liderou o processo de remodelação do Núcleo Sede do Museu Carlos Machado – Convento de Santo André, assim como a elaboração do programa base para a exposição de longa duração e iniciou o projeto para a construção do edifício que acolherá as reservas do Museu Carlos Machado, nos jardins do Convento de Santo André.

A honrosa distinção, Prémio de Museólogo do Ano, pela Associação Portuguesa de Museologia constitui, portanto, um justo e merecido reconhecimento, pelos seus pares, nomeadamente enquanto Diretor do Museu Carlos Machado.

Uma distinção ao homem e profissional que elevou a museologia e a cultura Açoreana a nível nacional e internacional, contribuindo de forma indelével para

que, ao longo dos anos, e sob a sua direção, o Museu Carlos Machado se destacasse pelo seu trabalho com públicos e com a comunidade em geral. Um trabalho que mereceu, igualmente, o reconhecimento por parte de várias entidades e organismos nacionais e internacionais através da atribuição de distinções e prémios, em particular:

- Museu Móvel - Prémio *Melhor Serviço de Extensão Cultural* pela APOM em 2008
- Museu Móvel - Prémio Acesso Cultura – *Acessibilidade Social* em 2015
- Museu Móvel com o projeto “O Museu Móvel nas Sete Cidades – Um projeto em Andamento” - 2º lugar do Prémio Ibero-Americano da Educação e Museus em 2015
- Programa EIXO (Serviço Educativo) – Menção Honrosa do Prémio IBERMUSEUS da Educação em 2019
- Projeto “De Fenais a Fenais” - Museu em comunidade / Museu de território - Prémio de Inovação e Criatividade pela APOM em 2019
- Projeto expositivo “Para que o céu não nos caia em cima da cabeça” - Menção honrosa em Investigação pela APOM em 2019

Tendo em conta o exposto e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe o seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda o Padre Duarte Melo e *expressam-lhe público elogio valorizando a importância da sua atividade como museólogo e promotor da cultura Açoreana.*

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio, ao Museu Carlos Machado, à Direção Regional dos Assuntos Culturais, à Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais, e à diocese de Angra do Heroísmo.

Muito obrigada.

Horta, 31 de maio de 2022

Os Deputados, Célia Pereira, Vasco Cordeiro, Andreia Cardoso, Sandra Faria e Carlos Silva.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de saudação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. É um voto de saudação à participação nos Jogos das Ilhas. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a sua apresentação. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação pela participação da seleção Açores nos Jogos das Ilhas

Entre 24 e 29 de maio realizou-se a vigésima quarta edição dos Jogos das Ilhas, na localidade de Cálvia, em Maiorca, nas ilhas Baleares, organizados pelo Comité d'Organisation des Jeux des Iles (COJI).

Os Jogos das Ilhas visam tornar as gerações jovens mais despertas para a solidariedade entre gerações, para o *fair play* no desporto e para o respeito pelo meio ambiente tornando-os verdadeiros cidadãos do mundo. São uma forma de desenvolver um meio de integração social em todos os países europeus, promovendo intercâmbios culturais e desportivos a favor dos jovens das ilhas,

incentivando o conhecimento mútuo através de eventos desportivos e competições com espírito de *fair play*.

Estes intercâmbios promovidos pelos Jogos das Ilhas são um meio privilegiado de comunicação em toda a Europa para que todos estejam cientes das diferenças sociais e culturais dos outros e as aceitem, desenvolvendo um espírito de companheirismo, de troca de experiências e cooperação entre os jovens, valorizando a promoção do desporto como ponto de integração e coesão social e escola de fraternidade para todos os cidadãos da Europa, nomeadamente para aqueles que habitam nas ilhas.

Na edição deste ano, para além da delegação dos Açores, participaram delegações das Baleares, Canárias, Córsega, Ísquia, Guiana Francesa, Madeira, Malta, Martinica e Sicília, num total de cerca de 1000 participantes.

A delegação dos Açores, composta por cerca de uma centena de elementos, foi representada por 77 atletas das ilhas de São Miguel, Terceira, Pico, São Jorge e Faial que competiram em 8 das 13 modalidades dos “Jogos das Ilhas - Baleares 2022”: Atletismo, Futebol, Judo, Karaté, Natação, Ténis de Mesa, Ténis de Campo e Vela.

Na classificação geral, os Açores classificaram-se em 2.º lugar expressando o bom desempenho individual e coletivo em cada uma das diversas modalidades onde a nossa região esteve representada, tendo-se registado a obtenção de recordes pessoais e a conquista de pódios.

Estes resultados têm vários significados. O primeiro e mais evidente é de que o trabalho que os jovens açorianos e as suas famílias têm realizado ao longo dos anos, os seus treinadores e equipas técnicas, os clubes e associações está no bom caminho e a produzir resultados.

O segundo é de que temos que nos esforçar mais! Mais, para elevar o nosso nível; o segundo lugar na classificação geral é bom, reflete recordes e classificações cimeiras em diversos pódios de diversas modalidades individuais e coletivas, mas

devemos ambicionar mais. Mais, porque ainda não participamos em todas as modalidades em competição.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 31 de maio de 2022, a aprovação de um voto de saudação com o seguinte teor:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda todos os atletas, treinadores e equipas técnicas, clubes e associações regionais pelos excelentes resultados individuais e coletivos alcançados na vigésima quarta edição dos Jogos das Ilhas, que se realizaram na localidade de Cálvia, em Maiorca, nas ilhas Baleares, organizados pelo Comité d'Organisation des Jeux des Iles (COJI), que culminou na classificação geral dos Açores em segundo lugar.

Deste voto deve ser dado conhecimento às associações representadas na competição, às respetivas equipas técnicas e clubes.

Muito obrigado.

Os Deputados, Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de saudação apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, da Grupo Parlamentar do CDS-PP, pela participação dos Açores nos Jogos das Ilhas, realizados em Maiorca.

Este é, sem dúvida, um momento importante de aprendizagem para os nossos jovens atletas. São competições como esta que nos fazem crescer, que nos fazem evoluir não só como atletas, mas também como homens e mulheres para o futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não podia deixar de dar aqui uma palavra de apreço a todas as associações de modalidades, a todos os clubes, a todos os treinadores, pelo excelente trabalho que têm feito em prol dos nossos jovens atletas.

E que venham mais competições dessas, porque os nossos jovens atletas necessitam devido aos constrangimentos de viver num arquipélago tão distante.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista saúda e acompanha o voto de saudação apresentado pelo CDS-PP, na medida em que representa também para o desporto açoriano e para todos os envolvidos nesta tarefa da nossa Região no sentido de alcançar os melhores feitos e os resultados que são visíveis mesmo além fronteiras.

E é de assinalar todo o trabalho que é desenvolvido pelas associações, pelos clubes, pelos próprios atletas e também por aqueles que estão envolvidos nesta competição de tamanha importância que foi e que é a participação nos Jogos das Ilhas.

O Partido Socialista revela também e saúda a questão de continuar a apostar e investir no desporto açoriano, de forma a que nós possamos continuar a ter bons resultados, sucesso naquilo que nós fazemos e é, sem dúvida, a necessidade que nós temos de continuar a colocar os nome dos Açores gravado em letras douradas no desporto açoriano e no desporto além-fronteiras.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, termino dizendo que o Partido Socialista acompanha o voto de saudação aqui apresentado.

Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos votos de pesar. O primeiro é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo falecimento de Mário Mesquita. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passo a ler a proposta de um voto de pesar pelo falecimento de Mário Mesquita:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Mário Mesquita

Faleceu, no passado dia 27 de maio, Mário António da Mota Mesquita. Açoriano, Jornalista, Académico, Político.

Nasceu a 3 de janeiro de 1950, em Ponta Delgada. Desde muito jovem, e ainda durante o Estado Novo, ligou-se à oposição democrática, apoiando o Centro Democrático de Esquerda (CDE) dos Açores, entre 1969 e 1973.

Militante e dirigente da Ação Socialista Portuguesa, em abril de 1973, em Bad Munstereifel, foi um dos fundadores do Partido Socialista.

Foi jornalista do 'República', entre 1971 e 1975, tendo-se radicado em Lisboa.

Após o 25 de abril de 1974, foi deputado à Assembleia Constituinte, nos anos de

1975 e 1976, tendo sido eleito, em 1976, deputado à Assembleia da República, funções que exerceu até 1978.

Nestes dois anos, acumulou as funções de deputado com as de diretor-adjunto do Diário de Notícias, vindo a ser seu diretor entre 1978 e 1986. Entre 1989 e 1990, foi diretor do Diário de Lisboa.

A 13 de julho de 1981, foi agraciado com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique, atribuído pelo então Presidente da República, Ramalho Eanes e em 2011, a Região Autónoma dos Açores atribuiu-lhe a Insígnia Autonomica de Reconhecimento.

Membro das Comissões Políticas das candidaturas presidenciais de Francisco Salgado Zenha, em 1985, e de Mário Soares, em 2005/2006, foi também membro das Comissões de Honra das candidaturas presidenciais de Ramalho Eanes, em 1980, e de Jorge Sampaio, em 1996.

Vivendo intensamente, ao longo de toda a sua vida, a paixão pelo jornalismo, Mário Mesquita foi provedor dos leitores do Diário de Notícias entre 1997 e 1998. Licenciado em comunicação social pela Universidade Católica de Lovaine ajudou a criar a licenciatura em jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na qualidade de professor associado convidado.

Foi, também, professor auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e deu aulas na Escola Superior de Comunicação Social, em Lisboa.

Enquanto jornalista foram-lhe atribuídos vários prémios, tendo sido autor de cerca de oito livros sobre comunicação social e outros temas.

Em 2016, a Assembleia da República declarou-o Deputado Honorário. Em 2017, recebeu a medalha de honra da Sociedade Portuguesa de Autores. Integrou durante cerca de dez anos o Conselho Executivo da FLAD (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento). Teve a seu cargo o chamado Programa Açores e pode, legitimamente, ser considerado como o fundador e o promotor do

Fórum Franklin Delano Roosevelt.

Foi eleito, pela Assembleia da República, Membro do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), tendo sido escolhido, entre pares, para vice-presidente daquele órgão da ERC, cargo que desempenhava desde 14 de dezembro de 2017. Em novembro de 2021, a Universidade Lusófona do Porto atribuiu-lhe o título de doutor *honoris causa*.

Em junho de 2021, um grupo de entusiastas do seu percurso cívico, político e académico lançou um livro em homenagem ao percurso do jornalista e professor Mário Mesquita, com o título "A Liberdade por Princípio: Estudos e Testemunhos em Homenagem a Mário Mesquita", que foi, essa obra, lançada na sua cidade natal, em Ponta Delgada.

Este livro reúne uma série de ensaios sobre o seu trajeto, mas também trabalhos sobre as temáticas às quais se dedicou uma vida inteira, os media, o jornalismo, a história, os Açores.

Numa entrevista concedida ao jornal Público, em agosto de 2021, Mário Mesquita antevia que – e cito – “Fazendo as contas, fui mais anos professor do que fui jornalista. Mas as pessoas quando se referem a mim dizem ‘o jornalista Mário Mesquita’. Presumo que, no meu necrológico, também sairá ‘o jornalista Mário Mesquita’...”

Hoje é o homem de pensamento livre e espírito crítico, o cultor do estranho dever do ceticismo que queremos recordar e homenagear, um dos nossos maiores, construtor também de uma sociedade mais justa e democrática.

Escreveu Antero de Quental: "Morres tu, mas a ideia que deixaste não morre, como a luz em fim do dia, nem o fogo do que em ti ardia, nem o exemplo sublime que legaste."

Honremos este Homem e honremos o legado intelectual, político e de cidadania que orgulha o país e que orgulha, de modo especial, a Região Autónoma dos Açores.

Por isso, nos termos regimentais e estatutários, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Pesar pelo falecimento de Mário António da Mota Mesquita. Deste voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Presidência da República Portuguesa, à Assembleia da República, ao Governo da República, à Entidade Reguladora para a Comunicação Social, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, à Escola Superior de Comunicação Social, à Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento e ao Partido Socialista.

Disse.

Horta, Sala de Sessões, 31 de maio de 2022

Os Deputados, Vasco Cordeiro, Andreia Cardoso, Sandra Faria e Carlos Silva.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Mário Mesquita, micalense, açoriano, foi um jornalista de referência em Portugal, uma referência que resulta, especialmente, pela circunstância de ter sido um exímio defensor da liberdade de imprensa, de alguém que defendeu e praticou o rigor no jornalismo, não só enquanto diretor de publicações de referência no nosso país, mas também como Provedor do Leitor e, mais recentemente, como Membro da Entidade Reguladora da Comunicação Social.

Mas o seu contributo para o jornalismo não se ficou por aí. Porventura, menos visível, mas, seguramente, mais relevante terá sido o contributo que deu através da formação de dezenas e dezenas, diria mesmo de centenas de profissionais de comunicação social que, hoje, certamente, o tomam como sua referência profissional.

Mário Mesquita foi um defensor de causas públicas, da liberdade, do civismo, do rigor da gestão pública, traduzido em milhares de artigos atentamente lidos pelo país fora, pelo cidadão comum, mas também por quem se ocupa da gestão pública. E apesar de muitas vezes denunciar o que menos bem, até aquilo que ia mal no país, não deixou de ser reconhecida a seriedade que colocava naquilo que eram as suas convicções transmitidas aos leitores. Um reconhecimento que, aliás, teve honras maiores através do grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique que lhe foi atribuído pela Presidência da República, bem como pela Insígnia de Reconhecimento Autónimo que a região que o viu nascer, também, dessa forma o quis distinguir.

No plano político, muito novo, ousou integrar as fileiras da oposição democrática, daqueles que corajosamente se atreveram, diria, a atentar contra o Estado Novo. E, nesse âmbito, acabou mesmo sendo fundador do Partido Socialista.

E, na qualidade de militante do Partido Socialista, veio também a exercer funções...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou acabar, Sr. Presidente.

... como Deputado à Assembleia Constituinte, pelo distrito de Lisboa, na sétima posição, curiosamente, precedido por outro açoriano, Medeiros Ferreira. Já depois disso, na primeira Assembleia da República, também é sétimo pelo distrito de Lisboa, precedido por Arons de Carvalho, uma referência também da comunicação social, onde ele também se notabilizou. E essa notabilização fez com que a Assembleia de República, recentemente, o tenha tornado Deputado Honorário.

A sua ligação aos Açores, como já foi dito, fez-se, sobretudo, num plano mais formal, através da direção da FLAD, mas também pelas visitas, pelo contributo que dava, pela amizade que dispensava com todos aqueles que, aqui, sobretudo nos meses de verão, privava.

O PSD associa-se a este voto de pesar, invocando a memória de Mário Mesquita.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 horas e 50 minutos.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade à apresentação e votação dos votos que ainda temos na Mesa.

Eram 11 horas e 53 minutos.

O próximo é um voto de pesar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo falecimento de António Frederico Correia Maciel. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

António Frederico Correia Maciel

António Frederico Correia Maciel, falecido no passado dia 14 de março, aos 72

anos, vítima de doença prolongada, deixa um legado incontornável na sociedade jorgense.

Frederico Maciel, como era mais conhecido, nasceu nas Velas, ilha de São Jorge, a 25 de outubro de 1949, tendo a sua formação passado pelos Seminários de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo.

Foi deputado à Assembleia Legislativa Regional entre 20 de junho de 1976 e 30 de dezembro de 1982, pelo Grupo Parlamentar do PPD/PSD-Açores, tendo sido um dos deputados constituintes da Primeira Legislatura deste órgão de Governo Próprio da nossa Autonomia.

Foi Vereador da Câmara Municipal de Velas entre 03 de janeiro de 1980 e 31 de dezembro de 1982 e Presidente deste município de 02 de janeiro de 1983 a 31 de dezembro de 1993, eleito pelo PSD-Açores nos primeiros mandatos e no último como independente, apoiado pela coligação PS-CDS/PP, tendo também sido Presidente da Assembleia Municipal de Velas entre 31 de outubro de 2009 e 19 de outubro de 2013.

Foi eleito Provedor de Santa Casa da Misericórdia de Velas a 05 de janeiro de 2001, cargo que desempenhou durante quase uma vintena de anos, até 20 de abril de 2021, no momento em que a doença impossibilitou a continuidade das funções. Ainda foi eleito Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social, sendo representante suplente na Comissão Especializada de Desenvolvimento Regional e do Ordenamento do Território, conforme publicado em Diário n.º 16, de 25 de março de 2021.

São vários os projetos que marcaram o percurso cívico de Frederico Maciel e que constituem pilares importantes na comunidade jorgense. Com efeito, foi o fundador da Semana Cultural das Velas, foi um dos impulsionadores da Associação de Municípios do Triângulo, a 11 de dezembro de 1990, enquanto exercia funções de Presidente da Câmara das Velas, bem como foi sócio fundador da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Velas. Igualmente, foi

presidente da Cooperativa de Difusão Cultural Jorgense, que detém a Rádio Lumena, e foi fundador e diretor do Jornal “Correio de São Jorge” e da revista “O Jorgense”.

Ainda organizou o IV Encontro de Escritores Açorianos e o I Encontro da Imprensa Não Diária dos Açores. Frederico Maciel deixa uma vasta e rica obra literária, tendo sido autor de vários livros que versaram assuntos de relevo histórico e cultural para a ilha de São Jorge, entre os quais, “Urzelina minha lira”, em 2001, “Misericórdia das Velas, Provedores, Factos e Documentos”, em 2007, “Pensar São Jorge”, de 2009, “Vila das Velas – contributos para um roteiro”, de 2018, e “Apontamentos Genealógicos”, de 2019, fruto de um trabalho de recolha sobre as famílias de São Jorge e disposto em dois volumes. A sua última obra, publicada em dezembro de 2020 e apresentada em 13 de novembro de 2021, em parceria com Andreia Melo, com o título “O milho – O Cultivo de uma Cultura, Açores, Cabo Verde, Madeira e Canárias, aproximações e assimetrias”.

Dedicou a sua trajetória de vida à causa pública e à ilha que o viu nascer e teve o reconhecimento merecido ao longo do tempo. A 23 de abril de 1994, foi honorificado com a Medalha de Ouro do Município das Velas, conforme deliberação da Assembleia Municipal de Velas, reunida na sessão de 15 de setembro de 1993.

Foi agraciado pela Assembleia Legislativa Regional, a 12 de maio de 2008, Dia da Região, celebrado em Velas, com a Insígnia Autónomica de Mérito Cívico, aprovado pela Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 8/2008, de 06 de maio.

Em 2011, Frederico Maciel recebeu a Medalha de Mérito e Dedicção da União das Misericórdias Portuguesas.

Ao longo da sua vida e todos com o qual puderam privar e trabalhar, Frederico Maciel foi uma referência exemplar de integridade, empenho e seriedade que deixa um legado de relevo nas instituições e entidades a que este ligado, de

inovação e irreverência, de irrepreensível competência e brio, que honra o concelho, a ilha e os Açores.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de junho, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de António Frederico Correia Maciel.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Santa Casa da Misericórdia das Velas, à Câmara Municipal das Velas e à Assembleia Municipal das Velas.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 31 de maio de 2022

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar, também pelo falecimento de António Frederico Correia Maciel, é apresentado pelo CDS-PP. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de António Frederico Correia Maciel

Faleceu, no passado dia 14 de março, António Frederico Correia Maciel, aos 72 anos de idade, vítima de doença prolongada.

Frederico Maciel, como era conhecido, nasceu a 25 de outubro de 1949. Foi um célebre cidadão Jorgense, tendo deixado um legado relevante por todas as Instituições por que passou, devido ao seu trabalho e ao seu estudo.

Pertenceu ao grupo de deputados da fundação da autonomia dos Açores, eleito pela ilha de S. Jorge, entre 20 de julho de 1976 e 31 de dezembro de 1982. Exerceu funções como Vereador, foi Presidente da Câmara Municipal de Velas, foi Presidente da Assembleia Municipal de Velas e, nos últimos 19 anos, foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas, tendo o seu mandato terminado a 20 de abril de 2021.

Profundo conhecedor da identidade da sua ilha, das capacidades como das limitações, defendeu-a com distinção. Louvou com persistência os valores da terra natal, lutou pela sua valorização e foi o grande impulsionador da criação da Associação dos Municípios do Triângulo e fundador da Semana Cultural das Velas, enquanto exercia funções de Presidente da Câmara, festa esta que levou o nome de São Jorge além-fronteiras e que ainda hoje é uma referência nas festividades locais e regionais. Foi sócio fundador da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Velas.

Apaixonado pela cultura, Frederico Maciel deixa ainda uma vasta e rica obra literária, tendo-se debruçado sobre assuntos de grande relevo histórico e cultural para a ilha de São Jorge, sendo igualmente um grande impulsionador de eventos de natureza cultural no concelho das Velas e ilha de São Jorge, em geral.

Frederico Maciel foi agraciado pela Assembleia Legislativa Regional a 12 de maio de 2008, Dia da Região celebrado em Velas, com a Insígnia Autónómica de Mérito Cívico, e ainda honorificado com a medalha de ouro do Município de Velas no dia 23 de abril de 1994, conforme deliberação da Assembleia Municipal

de Velas, por ser um Homem com um percurso de vida ao serviço das causas públicas.

Também foi ligado à comunicação social, sendo presidente da Cooperativa de Difusão Cultural Jorgense, detentora da Rádio Lumena, e fundador / diretor do Jornal Correio de São Jorge, bem como da revista “O Jorgense”. Foi reconhecido como persistente investigador e escritor.

Deixou um legado de coragem, luta, trabalho e espírito de servir.

Uma referência na sua Ilha mas também na Região, pela sua determinação, tenacidade e empenho. Um homem de luta e com um grande amor pela sua terra. Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Frederico Correia Maciel.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Velas, ao Conselho de Ilha de São Jorge e à Santa Casa da Misericórdia de Velas.

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo falecimento de Norberto Ávila. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Norberto Ávila

Norberto Ávila nasceu em Angra do Heroísmo, a 9 de setembro de 1936. Foi dramaturgo, romancista, contista e poeta.

Entre 1963 e 1965, frequentou a Universidade do Teatro das Nações, em Paris. De 1973 a 1975 criou e dirigiu a revista Teatro em Movimento.

Chefiou, durante quatro anos, a Divisão de Teatro da Secretaria de Estado da Cultura, abandonando o cargo em 1978, para se dedicar mais intensamente ao seu trabalho de dramaturgo.

Em 1981, começou a dirigir, para a RTP, o “Fila 1”, programa quinzenal dedicado à atividade teatral portuguesa.

As obras dramáticas de Norberto Ávila, maioritariamente reunidas na coletânea “Algum Teatro”, publicação da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, têm sido representadas em diversos países.

A atividade literária de Norberto Ávila também se focou no romance, destacando-se “No Mais Profundo das Águas” e “A Paixão Segundo João Mateus”, em que recriou a oralidade popular da ilha Terceira.

Escreveu também o livro de poemas “Percurso de Poeta”, vencedor do Prémio Natália Correia, em 1999. Foi ainda um conceituado tradutor.

A sua vasta obra permanecerá eternamente como um grande legado criativo. Norberto Ávila foi um terceirense e açoriano com um papel incontornável nas letras portuguesas, mas que teve igualmente dimensão mundial.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho de 2022, a aprovação de um Voto de

Pesar pelo falecimento de Norberto Ávila.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 31 de maio de 2022

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto aqui apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, trazido aqui pela voz do Sr. Deputado Paulo Gomes, enfim, reconhecendo todo o percurso e todo o trabalho que o Norberto Ávila desempenhou enquanto romancista, contista, dramaturgo e poeta.

Norberto Ávila foi um homem das letras, um homem das artes. O seu legado e a obra que deixa é uma obra de enorme relevância, que, naturalmente, será perpetuada ao longo dos tempos.

Li, quando tivemos conhecimento público do falecimento de Norberto Ávila, que Norberto Ávila era um “homem das artes esquecido pelos Açores, mas reconhecido no mundo”. Não será tanto assim. Julgo que esta frase e este título são injustos. Tive a oportunidade de privar com ele também no âmbito de alguns projetos que desenvolveu há alguns anos atrás na Câmara Municipal da Praia da Vitória. Ia com alguma regularidade à ilha Terceira.

Mas caberá a todos nós, caberá também ao Governo Regional, caberá aos Órgãos de Governo Próprio desta Região, que estas figuras, pelo seu percurso, por aquilo que deram às artes, levando muito longe o seu talento e a sua obra, possam ser também, digamos, acarinhadas, se bem que, agora, infelizmente, a título póstumo, aqui nas nossas ilhas, trabalhando para que o legado destas figuras possa ser aqui

mantido e perpetuado.

Para terminar, também, porque isso não está referido no voto, realçar que, em 2010, o Norberto Ávila foi agraciado por este Parlamento através da Insígnia Autonómica de Reconhecimento, sendo, em 2011, no dia 10 de junho, agraciado enquanto Comendador da Ordem de Mérito.

Portanto, para concluir, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto e daqui endereça também os mais sentidos pêsames aos seus familiares e amigos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos então passar à votação deste voto de pesar. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar, pelo falecimento de Armando de Freitas Amaral, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Armando de Freitas Amaral

Faleceu no passado dia 13 de maio, com 101 anos de idade, Armando de Freitas Amaral.

Armando Amaral nasceu a 23 de outubro de 1920 na freguesia da Praia de Almoxarife, no Concelho da Horta, ilha do Faial.

Frequentou o Ensino Primário nas freguesias de Cedros e Matriz, o Ensino Liceal na Horta (2.º Ciclo) e em Angra do Heroísmo (3.º Ciclo).

Em Vendas Novas cumpriu serviço militar onde fez o Curso de Oficiais Milicianos de Artilharia Ligeira e prestou serviço em diversas Unidades, tendo estado também mobilizado nos Açores, em São Miguel e no Faial.

Foi funcionário do Banco de Portugal, nas Agências de Angra do Heroísmo e da Horta.

Teve uma atividade cívica ativa, participando no associativismo regional, tendo feito parte dos corpos gerentes de Sociedades faialenses e foi Vice-Presidente do Fayal Sport, clube onde também praticou futebol e basquetebol. Foi elevado a sócio honorário do Fayal Sport Clube.

Foi também Vereador da Câmara Municipal da Horta e representante na Comissão de Turismo.

Participou ativamente na política partidária em representação do CDS-PP, onde foi Presidente da Comissão Política de Ilha do Faial e da Assembleia da Ilha Terceira e membro do Conselho Regional e das comissões Política e Executiva Regionais.

Católico devoto, foi Membro da Conferência São Vicente de Paula e Mordomo da Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz da Horta; foi Membro da congénere de Angra do Heroísmo e Ministro Extraordinário da Comunhão. Foi homenageado pela freguesia da Sé pela sua longevidade e exemplo de vida.

Na imprensa Regional, dirigiu como adjunto o “Correio da Horta”, colaborou com diversos jornais de onde se destacam, entre outros, “O Telegrapho”, “Açoriano Oriental”, “As Flores” e “Tribuna das Ilhas”.

Homem cultivado e de grande lucidez, foi ainda sócio do Núcleo Cultural da Horta e do Instituto Açoriano de Cultura.

Publicou vários livros, entre os quais “Crónicas de viagem”, “Horta-New Bedford – Cidades por baleias irmanadas” e, no ano do seu centenário, publicou a obra

“De jornais a livro”, reunindo uma coletânea dos seus artigos publicados ao longo da vida na imprensa regional.

Recebeu no Dia da Autonomia, a 9 de junho de 2014, a Insígnia Autónómica de Mérito Cívico.

Dono de uma lucidez admirável, foi perspícuo até ao final dos seus dias.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de pesar pelo falecimento de Armando de Freitas Amaral.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família.

Os Deputados, Rui Martins, Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Ana Luís, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, Armando Amaral era um homem que contagiava pela sua energia e vitalidade. Apesar da provector idade e apesar de mais limitado fisicamente nos últimos anos, eram-lhe características próprias a lucidez, o raciocínio e, acima de tudo, como muito bem expresso no voto apresentado pelo Sr. Deputado Rui Martins, um homem interessado, preocupado e, acima de tudo, muito atento, nomeadamente em relação a todas as problemáticas aqui da ilha do Faial, apesar de há muitos anos radicado na ilha Terceira.

De facto, eram estas características, esta necessidade de se estar sempre, não só atento, mas a participar de forma ativa naquilo que era a realidade desta ilha, por ter participado ativamente nestas inúmeras instituições, principalmente na área da imprensa escrita. E até há bem pouco tempo, poderíamos continuar a lê-lo como cronista do “Tribuna das Ilhas”.

E, neste sentido, por tudo aquilo que ele representou, acima de tudo pelo amor à ilha que o viu nascer, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é com profundo pesar que também se associará a este voto e expressa, desde esta bancada, as nossas mais sentidas condolências à sua família e aos seus amigos.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, naturalmente, com pesar, ao voto aqui apresentado pelo falecimento do Sr. Armando, pelo seu contributo ímpar no associativismo, na política, na cultura.

Apesar de residir na ilha Terceira há já vários anos, pelo seu percurso foi também sempre uma figura de relevo nesta ilha que foi a sua terra natal.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No dia em completava 100 anos de idade, estava eu a preparar-me para pegar no meu telemóvel para ligar ao Sr. Armando Amaral quando no monitor dessa caixinha que nos liga hoje ao mundo aparece o seu nome, estava a ligar-me para me pedir a minha morada atual, para me enviar o seu último livro.

O Sr. Armando Amaral era e ficará na nossa memória e na memória de todos os açorianos, como disse Camões, “entre aqueles que por obras valerosas se vão da lei da morte libertando”. Era um homem bom, de formação profundamente cristã.

E partiu entre nós, serenamente, no dia 13 de maio, o Dia de Nossa Senhora de Fátima, por quem ele nutria uma admiração extraordinária. Era mesmo um homem de culto mariano ativo.

Desta forma, deixo aqui a minha profunda e mais sentida homenagem à partida do Sr. Armando Amaral, quem recordarei para o resto da minha vida e ao qual dedicarei, certamente, um capítulo da minha história.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o próximo e último voto de pesar. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo falecimento de Mário Carreiro Batista. Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado para a sua apresentação. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Sabrina Furtado (PSD):

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Mário Carreiro Batista

Mário Carreiro Batista, nasceu em 1953, no lugar da Ribeira Seca, hoje freguesia, de Vila Franca do Campo.

Estudou no Externato de Vila Franca do Campo e no Liceu Nacional de Ponta Delgada, prosseguindo os seus estudos no Magistério Primário, concluindo em julho de 1974.

Praticou desporto, designadamente futebol no Clube Desportivo de Vila Franca do Campo e no Clube União Micaelense.

Ingressou no ano de 74/75 no Serviço Militar em Tavira, tendo sido Furriel Miliciano, com a especialidade de Amanuense.

Desempenhou as funções de Professor Primário, nas escolas das freguesias de Ponta Garça e Ribeira Seca, desempenhando, em ambas, as funções e cargo de Diretor de Escola.

Foi um destacado Social Democrata, desempenhando em diversos mandatos as funções de Deputado Municipal, na Assembleia Municipal do seu concelho.

Organizou e ensaiou dezenas de vistosas Marchas de São João em Ponta Garça e na Ribeira Seca.

Fez parte do Grupo Folclórico de S. Pedro e da Comissão de Festas do Senhor Bom Jesus da Pedra.

Foi um dos fundadores e membro da Associação Recreativa e Cultural “Vozes ao Luar” e desde sempre irmão romeiro, participando em romarias quaresmais e a arrumar romeiros na pernoita, com o apoio da sua esposa e dos seus filhos.

Em 1989, foi desafiado para assumir o cargo de Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo, Associação que tinha sido fundada no ano anterior.

No dia 4 de abril de 1989, torna-se no primeiro Comandante da Associação de Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo.

Faz um percurso de sucesso durante 15 anos nas referidas funções, que termina a seu pedido em 13 de julho de 2004, passando para o Quadro de Honra.

Teve um percurso de grande dedicação e responsabilidade, com grandes combates ao nível regional, na defesa de melhores condições para as Corporações de Bombeiros, assim como na aquisição de viaturas de apoio.

No desempenho das funções de Comandante foi sempre leal para com os Presidentes e Diretores da Associação com quem trabalhou.

A 25 de Fevereiro de 2008, recebeu o Diploma de Mérito Municipal, pela Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, por proposta do Presidente, Rui Carvalho e Melo, sendo aprovado por unanimidade.

A doença venceu-o, mas nunca apagará da nossa memória, nem da história do nosso concelho o seu valioso contributo para a cultura e para o desenvolvimento de Vila Franca do Campo.

Para a sua e para a minha geração sempre foi uma figura incontornável no nosso concelho. Habitamo-nos desde sempre a reconhecer o mérito e a entrega à causa pública do Professor Mário Batista, que agora se junta a todos os que recordaremos sempre.

Assim, ao abrigo dos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do presente voto de pesar pelo falecimento de Mário Carreiro Batista.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Associação de Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo, à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e à Junta de Freguesia da Ribeira Seca.

Obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 31 de maio de 2022

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Sabrina Furtado e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de pesar.

Conheci o senhor nessa qualidade, o Sr. Comandante Mário Batista, de 96 a 2004. Posso dizê-lo, que talvez pela sua formação militar ou também pela sua formação militar era um homem disciplinado e disciplinador, mas, sobretudo, foi um cidadão ativo em termos coletivos em Vila Franca do Campo. Foi um cidadão ativo em várias áreas culturais e também sociais. E prestou, nesse sentido, bons e grandes serviços à comunidade de Vila Franca do Campo, também como formador de várias gerações enquanto professor.

E dizem-me aqueles que foram alunos dele que era, simultaneamente, tolerante sem ser permissivo e rigoroso sem ser intransigente.

Neste sentido, esta personalidade merece também, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a nossa homenagem ao Sr. Comandante Mário Batista, pela vida digna que trilhou e também pelos valores e pelas causas que defendeu.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Encerramos, assim, a apresentação e votação de votos. Avançamos para as declarações políticas. Dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima para fazer a declaração política do Bloco de Esquerda.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A regulação dos mercados e dos diversos setores de atividade económica é algo aceite por quase todos os quadrantes e partidos do nosso espectro político.

A ideia de mercados sem freio, que ainda assim alguns defendem, leva inevitavelmente à autodestruição dos mesmos. As primeiras vítimas desse processo são sempre os trabalhadores, o território, o ambiente e os ecossistemas. Não é preciso ser-se socialista para considerar que a regulação da atividade económica é essencial, mesmo que se discorde em muitos aspetos do grau de regulação e do que deve ser o papel do Estado na economia.

Vem esta introdução a propósito do programa de ordenamento turístico apresentado pelo Governo Regional a este Parlamento, que mais tarde veio a retirar. Este instrumento de planeamento é uma peça essencial para o desenvolvimento económico, para o desenvolvimento social e para a preservação ambiental e ecológica dos Açores.

Recordo que o atual plano de ordenamento data de 2008, tendo sido suspenso parcialmente em 2010, tendo sido alteradas as suas medidas cautelares em 2019.

Recordo também que deveria ter sido revisto até 2015!

Nada temos contra que se reavalie a proposta apresentada, isto apesar de estarmos preparados, naturalmente, para a debater e votar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O plano apresentado, na nossa opinião, não poderia ser aprovado.

E as questões apresentadas na iniciativa de retirada, por parte do Governo, nem eram determinantes para o Bloco de Esquerda. Aquilo era um plano que, no fundo, pouco ou nada regulava, pois, em grande medida, procurava acima de tudo fazer previsões. Previsões, com base em cenários de intensidade turística.

Uma vez atingidos os limites, simplesmente se escalava para o patamar seguinte ou determinava-se a revisão do plano.

A ausência de limites objetivos e mensuráveis ao crescimento da oferta de camas significa o crescimento sem limites e o inevitável desastre a prazo, inclusive para muitas empresas do setor.

Regular, para a seguir criar exceções, por exemplo, através dos projetos de

interesse regional, é um subterfúgio para manter a desregulação no seu máximo. Impedir a massificação numa ou mais ilhas tem de ser condição para o novo plano de ordenamento turístico.

O que o Governo quer é exatamente o oposto do que deve ser feito. Retirar os poucos aspetos regulamentares do plano para o tornar ainda mais um plano meramente orientador, como afirma o Governo no documento de retirada, é assumidamente abraçar o capitalismo selvagem.

Esse caminho sem retorno levará os Açores ao precipício!

Queremos lutar contra o desenvolvimento de mais uma monocultura e a transformação dos Açores numa disneyland verde.

Só assim será possível que o turismo efetivamente contribua:

- Para melhorar as condições de vida, com mais e melhor emprego estável;
- Para fazer ruturas com a situação de precariedade e baixos salários que persistem nos Açores;
- Para gerar riqueza e distribuí-la de modo justo;
- Para garantir desenvolvimento económico e sustentabilidade às empresas do setor.

O desenvolvimento do próximo plano de ordenamento turístico tem de ser participado. A sua discussão pública não deve nem pode ficar pelos serviços mínimos previstos na lei, pois um plano deste tipo, pela sua abrangência, diz respeito a cada um e a cada uma de nós.

É fundamental que esse plano não seja apenas e somente orientador, isso seria assumir que seria letra morta. É fundamental uma estratégia de desenvolvimento, de regulação, de limites efetivos ao crescimento, de limites de número camas e definição das cargas máximas.

São necessárias medidas concretas para reduzir a sazonalidade no setor. Medidas para distribuir os fluxos turísticos pelas ilhas e dentro das próprias ilhas, reduzindo a pressão onde ela é demasiado grande e aumentando os benefícios onde eles não

chegam.

É preciso um plano que não esqueça também os navios de cruzeiro, as suas consequências ambientais e a massiva concentração de pessoas que promove em curtos espaços de tempo.

Para além dos impactos ambientais sobre o território e sobre o emprego, não se podem esquecer outros impactos sociais, nomeadamente na habitação, na sua disponibilidade e custo.

Estes são apenas alguns dos princípios que um plano que efetivamente queira garantir um desenvolvimento sustentável do ponto de vista económico, ambiental e ecológico e social deve, na nossa opinião, seguir.

Eles serão traduzidos numa proposta que apresentaremos a este Parlamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É preciso também separar águas e perceber o que querem os partidos que suportam o Governo.

Querem o “deixa andar” em que vivemos e o que o plano que foi apresentado mantinha, ou querem, efetivamente, uma regulação que imponha limites para proteger o território e a própria economia? Fica a questão.

Entretanto, este Governo, como acontece desde que iniciou funções, continua a aprovar novos e grandes empreendimentos turísticos.

O Governo tem de cumprir com as condicionantes existentes à aprovação de novos empreendimentos existentes e não pode terraplanar os planos orientadores existentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este é um momento tão bom como qualquer outro para que o Governo também nos possa esclarecer sobre algumas notícias que têm vindo a surgir sobre o setor.

No dia 2 deste mês, foi noticiado que um projeto hoteleiro, a ser criado junto à Lagoa do Fogo, em S. Miguel, custará a módica quantia de 100 milhões de euros.

O promotor do projeto diz que está a tentar garantir o financiamento público do

mesmo. Tendo em conta que já há autorizações de prospeção geotérmica por parte do Governo a esses promotores, o que pergunto é o seguinte:

O que está a ser ou foi negociado com esse promotor? E que parte desses 100 milhões de euros será paga com dinheiro público?

Qual é a taxa de participação deste projeto?

Será ele um Projeto de Interesse Regional?

Irão os açorianos e açorianas pagar largas dezenas de milhões de euros para construir um hotel?

É esse o destino dos milhões de fundos europeus? Para um hotel?

Ficamos à espera de respostas.

Termino também com uma última interrogação. Têm sido recorrentes as notícias públicas, ainda ontem, acerca da possível reentrada do Governo Regional na ATA (Associação de Turismo dos Açores).

Este Governo, que ainda no mês passado fez umas contas baseadas em critérios sem sentido para tentar empolar artificialmente a dívida pública da Região, quer agora entrar como sócio de uma entidade privada com mais de 3 milhões de euros de dívida, que se saiba.

Este Governo diz que não quer ser hoteleiro, mas quer assumir as dívidas de uma entidade privada? Tem o Governo certezas sobre a situação financeira da ATA?

Parece-nos que a promoção do destino Açores e o respetivo financiamento devem ficar a cabo do Governo, seguindo uma estratégia global e coerente para os Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a Venezuela?

O Orador: Isso sem prejuízo de associações empresariais ou municípios fazerem a promoção que entenderem para os seus setores, ilhas ou municípios, recorrendo aos seus próprios recursos.

Este modelo de promoção do destino através da ATA, uma associação que não ata nem desata à espera que o Governo chegue para tomar conta das suas contas,

não serve os Açores.

Disse.

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está feita a declaração política. Estão abertas as inscrições.

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, tem a palavra.

Faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado António Lima, começo por saudar a sua intervenção, mas gostava de lhe dizer que não lhe cabe a si dizer o que é que o Governo pensa ou não pensa...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e dizer o que o Governo quer e o que o Governo não quer. O que o Governo quer e não quer ficará plasmado nos diplomas que apresentar a esta Assembleia. E depois ficará aprovado aquilo que esta Assembleia entender aprovar.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, eu começo por lhe pedir que não ponha na minha boca nem boca de qualquer Membro do Governo aquilo que nós não dissemos e que não induza seja o que for em relação àquilo que estamos a trabalhar, a reconsiderar e depois iremos apresentar.

E falando de reconsideração, queria começar por dizer que a revisão do POTRAA, depois de ponderadas todas as circunstâncias, ouvidas muitas associações, ouvidas muitas entidades e tendo em conta também toda a opinião pública e publicada, o Governo entendeu, por deliberação, retirar o POTRAA para proceder à sua revisão.

As razões da sua retirada constam dessa deliberação e dizem expressamente para atualizar os dados, que foram muito criticados publicamente, sendo dados de 2016, 2017 e 2019, portanto, retirar para podermos atualizar os dados, levar em conta todas as circunstância que, entretanto, foram alteradas, desde logo decorrentes da própria pandemia, decorrentes da alteração tarifária inter-ilhas, decorrentes do próprio retomar, ou não, dos passageiros entre as várias ilhas e entre o Continente e os Açores, ter em conta toda esta retoma que se espera que aconteça depois da pandemia, depois de 2019, e tendo em conta também a necessidade de rever Plano Estratégico de Marketing do Turismo dos Açores, o PEMTA.

Portanto, é para fazer um novo documento com princípio, meio e fim, ancorado em trabalho sério que temos que fazer, tendo em conta as críticas que ouvimos, porque ouvimos e soubemos ouvir e soubemos reconsiderar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e soubemos, por isso, tomar decisões em conformidade. E eu acho que isso não merece crítica, merece louvor!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, feita aqui esta introdução sobre as razões que nos levaram... Sem ter sido exaustiva, porque pode ler-se a deliberação e ver as razões

que estão em causa. Feita esta primeira abordagem relativamente às razões sobre a retirada do documento, queria ter em conta algumas coisas que ali foram ditas pelo Sr. Deputado. Falou em capitalismo selvagem, em turismo de massas?! Sr. Deputado, o senhor deve viver noutra região que não a nossa!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É na Venezuela!

Deputada Alexandra Manes (BE): Já cá faltava a Venezuela!

A Oradora: Na nossa Região, nós estamos muito longe, muitíssimo longe de qualquer massificação.

Deputado António Lima (BE): Olhe que não!

A Oradora: O que nós temos que fazer é uma gestão ordenada de alguns pontos de visitação.

O que nós temos é que ter em conta alguns investimentos se são ou não são adequados em determinados pontos do nosso território.

O que nós temos que ter em conta são os planos de ordenamento do território de cada município. E recebi pessoas, simpatizantes do Bloco de Esquerda, que estão absolutamente de acordo com isso.

O que nós temos que ter em conta são os outros instrumentos de gestão territorial, desde os POOC... o PROTA e outros documentos de nível municipal e regional.

E, tendo em conta tudo isso, devo-lhe dizer que há um enorme potencial de crescimento turístico nas nove ilhas dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E só para que fique claro e que não fique a ideia de que nós achamos, aqui ninguém acha nada, o que acha são os factos, são os dados, são os estudos.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: E para que nós saibamos do que é que estamos a falar, a intensidade

turística nos Açores é de 12, na Madeira 32 e nas Canárias 45. E a densidade turística nos Açores são 1293, na Madeira 10 141 e nas Canárias 13 689. Nós estamos quase a 10 % da Madeira ainda. Ora, isto é com dados que nós temos que trabalhar.

Deputado Carlos Silva (PS): É isso que nós queremos para os Açores?

Presidente: Sra. Secretária, agradeço que termine.

A Oradora: Isto não significa que Ponta Delgada seja igual ao Nordeste, ou que o Nordeste seja igual à Terceira ou ao Faial ou ao Pico ou à Graciosa ou a São Jorge, ou que São Miguel seja igual à Terceira ou que Angra do Heroísmo seja igual a Ponta Delgada, cada um tem as suas especificidades, cada um tem os seus indicadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Pedro Neves (PAN): O problema é a moderação!

A Oradora: E tudo isso será tido em conta no novo documento a apresentar a esta Assembleia.

Relativamente às questões que aqui foram levantadas em concreto...

Presidente: Sra. Secretária Regional, tem de terminar.

A Oradora: Então fica para uma próxima.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um tema que nos traz, aqui, hoje, o Bloco de Esquerda, menos dogmático do que é costume. É daqueles que devemos debater com seriedade, com perspectiva de futuro e olhando os bons exemplos que temos na nossa Região e não comparando, que me perdoe a Sra. Secretária Regional, com os maus exemplos dos outros arquipélagos atlânticos.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é preocupação!

O Orador: Eu não quero e penso que a maioria dos açorianos não quer...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas é isso que a Sra. Secretária quer!

O Orador: ... transformar os Açores numa Madeira ou transformar os Açores numa Canárias.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O senhor não estava aqui há dois minutos atrás, Sr. Deputado!

O Orador: Usar a Madeira e as Canárias, os seus indicadores de ocupação territorial, os seus indicadores de densidade para dizer que os Açores estão longe disso não significa nem pode significar que os Açores devem seguir esse caminho. Bem pelo contrário.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ninguém disse isso, Sr. Deputado!

O Orador: Mas eu disse que disseram?

Bem pelo contrário. Devemos olhar, por exemplo, para ilha em frente, para a ilha do Pico, para o seu exemplo e seguir nas restantes ilhas dos Açores o exemplo do empreendedorismo e da forma como se desenvolveu o turismo naquela ilha nos últimos anos. Toda a gente faz elogios, mas depois ninguém quer fazer igual àquilo. É um facto.

E na intervenção que o Sr. Deputado António Lima fez há algo que ressalva e que todos devemos pensar com serenidade e seriedade, que tem a ver com a sucessiva dependência do setor empresarial dos fundos da Região Autónoma dos Açores, da União Europeia, ou seja, dos contribuintes da Região, de Portugal, da Holanda, da Alemanha e dos outros países da União.

Não várias vezes ouvimos criticar os subsídios aos cidadãos, às pessoas com dificuldades, à aquisição de habitação, já ouvimos críticas até, algumas infundadas e verrinosas, sobre o Rendimento Social de Inserção. Devemos, perdoem-me a expressão, desmamar, de facto, dessa dependência da subsidiação, mas desmamar também as empresas açorianas para criar condições para que elas cresçam, porque elas não crescem nessa dependência, elas crescem quando conseguirem desenvolver a sua atividade por forma a criar riqueza e reinvestimento com os seus próprios fundos.

Esta é que é a grande questão do desenvolvimento desta Região Autónoma, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... é desmamar os Açores e os açorianos da dependência dos fundos da Região, do Estado e da União Europeia.

E, por fim, Sr. Deputado António Lima, o Governo não vai pagar, não vai fazer contas com as contas da ATA, o Governo vai entrar onde nunca devia ter saído, porque o Governo é que tem que coordenar, como o senhor disse daquela tribuna, a promoção dos Açores. E é através da ATA, do know-how dos seus profissionais, que o Governo deve desenvolver essa atividade.

E as contas que estão na ATA por pagar não foram criadas pelas administrações privadas da ATA, foram criadas pelas administrações anteriores que tinha o Governo Regional lá dentro, com uma fórmula de votação que era absolutamente iníqua.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Isso é que é liberalismo!

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor sabe muito bem que eu tenho razão e o

senhor sabe porque é que saiu da ATA!

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata, quando me permitir, terei todo o gosto... Esta declaração política que o Bloco de Esquerda nos trouxe já permitiu algumas revelações sobre intervenções que foram aqui feitas.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Nomeadamente sobre a ATA!

O Orador: Em primeiro lugar, o Deputado Nuno Barata fala pelo Governo e diz que o Governo vai entrar na ATA. Diz ser liberal, mas, depois, na prática, não é bem assim.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Grande lata!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor diz que é socialista, mas, na prática...

O Orador: Mas, mais importante do que isso, fala em nome do Governo e diz que o Governo vai entrar na ATA, quando ainda na semana passada a Sra. Secretária disse que o Governo estava a estudar essa possibilidade. Portanto, é preciso clarificar qual é o ponto de situação relativamente a este assunto.

Depois, este debate também trouxe aqui uma confirmação, a forma arrogante como a Sra. Secretária se dirige aos partidos aqui representados e eleitos democraticamente. Isso também é motivo de preocupação.

Disse ainda a Sra. Secretária que o Governo Regional ouviu as associações e as críticas que essas associações emitiram sobre o POTRAA e que, com base nessas críticas, decidiu retirar o documento. Sra. Secretária, o Governo só ouviu as associações agora? O Governo está em funções desde novembro de 2020. O Governo, quando apresentou o documento, não ouviu as entidades? Não promoveu novas sessões públicas de esclarecimento?

Mas, mais importante do que tudo isso, há uma pergunta que se impõe sobre o POTRAA.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Foi o que ela fez!

O Orador: Com a retirada deste documento, Sra. Secretária, há uma pergunta que deve ser esclarecida, Sra. Secretária: o que é que acontece enquanto não existir novo POTRAA? Esta é pergunta que não tem resposta, que o Governo se remete ao silêncio. É uma pergunta que nos preocupa, que preocupa muitos açorianos e que, no fundo, deixa o mercado sem qualquer regulação. E todos nós já conhecemos os riscos que isso acarreta.

E o exemplo que a Sra. Secretária cita como modelo deste Governo, Madeira e Canárias, é exatamente aquilo que nós não queremos para os Açores.

Deputada Alexandra Manes (BE): Exatamente!

O Orador: E, portanto, importa aqui esclarecer, Sra. Secretária, o que é que acontece enquanto não existir novo POTRAA.

Deputada Alexandra Manes (BE): É mais um hotel para os Açores!

O Orador: O Governo vai continuar a iludir os açorianos dizendo que respeita as petições e as suas orientações e, depois, à revelia, vem novamente aprovar investimentos?

É também o que está a acontecer nos centros ambientais dos Açores, em que o Governo diz que quer qualificar o turismo e ao mesmo tempo reduz horários e reduz o período de funcionamento, fazendo exatamente o contrário do que é recomendável.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Ouviu o telejornal de ontem?

O Orador: E aqui também, Sr. Secretário Alonso, é importante que ouça também as associações e as críticas que elas têm feito.

E, portanto, também aqui é um Governo que diz uma coisa, que diz que quer qualificar o turismo, mas faz exatamente o contrário. E isso também é motivo de preocupação.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Veja o telejornal de ontem!

O Orador: A ânsia de querer extinguir a Azorina sem planeamento e sem acautelar os serviços que eram prestados também está a prejudicar os Açores. E é por exemplos como esses que os Açores estão a ficar para trás.

Mas há mais, quando falamos do turismo, importa lembrar o trajeto que foi feito, o esforço dos empresários, dos trabalhadores, que souberam aproveitar as políticas que foram delineadas pelo Governo do Partido Socialista, conforme comprova o Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores, que vigorou até 2020, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): E a taxa turística!

O Orador: ... e que o atual Governo continua a visitar o documento sem qualquer ação sobre o mesmo.

Falar do turismo é também falar do trabalho que foi feito em diversos setores da atividade económica, não apenas do alojamento, e também aqui foi feito um percurso notável na capacidade instalada, é falar de ordenamento turístico, que o Governo não sabe o que fazer.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O senhor é que sabe!

O Orador: É também falar, e aqui é importante lembrar os sistemas de incentivo ao investimento que, desde 31 de dezembro de 2021, não existem e que prejudicam as empresas que querem modernizar os seus estabelecimentos.

É também falar dos problemas que existem na Lagoa do Fogo, por exemplo, e que são locais com grande pressão turística. E também aqui o Governo não atua.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Agora é que tem pressão turística?

O Orador: Não é de agora, mas o Governo não atua quando devia de atuar.

É também falar dos baixos rendimentos que existem no setor e que importa que este Governo esteja atento à precariedade que existe e que desenvolva trabalho.

E, portanto, falar do turismo e da sua qualificação é estar atento aos problemas que existem, é não usar como modelos de desenvolvimento para o turismo o caso

da Madeira e das Canárias, mas sim procurar outros destinos sustentáveis...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e conseguir reconhecimento para os Açores.

E, portanto, falar do turismo é exigir que este Governo esteja atento ao que está a acontecer e que tenha uma estratégia, de facto, para o turismo dos Açores, que a desenvolva e que a implemente, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Foi aquilo que os senhores fizeram, implementarem o modelo Sueco! Levaram a SATA à falência!

O Orador: ... de forma a não deixar que o mercado, por sua iniciativa, arruíne o trabalho que foi feito nos últimos anos e que prejudique os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Vamos implementar o modelo Sueco!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, é incontornável, quem ouve a sua declaração política, que o senhor, de facto, não gosta do turismo. Aquilo que são os malefícios que apesentou relativamente ao turismo são claramente de alguém que tem uma posição quanto ao turismo em que só vê aspetos negativos do turismo. E, portanto, isto é evidente, apesar do seu esforço.

Relativamente àquilo que é a estratégia do Governo, está no Programa do Governo...

Deputado Carlos Silva (PS): Não existe estratégia

O Orador: ... e vem do anterior Governo, a preocupação em termos de turismo sustentável. Mas isso é evidente que pode ser visto, de algumas perspetivas, de uma forma de criar limites demasiados baixos, é aquilo que defende, no fundo, o Bloco de Esquerda, ou ter a noção daquilo que é a importância para o crescimento económico da Região e aquilo que pode ser o contributo do turismo.

Como sabe, em termos de trabalho, em termos de emprego, o turismo gera, neste momento, nos Açores, cerca de 20 mil postos de trabalho. Imagine, se tivéssemos o turismo em crise, o que é que não seria a questão dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E aquilo que disse a Sra. Secretária, comparou os dados da Madeira e das Canárias, mas não disse que esse era o objetivo da Região. Deu um exemplo, exatamente por aquilo que é a diferença de 1 para 10 no caso da Madeira. E que mostra que sem chegar à Madeira há aqui uma margem de crescimento que é evidente.

Mas isso é indiscutível, nós podemos crescer. O desafio que se coloca à Região é que o crescimento dos proveitos seja superior àquilo que é o crescimento dos visitantes, de maneira que cada visitante deixe cada vez mais rendimento na Região...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que o impacto em termos da sustentabilidade ambiental seja inferior àquilo que é o crescimento dos rendimentos.

Agora, a questão da descentralização dos pontos visitáveis que têm maior confluência, é evidente que passam também por investimento público, mais miradouros, mais zonas balneares, mais estradas turísticas. Isso é, claramente, uma obrigação do Governo e que consta do Programa do Governo. E, portanto, o

caminho é esse.

Agora, é bom que não se esqueça o seguinte: nos últimos sete anos do PO2020, apesar das declarações do Governo na altura, sobre 500 milhões de euros de investimento, por exemplo, no conjunto dos setores, e nós sabemos que o turismo era aquele com mais intenções de investimento, a verdade é que nos sete anos do PO2020, isso foi informação prestada pelo Governo há cerca de dois meses aqui no Plenário, foram investidos por empresas privadas, a participação foram 118 milhões de euros.

E, portanto, na prática, as empresas açorianas não estiveram a investir com base só em sistemas de incentivos, porque senão 118 milhões de euros a dividir por sete anos daria muito pouco. E o investimento privado foi bastante superior a isso. E aí é bom que o Sr. Deputado Nuno Barata também tenha em conta isso, porque é um facto que é importante ter presente.

Quanto àquilo que são as declarações do Sr. Deputado Carlos Silva, do PS, quer dizer, não há comentários. Então, o PS, o Governo teve o POTRAA, depois da discussão pública, um ano e meio na gaveta e agora pergunta como é que este Governo vai gerir a ausência do POTRAA?!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas tem que perguntar ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro como é que fez durante um ano e meio, depois da discussão pública e depois do documento...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor já ouviu falar do Covid?

O Orador: 2019 diz-lhe muito, com certeza.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Veja lá quando foi aprovada a proposta!

O Orador: E a indecisão era uma característica muito sua.

Relativamente a isso, a pergunta que tem que fazer é ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, como é que durante um ano e meio geriu sem o POTRAA.

A questão daquilo que se passou e aquilo que foi a explicação da Sra. Secretária para retirar o documento de sujeição à Assembleia faz todo o sentido. Aquilo que foram as poucas audições ou algumas em sede de Comissão de Economia foram claramente no sentido de que fazia sentido uma atualização do documento. E é isso que o Governo vai fazer, para além de tudo aquilo que foi a discussão pública que se gerou à parte disso.

Nós entendemos, é aquilo que é a nossa convicção, que o Governo está no bom caminho naquilo que é a estratégia do turismo para a Região, aquilo que é a revisão do Plano Estratégico e de Marketing dos Açores.

E nós o que esperamos é que, até ao final da legislatura, seja possível, de facto, dar um salto, ...

Deputado Carlos Silva (PS): No final da legislatura?! Só no final da legislatura é que teremos um Plano de Ordenamento do Território?!

O Orador: ... porque o desígnio dos Açores nos próximos 10 anos passa claramente pelo desenvolvimento do turismo, porque, infelizmente, nós não temos grandes alternativas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não vou repetir aquilo que já foi dito. Achei graça foi à intervenção do PS a dizer que fez um bom trabalho. E, já agora, ter a coragem de ter falado da Lagoa do Fogo. Essa então é não ter vergonha na cara.

E também o IL, agora, acordou. A Bela Adormecida acordou com a Lagoa do Fogo, três anos depois. Vamos ter um diploma esta semana, isso é que é engraçado.

Não tenho nada contra o Governo ter tirado a proposta. Nada contra. Sempre a favor. Mais vale tarde do que nunca. Foi tarde. Devíamos ouvir, obviamente, mas ainda bem que foi retirado.

Mas tenho uma pergunta, obviamente, para o Governo. E peço à Sra. Secretária, que isso é o que importa, porque sabemos, à partida, que o POTRAA não é apenas um trabalho de técnicos, que também deve ser feito, mas há um posicionamento político, obviamente. E nós sabemos. Por isso, não havia, obviamente, um *AL plus* nesse POTRAA se fosse feito apenas por técnicos, porque de certeza que não percebem nada do turismo dos Açores para... apenas nós queremos um *AL plus*.

Pergunto é apenas uma coisa: em termos cronológicos, quando é que temos uma nova proposta, tendo em conta que neste caso o POTRAA em questão foi suspenso por causa do Covid? Este foi retirado. Quando é que nós vamos ter? Neste caso, cronologicamente, se ainda vai ser nesta sessão legislativa ou nesta legislatura que o Governo vai apresentar o POTRAA.

Porque nós sabemos que, se está suspenso, é um cheque em branco para o Governo, para fazer o que quer e lhe apetece.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Podes começar pela Lagoa do Fogo!

O Orador: Eu vou começar, obviamente, pela declaração política do Bloco de Esquerda. E aquilo que me parece é que o que verdadeiramente aborrece o Bloco de Esquerda é que este Governo tenha retirado o documento do POTRAA. Ou seja, como já estava preparado para fazer o seu numerozinho e vir aqui chumbar o documento, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Chumbaram, os seus parceiros!

O Orador: ... entretanto, ficaram muito aborrecidos porque foi retirado. E, agora, pronto, vêm aqui insinuar que isto agora é uma anarquia e que este Governo não sabe por onde é que vai. Isto agora é uma anarquia porque o documento não está em vigor. Como não está em vigor, como bem sabe, desde 2019.

E depois vem dizer que o Governo Regional quer o oposto daquilo que a Região precisa. Pronto, temos aqui o Bloco de Esquerda como o arauto do desenvolvimento turístico sustentável. Ninguém mais, na Região, pensa o turismo a não ser o Bloco de Esquerda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na Albânia é assim!

Deputada Alexandra Manes (BE): Agora é a Albânia!

O Orador: E aqueles que foram os indicadores que a Sra. Secretária nos apresentou não são para fazer *benchmark* do que é que nós queremos na Região, ou seja, isto não é o nosso objetivo. Os dados que a Sra. Secretária aqui apresentou servem, isso sim, para demonstrar que quando se diz que estamos com um turismo massificado, que estamos a ficar como a Madeira e como as Canárias, vem provar exatamente que nós não somos a Madeira nem somos as Canárias.

Deputada Alexandra Manes (BE): Exatamente!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Aliás, o que este Governo pretende fazer é aquilo que a Sra. Secretária diz, é respeitar aquilo que também são as indicações e os documentos, sejam eles municipais ou sejam eles regionais. E isso aí nada indica que queiramos e em sítio nenhum está que o *benchmark* é a Madeira e as Canárias e que nós agora vamos ser a nova Madeira ou as novas Canárias.

E eu digo isto, porquê? Porque, efetivamente, a Região tem particularidades e assimetrias. E essas assimetrias e essas particularidades têm que ser tidas em conta no Plano de Ordenamento Turístico. E não podemos nivelar e dizer que é tudo igual em todas as parcelas desta Região.

Por exemplo, e o Sr. Deputado Nuno Barata falou, e bem, do exemplo da ilha do Pico, na ilha do Pico houve um enorme investimento em alojamentos locais. O que demonstra que é uma aposta ganha, é a aposta certa. Para a ilha do Pico é a melhor aposta, efetivamente. Isso não quer dizer que não haja lugar para outro tipo de empreendimentos noutras ilhas da nossa Região e que não se adeque. E isso não quer dizer também que nós tenhamos já uma pressão turística absoluta, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O modelo Sueco é o melhor!

O Orador: ... ou seja, que estamos saturados e que não permita haver qualquer tipo de empreendimento turístico, que permita também disponibilizar mais camas para outro tipo de turismo. Isso não quer dizer que já tenhamos atingido ou que queiramos atingir, lá está, os indicadores da Madeira ou das Canárias. Julgo que está absolutamente de parte esse cenário.

Por isso, eu também gostava de perguntar ao Sr. Deputado Carlos Silva: quem é que suspendeu o POTRAA? Foi este Governo que suspendeu o POTRAA? Que

eu saiba, o Conselho do seu Governo, do seu Governo anterior, exatamente, decidiu a revisão do POTRAA em 2015. 2015, estamos em 2022... Em 2017, alterou novamente em Conselho do Governo, nova decisão. Isso é verdade. É um facto. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é um facto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Até lhe digo: Conselho do Governo n.º 101/2015, de 15 de junho. Foi quando foi decidida a reavaliação do POTRAA.

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que vai acontecer com o POTRAA?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E termino já, Sr. Presidente.

E o que eu digo também é que as situações, agora, Sr. Deputado Carlos Silva, são resolvidas exatamente da mesma maneira que foram resolvidas após a suspensão do POTRAA, vão a Conselho do Governo...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... e respeitam o enquadramento legal vigente. Isto é o mesmo *modus operandi* do Governo anterior e é o que se faz quando os documentos estão suspensos.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: E para terminar, Sr. Presidente, só para dizer que os centros interpretativos, Sr. Deputado, estão abertos na época alta. E a única alteração que houve foi relativamente à época intermédia, que era abril e outubro. E foi avaliando os dados.

Deputada Ana Luís (PS): Não há turismo nessa altura!

O Orador: Mas, obviamente, o Sr. Secretário também já demonstrou abertura para se reavaliar eventualmente esses dois meses, abril e outubro.

Quanto ao PS e à questão da Lagoa do Fogo, pronto, eu ia dizer, ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ... mas o Sr. Deputado Pedro Neves acho que disse tudo. E quanto a isso estamos conversados. Aquilo que o PS, quando propôs um túnel num monumento natural... acho que estamos conversados sobre aquilo que era o que o PS defendia.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Para terminar e termino mesmo, Sr. Presidente, nós temos que, efetivamente, nos posicionar e segmentar e seguir bons exemplos mundiais, sejam eles a Costa Rica, a Nova Zelândia. E nós, na Europa, temos que ser, efetivamente, a referência do turismo de natureza.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental, mas peço permissão à Câmara para concluirmos esta declaração política. Pergunto se há mais inscrições.

Dou a palavra então ao Sr. Deputado António Lima para encerrar a declaração política.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo pela intervenção da Sra. Secretária, que agradeço, começando por dizer que o Bloco de Esquerda não fala pelo Governo nem tem pretensões de falar.

Felizmente, o Governo fala. E na sua carta que enviou ao Parlamento para retirar a proposta disse exatamente aquilo que disse daquela tribuna, ou seja, que o documento que querem entregar ao Parlamento depois de fazerem a revisão, que, por princípio, não temos nada contra que se melhore a proposta que foi apresentada, o que o Governo diz é que há necessidade de fazer uma reavaliação do modelo que subjaz ao POTRAA e da própria metodologia de estruturação, conferindo ao documento um cariz mais orientador e não tanto regulador.

Ora, quando se diz que se quer um documento orientador e não regulador é exatamente para desregular o setor. Sra. Secretária, não há nada mais claro, infelizmente. O Governo, sobre esta matéria, foi bastante claro.

Sobre as questões que não teve oportunidade de responder, certamente teremos oportunidade de as colocar de outra forma.

Mas sobre a questão da intensidade turística e sobre os limites que o plano prevê e os limites que nós devemos colocar a nós próprios, a Sra. Secretária avança com alguns números, mas esquece-se de dizer que o plano que apresentou a este Parlamento, nos cenários que apresenta, já estava no limite daquilo que é considerado massificação pela própria Organização Internacional do Turismo. Por isso, o limite que a senhora diz que está muito longe de acontecer não está longe de acontecer. Aliás, o Governo prevê que ele seja atingido e ultrapassado. E esse é que é o risco que nós correremos.

Não estamos a dizer, ninguém está a dizer que estamos ao nível da pressão que existe na Madeira ou nas Canárias, não queremos é lá chegar.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Mas, pelos vistos, como o PSD assim afirma, que diz que o desígnio dos Açores para os próximos 10 anos é o turismo, esse caminho da massificação parece ser, para esta maioria, o único caminho de desenvolvimento para os Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não é verdade! Não apoiado!

O Orador: E é um caminho profundamente errado para os Açores. Um caminho que já sabemos no que é que dá. Basta ver, para os níveis de risco de pobreza que existe na Madeira, exemplo com o qual se querem comparar, que é, neste momento, superior ao dos Açores. E tem um setor do turismo hiper, mega desenvolvido. Sem dúvida que tem. O que é que isso confere ao povo da Madeira e àqueles que trabalham no setor? Pobreza e miséria. Nós não queremos para os Açores!

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Exatamente!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas, com a Agenda.

Até logo. Bom almoço.

Eram 13 horas e 06 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Vamos entrar na Agenda. O ponto n.º 1 da Agenda será discutido na manhã de quarta-feira, conforme deliberado na Conferência de Líderes.

Avançamos para o ponto n.º 2: **Anteproposta de Lei n.º 5/XII – “Regulamentação da Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde”**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

E os tempos para este debate são os seguintes: o Partido Socialista, o PAN e o Governo dispõem de 22 minutos cada; o PSD de 20 minutos; o CDS-PP de 14

minutos; o Bloco de Esquerda e o PPM de 12 minutos cada; o Chega e a Iniciativa Liberal de 10 minutos cada; e o Sr. Deputado independente dispõe de 5 minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a apresentação da iniciativa.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Decisores políticos que compõem esta Assembleia Legislativa Regional, venho por este meio apresentar uma iniciativa legislativa, uma Anteproposta, que tem como objetivo primordial apresentar uma solução que, embora não seja inédita, pretende corrigir uma injustiça laboral que perdura há mais de uma década. Falo-vos da criação da carreira de técnico auxiliar de saúde, ou, melhor dizendo, da recriação da carreira de técnico auxiliar de saúde.

Digo recriação porque, durante largos anos, estes profissionais de saúde tiveram uma carreira especial que refletia, na sua globalidade, as funções desempenhadas por estes. Todavia, num dado momento da nossa história política, procedeu-se à inversão deste quadro e, sem que algo o fizesses antever ou justificasse, extinguiu-se esta carreira, através de uma reforma profunda da Administração Pública, por intermédio da fatídica Lei n.º 12-A/2008.

Fatídica porque foi a «extrema-unção» da regulamentação da carreira de auxiliar de ação médica, de forma célere e quase banal revogou o Decreto-Lei n.º 231/92, de 21 de outubro, e com isto crucificou as carreiras profissionais do pessoal do Ministério da Saúde, onde se incluíam os auxiliares de ação médica.

Com essa revogação, estes profissionais de saúde foram integrados na carreira geral de assistentes operacionais. Equiparou-se os assistentes operacionais que desempenham as suas funções em estabelecimentos de ensino ou autarquias locais aos que têm um papel imprescindível na prestação de cuidados a doentes, que fazem parte de equipas multidisciplinares de saúde, e que, por isso, lhes é exigida formação e qualificação profissional adequada às funções desempenhadas. Os próprios riscos que decorrem do exercício da atividade profissional, bem como a

carga horária, trabalho por turnos, entre outros, não são devidamente enquadráveis na carreira de assistentes operacionais, gerando uma manifesta situação de discriminação laboral negativa, arredando a possibilidade de progressão na carreira.

Esta situação coloca Portugal como sendo o único ou dos únicos países da União Europeia que contrata profissionais de saúde sem qualificações ou certificação adequada ao exercício das funções para as quais foram admitidos.

O que a presente Anteproposta pretende é a dignificação desta profissão, colocando um fim ao paradoxo criado em 2008, que representa a terceira força produtiva nos hospitais e centros de saúde, nacionais e regionais, através da regulamentação da carreira de técnico auxiliar de saúde, definição das suas competências técnicas, bem como a estrutura de carreira e funções desempenhadas.

Os cerca de 1600 assistentes operacionais, parte de um universo maior se considerarmos os trabalhadores que prestam serviço e cuidados de saúde em IPSS e outras instituições privadas e que pode ascender a mais de 4000 trabalhadores só na Região e a cerca de 30 mil em Portugal continental, merecem, muitos deles a exercer trabalho especializado assente em formação específica, sendo inclusivamente reconhecida a sua categoria pelo Catálogo Nacional de Profissões, uma carreira digna e a vontade política para avançar com a recolocação das suas funções muito para além das meras intenções eleitoralistas.

Esta iniciativa assume, essencialmente, duas vertentes: a correção de uma situação de injustiça laboral, dignificando estes profissionais de saúde; e a melhoria na qualidade de prestação de cuidados ao utente do Sistema Nacional de Saúde e dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Creio que este aspeto gera unanimidade nesta Assembleia.

Em suma e de forma muito objetiva, Sras. e Srs. Deputados, esta Anteproposta de Lei é o reflexo das exigências realizadas por estes profissionais de saúde,

acolhendo todos os aspetos, formais e substanciais, necessários à regulamentação desta carreira. Restando apenas a vontade e coragem políticas para a aprovação da iniciativa legislativa que têm diante de vós.

Ao reformularmos carreiras e definirmos competências técnicas, valorizamos os profissionais e melhoramos os serviços prestados ao utente, que deve estar, sempre e assumidamente, no centro dos sistemas de saúde.

Por fim, não podemos esquecer que estes profissionais arriscam, diariamente, a sua vida e estiveram, em período de pandemia, lado a lado com outros profissionais, na frente de batalha contra um inimigo invisível com igual determinação e perseverança. Seja nas unidades hospitalares ou de saúde ou, ainda, em instituições de apoio social, cumprem a sua missão ao lado dos utentes, prestando-lhes apoio e cuidado direto, assumindo um risco de saúde para eles próprios. Esse risco deve ser recompensado. Não bastam palmas para saldar a dívida que temos para com estes profissionais. A justiça deve ser feita no palco da decisão política e retribuir com o reclamado há anos para a criação desta carreira especial. E cremos que isso deve começar aqui e agora!

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Uma interpelação, Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 15 horas e 40 minutos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Presidente: Lembro à Câmara que o Sr. Deputado promoveu uma substituição integral do diploma.

Eram 15 horas e 41 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Carlos Freitas substituiu o Deputado Marco Costa na Mesa)

Está inscrita a Sra. Deputada Alexandra Manes, a quem dou a palavra.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os bastidores de um hospital são um mundo complexo, agitado, mas acima de tudo uma engrenagem cujo funcionamento perfeito visa o bem-estar das e dos utentes e a salvaguarda do bem maior de cada um de nós, a saúde. Para tal, contam com peças basilares dessa engrenagem que são esquecidos e relegados, não para segundo plano, mas para um plano não existente, os assistentes operacionais, que têm sido invisíveis aos olhos de quem os tutela, mas que representam o terceiro maior grupo profissional no setor da saúde, na sua grande maioria mulheres.

A criação da carreira de técnico auxiliar de saúde tem sido uma das lutas do Bloco, na Assembleia da República, que já fez várias propostas neste sentido, tendo sido a última feita em sede de Orçamento de Estado para 2022, que foi rejeitada.

O BE, na Assembleia da República, fez aprovar um projeto de lei, na generalidade, mas com a dissolução da Assembleia da República acabou por caducar.

São os assistentes operacionais a quem o Governo da República tem negado a carreira que deve ser sua: a carreira de técnico auxiliar de saúde.

Esta carreira é uma questão de justiça, uma obrigação legal e um contributo para o reforço do Serviço Nacional de Saúde e, por consequência, do Serviço Regional

de Saúde.

Justiça porque, se a estes trabalhadores se exige que desempenhem funções específicas e diferenciadas, então têm que ter uma carreira que reconheça esta diferenciação de funções. São absolutamente essenciais para o funcionamento de blocos operatórios, enfermarias, etc. Então, o seu salário tem de ser consentâneo com a importância das suas funções.

Uma obrigação legal que decorre da nova lei de bases de saúde, em que os profissionais de saúde têm direito a uma carreira própria.

É uma forma de reforçar o Serviço Regional de Saúde e o Serviço Nacional de Saúde, porque sem carreira e com baixas remunerações é mais difícil captar profissionais que trabalham mais e ganham menos do que num supermercado.

São milhares de profissionais que não têm uma carreira própria. Fazem turnos, trabalham de noite, fins de semana, acodem em urgência, estão em salas de reanimação a batalhar no limbo da vida e da morte, conhecem todo o material médico em cada ação dos médicos e dos enfermeiros, têm de saber manusear esses materiais, saber o que necessitam e antecipar cada passo, mobilizar doentes, higienizar doentes, alimentá-los, cuidá-los, dar a mão e aquela palavra de conforto que confere o humanismo e o sentido de dever naquilo que fazem. Recebem pouco mais do que o salário mínimo.

São parte de uma equipa, alicerces fundamentais no Serviço Nacional de Saúde e no Serviço Regional de Saúde e têm que ser reconhecidos como tal. Com o reconhecimento desta carreira, inevitavelmente a sua progressão seria uma realidade e não só um benefício para os profissionais em causa, bem como para o SNS e SRS e o seu melhor funcionamento.

O reconhecimento destes profissionais não se faz “com palavras de circunstância, com palmadinhas nas costas que não têm qualquer consequência ou com prémios que excluem mais do que incluem”. Faz-se com “condições de trabalho, com carreiras próprias e com remunerações dignas.”

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que o PAN nos traz e que nós temos em apreciação visa apresentar à Assembleia da República uma proposta de lei com vista à definição dos princípios gerais respeitantes ao exercício profissional dos técnicos auxiliares de saúde, reconhecendo e regulamentando a profissão.

Esta Anteproposta, entre outros aspetos, contempla as áreas do exercício profissional, os deveres funcionais, bem como também o conteúdo funcional dos técnicos auxiliares de saúde. Contudo, naquilo que concerne às remunerações e às posições remuneratórias, remete a fixação das mesmas para um diploma próprio, não sendo, assim, possível aferir qual o impacto financeiro da iniciativa, sendo certo que estará em causa um aumento da remuneração, do qual decorrerá um aumento dos custos com pessoal nas entidades que detêm estes quadros.

Possuindo, no entanto, a proposta uma data de entrada em vigor a 02 de janeiro de 2023, estará, assim, salvaguardado o referido aumento de custos no Orçamento da Região.

A iniciativa que o PAN nos apresenta e que nos traz a esta Assembleia decorre de outras propostas também já analisadas e debatidas na Assembleia da República.

A criação da carreira de técnico auxiliar de saúde é, aliás, um compromisso do Governo da República para 2022, sendo que as questões relacionadas com as regras da transição e a tabela remuneratória serão alvo de análise e discussão com as entidades sindicais.

E, portanto, esta Anteproposta vai, assim, ao encontro do trabalho desenvolvido na Assembleia da República, bem como também pelo Governo da República, pelo

que da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nada temos a opor relativamente a esta iniciativa que nós temos em apreço.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Ana Quental, faz favor, tem a palavra.

Deputada Ana Quental (PSD): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A valorização e reconhecimento dos profissionais de saúde é fundamental para o sucesso das instituições prestadoras de cuidados.

Os cuidados em saúde são realizados por equipas multidisciplinares, onde estão incluídos os assistentes operacionais.

A definição de tarefas e competências de cada um, dentro da equipa, é fundamental para a prestação dos cuidados de saúde e para a satisfação, quer dos profissionais, quer dos próprios utentes.

A pandemia veio evidenciar a importância dos recursos humanos em saúde, independentemente da sua categoria profissional.

É reconhecida a importância fundamental e de complementaridade dos assistentes operacionais dentro das equipas. É de salientar que este grupo profissional é a terceira maior força de trabalho das instituições de saúde.

Embora sabendo que só a título excepcional poderá ser criada uma carreira especial, sendo essa competência da Assembleia da República, compreende-se a reivindicação de quererem recuperar o que perderam com a revogação do Decreto-lei n.º 231/92, de 21 de outubro, onde estavam definidas as competências do anteriormente designado “auxiliar de ação médica”.

A Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, veio também integrar a categoria de auxiliar de ação médica nas carreiras gerais do Estado com o nome de assistente

operacional.

Esta integração abrangeu inúmeras carreiras, quer na área da saúde, quer noutras áreas, desde o auxiliar de ação médica, o ajudante de laboratório, o auxiliar de vigilância, entre outros... Mas também noutras áreas como na área da Educação e noutros serviços públicos, apelando-se para uma questão de justiça para todas estas carreiras.

Embora a atual carreira de assistente operacional seja muito abrangente, o que diferencia cada área é, efetivamente, a ficha de descrição de funções de cada um. De salientar que é com este Governo dos Açores que estão a ser revistas todas as carreiras da saúde, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: ... tendo já sido iniciadas as conversações para a atualização das carreiras gerais.

A presente iniciativa do PAN, “Anteproposta de Lei, que regulamenta a Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde”, pretende valorizar a importância destes profissionais dentro da equipa multidisciplinar. Não obstante as boas intenções deste diploma, é de lembrar que isto é matéria de competência da República.

Sabendo-se também que há várias iniciativas que já foram apreciadas na Assembleia, na anterior legislatura, é expectável que este assunto volte à discussão.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não tinha solicitado a minha inscrição de imediato tendo em conta a natureza puramente parlamentar daquilo que estamos aqui a discutir. É uma Anteproposta de Lei, que tem uma abordagem parlamentar no Parlamento dos Açores, no uso das prerrogativas da iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e que será, obviamente, decidida em sede de Assembleia da República.

No entanto, o contributo que o Governo poderia dar para esta matéria decorre, desde logo, da participação em Comissão e de todos os alertas. O contributo que o Governo poderia dar era exatamente este: encontrarmos aqui algumas questões, identificarmos algumas questões que merecessem alguma correção. Foi esse o contributo que foi dado.

Sendo certo que temos a consciência que ser assistente operacional numa unidade de saúde tem um conjunto de exigências, de requisitos e de obrigações que não são exatamente iguais a outras funções. Estamos a falar de uma especialização que vai contra aquela que foi a tendência legislativa de pôr tudo como assistentes operacionais. Foram cerca de 1716 carreiras que foram extintas, exatamente para generalizar. Mas percebe-se que há aqui uma especialização da atividade de assistente operacional em saúde.

Mas, como referi, é uma matéria de natureza parlamentar. Obviamente, o Parlamento dos Açores aprovando, ficará dependente da aprovação final na Assembleia da República.

Sobre esta matéria e sobre estes trabalhadores em concreto, porque é importante sempre termos a perceção e a convicção de que as nossas ações têm que ter uma correspondência na prática e nas pessoas, estes trabalhadores têm a sua situação acautelada naquilo que é o quadro legal vigente.

Já estão concluídas. As conversações iniciaram-se, mas já estão concluídas, com os representantes dos trabalhadores que quiseram participar. Foram convocados todos os sindicatos para as reuniões. Há um sindicato que diz que não reúne com outros sindicatos. Isso é um problema sindical, no qual o Governo Regional não se intromete. Convocou todos os sindicatos e, no âmbito desses trabalhos, já está concluído o processo negocial também para as carreiras gerais, assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores, para além daquelas que já estavam concluídas em termos negociais com os enfermeiros e com técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e também com farmacêuticos e que estão numa fase de operacionalização, sendo que, no que diz respeito aos farmacêuticos e aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, também o Parlamento será chamado a concluir relativamente àquilo que é o contrato de trabalho em funções públicas.

Não tendo diretamente a ver com esta matéria, mas, já agora, também para esclarecimento, aquilo que foi acordado com os sindicatos relativamente aos contratos individuais de trabalho decorre dessa negociação. No entanto, há a questão dos outros técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica que têm contrato de trabalho em funções públicas. E estes, para evitar qualquer celeuma jurídico ou dúvida jurídica, será o Parlamento a pronunciar-se e a concluir o processo. De resto, já foi aprovada em Conselho do Governo.

E o que queremos é, com transparência e, obviamente, pondo tudo aqui naquilo que é a competência de cada um e com o envolvimento do Plenário, desta Assembleia, poder também dar um passo que consensualize um tratamento necessário para os profissionais de saúde, corrigindo situações de injustiça, algumas delas com mais de 10 anos e, sobretudo, pagando dívidas que estavam por pagar há algum tempo.

Os processos negociais com os profissionais...

(Aparte inaudível)

Não percebi...

Deputado Carlos Silva (PS): Foi um aparte!

Deputada Alexandra Manes (BE): Já começou!

Deputado Carlos Silva (PS): Os apartes são regimentais!

O Orador: Estava eu a dizer que os processos negociais com os sindicatos estão concluídos.

Isto já foi referido várias vezes aqui nesta Assembleia: o Governo anterior, depois de andar a prometer, a prometer e a prometer, acabou por não cumprir com aquilo que eram as justas expectativas dos profissionais de saúde desta Região. Não cumpriu.

Foi este Governo que conseguiu consolidar, conseguiu negociar de uma forma transparente, envolvendo todos, como uma sucessão de reuniões, com uma sucessão de contributos, para fazer com que os profissionais de saúde desta Região tivessem a justa resolução das suas situações remuneratórias e de carreira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Os processos negociais estão concluídos. Estamos numa fase de operacionalização, numa fase de concretização, sendo que parte deste procedimento também terá intervenção parlamentar, como referi.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra, agora, para participar no debate, o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos apreciando uma Anteproposta de Lei, para solicitar à Assembleia da República que tome uma deliberação no sentido de repor uma justiça que tarda em aparecer. Foi há 14 anos atrás que muitas categorias e carreiras profissionais foram completamente obliteradas no nosso país.

Não são só estes técnicos auxiliares de saúde que estão numa situação de injustiça. Há muitas outras categorias profissionais, nas mais variadas áreas da função pública, que também estão injustiçadas, precisamente pela especificidade da sua ação.

Deputado Francisco Coelho (PS): Como é que Passos Coelho resolve isto?

O Orador: E, portanto, é justo que se reponha esta carreira profissional, exatamente porque trata-se de uma categoria de profissionais que, muitas vezes, são o primeiro elo de ligação entre o utente das unidades de saúde e as unidades de saúde, são aqueles que estão mais acessíveis aos utentes.

E, portanto, é perfeitamente justa esta proposta. E vamos acompanhá-la, porque esta reposição pode ser o início, um começo para que se volte a repor justiça na função pública em Portugal.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Vamos iniciar a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 5/XII foi aprovada, na generalidade, com

25 votos a favor do PS, 1 do Chega, 1 do PAN; com a abstenção de 20 votos do PSD, 3 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda. E é só.

Presidente: E o Sr. Deputado independente.

Secretário: E 1 do Deputado independente.

Presidente: E o Bloco de Esquerda.

Secretário: Já disse. Já disse.

Abstenção: 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda...

Presidente: Não, não. Votou a favor.

Secretário: Posso repetir a votação?

Presidente: Faz favor.

Secretário: 25 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do Chega e 1 do PAN; abstenção de 20 do PSD, 3 do CDS e 1 do Deputado independente.

Presidente: E a Iniciativa Liberal.

Secretário: E 1 abstenção da Iniciativa Liberal. Peço desculpa.

Presidente: Vamos iniciar o debate e a votação na especialidade. Pergunto se há inscrições.

Os primeiros cinco artigos do diploma não foram alvo de propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Estão à votação o 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados pelos 25 votos do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do Chega e 1 do PAN; com as abstenções de 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do IL e 1 do Deputado independente.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento do artigo 5.º-A,

apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do Chega e 1 do PAN; com as abstenções de 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do IL e 1 do Deputado independente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os artigos do diploma do 6.º ao 14.º não foram alvo de propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Estão à votação então o 6.º, o 7.º, o 8.º, o 9.º, o 10.º, o 11.º, o 12.º, o 13.º e o 14.º artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 25 votos do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do Chega e 1 do PAN; com as abstenções de 20 do PSD, 3 do CDS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento do n.º 3 ao artigo 15.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do Chega e 1 do PAN; com a abstenção

de 20 do PSD, 3 do CDS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente.

Presidente: Coloco à votação o artigo 15.º do diploma com esta proposta de aditamento que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do Chega e 1 do PAN; com as abstenções de 20 do PSD, 3 do CDS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de aditamento do n.º 2 ao artigo 16.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do Chega e 1 do PAN; com as abstenções de 20 do PSD, 3 do CDS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente.

Presidente: Está à votação o artigo 16.º do diploma com esta proposta de aditamento que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do Chega e 1 do PAN; com as abstenções de 20 do PSD, 3 do CDS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os quatro restantes artigos do diploma não foram alvo de propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Não havendo oposição, estão à votação os artigos 17.º, 18.º, 19.º e 20.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 25 votos do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do Chega e 1 do PAN; com as abstenções de 20 do PSD, 3 do CDS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação geral global, foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do Chega e 1 do PAN; com as abstenções de 20 do PSD, 3 do CDS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem dúvida que fico bastante contente de saber que isto foi aprovado nesta Assembleia. Pelo menos é o primeiro passo. Isto é uma Anteproposta, é o primeiro passo para entrar na Assembleia da República.

E acredito que os partidos irão acompanhar. Não acredito que virem as costas a 30 mil trabalhadores. Isto é o primeiro passo também para uma mudança na

Administração Pública.

Achei estranho foi aquilo que aconteceu nesta Assembleia: diziam que concordavam, estamos todos a fazer uma dignificação de uma carreira, mas vimos a direita a abster-se. Não sei porquê. Se calhar, o PPM não apareceu, senão votavam contra. O CDS diz que concorda plenamente e abstém-se. Não sei o que é que se passou.

Seja como for, o PAN está bastante contente com aquilo que foi uma aprovação desta Assembleia. E acho que a Assembleia da República vai, sem dúvida, acompanhar esta Anteproposta, que é dos Açores.

Aquilo que nunca tinha ouvido falar, mas também eu sou um Deputado novo, se calhar vou ouvir mais vezes, é dizerem nesta Assembleia... uma Sra. Deputada dizer que isto é uma competência da República. Sim, mas há uma ferramenta que se chama Anteproposta de Lei. E uma Anteproposta de Lei é: qualquer Deputado desta Assembleia, seja dos Açores ou seja da Madeira, tem os mesmos direitos e tem os mesmos deveres que um Deputado da Assembleia da República. E sempre pode fazer uma Anteproposta para que entre dentro da Câmara da República.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E quem não tem vergonha na cara é o PS! Está certo!...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Não havendo, vamos então avançar na nossa Agenda. Avançamos para o ponto 3 da Agenda: **Anteproposta de Lei n.º 10/XII – “Décima quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho”**. Esta é uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM. Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

“Décima quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.”

O modelo de poder local instituído pela Constituição da República de 1976, que nos seus traços essenciais se mantém até hoje, detém características que justificam que seja designado por Poder Local Democrático.

A eleição direta dos executivos confere a cada um dos seus membros legitimidade própria, representatividade e separação entre os órgãos executivo e deliberativo.

Este modelo de poder local, ao longo de mais de trinta anos revelou-se capaz de proporcionar condições para o desenvolvimento do país e da região, também na melhoria das condições de vida das populações, construindo ao longo deste período um extenso património de processos democráticos de funcionamento.

A aprovação da Lei n.º 69/2021, de 20 de outubro, altera os termos do exercício do mandato dos membros dos Executivos das Juntas de Freguesia, permitindo que em todas as Juntas de Freguesia os Presidentes, ou em repartição de regime do exercício de funções, possam exercer os seus mandatos em regime de meio tempo, suportada esta remuneração pelo Orçamento do Estado.

Até agora, tal só era permitido em algumas freguesias, com base na sua demografia e quando fosse possível suportar a remuneração do autarca também pelo próprio orçamento da Junta de Freguesia e mediante a verificação de vários requisitos.

Os Presidentes de Junta de Freguesia e os executivos incorporam o poder político mais próximo das comunidades nos termos em que desenvolvem hoje a sua atividade, onde são praticamente voluntários de primeira hora a servir o bem comum.

É em primeira instância ao Presidente de Junta de Freguesia a quem as populações recorrem e de quem se socorrem, a qualquer momento.

Contudo, as acumulações destas funções públicas remuneradas não constam nos casos e exceções previstas no artigo 21.º da Lei n.º 35/2014, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Sem esta alteração, os membros dos Executivos das Juntas de Freguesia, Presidente, ou quem a este atribuir esta possibilidade, que pretendam exercer o cargo em regime de meio tempo, não o podem acumular com o exercício profissional relativo ao vínculo de trabalhador em funções públicas, por estas serem, em regra, exercidas em regime de exclusividade.

Ora, esta incompatibilidade cria grandes constrangimentos e total desigualdade em relação aos trabalhadores do setor privado, que não estão sujeitos ao mesmo regime de exclusividade dos trabalhadores em funções públicas.

Pretende-se, com esta alteração, que os membros dos Executivos de Junta de Freguesia que requeiram o exercício de funções a meio tempo, no Portal Autárquico da Direção-Geral das Autarquias Locais, depois de comprovadas e reunidas essas condições, possam exercer essas funções cumulativamente ao de trabalhador em funções públicas à semelhança dos Presidentes de Junta de Freguesia que trabalhem no setor privado.

Os Presidentes de Junta de Freguesia, demais executivos e demais autarcas merecem, por toda atividade que desenvolvem, o nosso maior respeito e atenção. E com esta alteração que visa corrigir uma injustiça de uns perante outros no exercício das suas funções, damos mais um passo no reconhecimento e valorização dos autarcas de freguesia e no auxílio que lhes podemos prestar para o cumprimento dos seus mandatos com cada vez melhores condições.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Acrescentamos assim uma alínea no artigo 21.º da referida lei, sobre as exceções ao regime de exclusividade, para permitir a estes tantos Presidentes de Junta de Freguesia possam exercer os seus mandatos também em regime de meio tempo.

Na nossa proposta também está plasmado que esta alteração produz efeitos com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2023, pelo simples motivo do Orçamento do Estado para 2022 já estar aprovado e apenas contemplar o montante

para a lei como ela atualmente existe, e porque o de 2023 será aprovado já no próximo mês de novembro, podendo então já contemplar esta proposta se aprovada pelos vários partidos.

É a defesa justa de quem está mais próximo das populações que procuramos, porque não chegam as boas intenções.

Esta é uma proposta essencial, que corrige uma injustiça flagrante e que esperamos, a bem de todos os Presidentes de Junta de Freguesia, que seja aprovada.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta, será bom, talvez, naquilo que é o nosso entender, enquadrá-la e dizer, em síntese, o seguinte: o Governo da República, formalmente, o anterior Governo da República, no ano transato, apresentou uma Proposta de iniciativa junto à Assembleia da República, no sentido de, em síntese, permitir que em todas as Freguesias, independentemente de outros critérios como a dimensão populacional ou dimensão territorial, fosse possível haver, pelo menos, um membro do Órgão Executivo, em primeiro lugar, de preferência o respetivo Presidente da Junta, ou outro membro a quem essa opção fosse feita, que pudesse estar, pelo menos, dizia eu, no regime de meio tempo.

Essa proposta seguiu o seu trâmite normal na Assembleia da República, mereceu, ao que julgo saber, uma votação unânime. E significa também a vontade do anterior Governo da República e do Partido Socialista em dignificar o Poder Local, em valorizar o Poder Local e a importância das nossas Freguesias,

enquanto Autarquia e do seu Órgão Executivo, de dar condições práticas de tempo, de dignidade a esses autarcas para poderem ter a disponibilidade suficiente e as condições de dignidade suficientes para poderem melhor ainda exercer os seus mandatos, tendo em conta aquele que é, naturalmente, o respeito e o sucesso a que chamamos ao Poder Local Democrático.

Também me parece evidente que o objetivo era, até tendo em conta o que já existe e o que está plasmado no artigo 22.º do Estatuto dos Eleitos Locais para situações idênticas na Autarquia/Município e nas Câmaras Municipais, em que se considera, claramente, no n.º 2 do artigo 22.º do Estatuto dos Eleitos Locais, que os funcionários e agentes de Estado, que exerçam funções de Presidente de Câmara Municipal ou de Vereador em regime de permanência ou de meio tempo, consideram-se em comissão extraordinária de serviço público. Quer isto dizer que neste caso há uma expressa previsão legal de poder haver autarcas executivos das Câmaras Municipais neste regime, mesmo sendo funcionários públicos, considerando-se neste caso que estão em comissão extraordinária de serviço público.

E era esse e ainda é esse, por exemplo, o entendimento que têm algumas CCDR, nomeadamente a do Centro, a respeito desta alteração feita pela Lei n.º 69/2021, que vai alterar o artigo 127.º da Lei n.º 69/99, ou seja, de que se deve considerar que esses autarcas, esses membros executivos, esses membros das Juntas, mesmo sendo funcionários públicos, podem estar em regime de meio tempo. E, estando em regime de meio tempo, isso será considerado comissão de serviço extraordinária.

Mas havemos de convir, como acontece com alguma frequência, que é outro o entendimento mais antigo do Conselho Geral da Procuradoria-Geral da República, designadamente expresso no Parecer n.º 12/2015 e que vai no sentido de considerar, tendo em conta uma outra vertente que também é importante e que a Constituição também acautela, de não ser possível acumular na mesma pessoa

duas remunerações públicas pelo exercício de funções diferentes.

E, sendo assim, a questão não ficou esclarecida, até porque, como sabemos todos, a Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público. E o Ministério Público é uma magistratura independente, embora hierarquizada e que tem, historicamente, aquela função de promover a ação penal. E, portanto, assim sendo e atendendo a essas consequências práticas, gerou-se efetivamente aqui alguma indefinição e alguma indecisão.

Na sequência disso, o esclarecimento expresso desta questão, no sentido de que também os autarcas executivos da Autarquia/Freguesia podem e devem, neste caso, independentemente da sua profissão e independentemente de exercerem profissionalmente funções públicas, devem poder beneficiar deste regime, desta opção, que, com certeza, foi feito com este sentido geral.

E, portanto, nessa medida, consideramos que esta proposta de alteração, naquilo que é o seu objetivo de clarificar aquilo que foi a intenção da Lei n.º 69/2021, é positivo, deve ser feito e deve ser feito da melhor maneira.

De resto, o que pensamos também é que em termos técnico-jurídicos é importante ser um pouco mais preciso, ou seja, não se trata aqui, em bom rigor, de acumular uma função pública, já que, obviamente, a dignidade dos autarcas, a sua legitimidade direta, a sua proteção constitucional leva a que tenham também outro estatuto.

E isso é importante. E é importante, por exemplo, ao nível de se precisar, se V. Exa. me permitir, de forma breve, que eu entre um pouco na especialidade, Sr. Presidente, aliás na sequência da proposta de alteração que este Grupo Parlamentar apresentou, talvez seja bom clarificar e não confundir que uma coisa será, com certeza, o facto que saúda, em nome da boa saúde financeira e da boa execução das freguesias, que esta compensação pecuniária será paga pela Direção-Geral das Autarquias Locais e não pelo orçamento das respetivas Freguesias, o que significa, obviamente, para que isso aconteça, que terá que

haver essa comunicação, bem como o cumprimento prévio dos requisitos legais, puramente objetivos, que a Lei n.º 69/2021 veio fixar, mas é bom não confundir essa necessidade de comunicação que existe por essa razão prática com qualquer tipo de autorização ou qualquer tipo de capacidade discricionária que seria dada neste caso até à Administração Pública, à Direção-Geral das Autarquias Locais, quando, em bom rigor, a legitimidade democrática direta dos autarcas de freguesia, a sua proteção constitucional, leva a que, naturalmente, conforme também resulta de forma cristalina das leituras do artigo 27.º da Lei n.º 169/99 e dos artigos 18.º e 9.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, o que se passa efetivamente é que, cumpridos que sejam os requisitos legais, é opção do Presidente aceder, ou não, ao regime de funções a meio tempo, tendo o dever de comunicar, havendo, naturalmente, aí alguma fiscalização política pelo órgão deliberativo da Autarquia, Assembleia de Freguesia.

E, portanto, é bom esclarecer que não há aqui nenhuma competência ao nível da Administração Pública em nome da dignidade política dos autarcas e do seu regime e da sua legitimidade democrática. E, também, nessa medida, a comunicação que, naturalmente, deve ser feita para efeitos práticos e óbvios de conhecimento ao serviço público a que esse autarca dependa ou pertença como funcionário, também deve ser feita apenas a comunicação. E a comunicação que nos parece aqui relevante é, obviamente, a de onde conste essa opção de esse autarca, do Executivo de Freguesia, feita, portanto, e comunicada à respetiva Assembleia de Freguesia.

Eu, ficava-me, para já, por aqui. Sr. Presidente, muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, eu ia, antes de ouvi-lo atentamente, pedir exatamente para explicar as propostas de alteração que o Partido Socialista faz.

E é bom ver o Partido Socialista chegar e dar um passo até meio desta nossa proposta, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu acho que é o contrário, Sra. Deputada. Acho que não percebeu a evolução disto!

A Oradora: ... como não tinha acontecido na Comissão. E, na Comissão, o Sr. Deputado Francisco Coelho, se se recorda das nossas duas discussões, pôs em causa foi a propositura e a iniciativa da Assembleia Legislativa Regional...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não é verdade!

Deputado Flávio Soares (PSD): É verdade!

Deputado Francisco Coelho (PS): Estava lá, Sr. Deputado, com aquele seu regulamento!

A Oradora: ... perguntando o que, eventualmente, na República, estaria a ser feito sobre esta matéria. E, de facto, vejo que já estudou mais um pouco esta matéria, Sr. Deputado Francisco Coelho.

E o facto é que, quando percebemos esta necessidade, obviamente, a primeira coisa que qualquer Deputado nesta Casa ou noutra Parlamento qualquer tem que fazer é o seu trabalho de casa e tem que estudar para ver se a matéria tem fundamento e se, eventualmente, consegue fazer aquilo que lhe compete para ajudar as pessoas, neste caso os Presidentes de Junta de Freguesia que são funcionários públicos. E o que é que percebemos? Percebemos que, de facto, o Sr. Deputado Francisco Coelho fala de um parecer da CCDR do Centro, mas esqueceu-se de falar do parecer da CCDR do Norte. E o problema é que são

completamente antagónicos. E foram esses pareceres todos que levaram as pessoas, efetivamente, a ficar na dúvida. Há pareceres completamente contraditórios. Há uns pareceres que dizem que pode, outros pareceres que dizem que não pode, exatamente como o Sr. Deputado Francisco Coelho também acabou de dizer que acontecia.

Portanto, o que nós propomos aqui é acrescentar uma alínea ao artigo 21.º, que já fala de outras várias exceções. E o que dizemos é: “Os membros dos executivos das Juntas de Freguesia (...)” E isso porquê? Porque o Presidente pode não querer exercer o seu mandato a meio tempo. E, segundo o artigo 28.º da Lei n.º 169/99, pode delegar em outro membro do seu executivo. “(...) que requeiram o exercício de funções a meio tempo e cujo pedido seja aprovado pela Direção-Geral das Autarquias Locais.”

Não creio que isto implique uma autorização. E porquê? No artigo 74.º do Orçamento de Estado de 2022, que acabou de ser aprovado, não diz que o autarca tem que comunicar à DGAL. Diz no artigo 74.º, no ponto 3, que a opção pelo regime de permanência deve ser solicitado à DGAL, através do preenchimento de formulário eletrónico próprio, obviamente, no Portal Autárquico. Requerer e solicitar não é sinónimo de comunicar. Obviamente, quando se faz esse requerimento ou esta solicitação, as coisas têm que ter um recibo depois do processo analisado. E a palavra autorizar é porque, obviamente, a Direção-Geral das Autarquias Locais, depois de receber o requerimento ou a solicitação ou uma das quatrocentas palavras sinónimas que existem no dicionário para esta mesma palavra, vai analisar o processo e vai autorizar o processo, sem que isto signifique exatamente um problema.

Depois, a segunda alteração... E estamos aqui num debate saudável. Eu só quero mesmo tentar perceber e que isto seja aprovado a bem dos Presidentes de Junta de Freguesia. A segunda alteração que o Partido Socialista propõe diz: “Sem prejuízo do eleito local, membro de Junta de Freguesia em regime de meio tempo,

enviar por escrito à entidade empregadora cópia da comunicação desta opção feita junto da Assembleia de Freguesia.” Então, eu, a seguir, só disse, no ponto seguinte, que eles deviam enviar a ata da instalação da Assembleia de Freguesia, a cópia da aprovação pela Direção-Geral das Autarquias Locais e a cópia do requerimento que foi feito. Foi uma forma de não nos dizerem a seguir que isto era tudo feito muito em cima do joelho e ao critério de cada um. Está aqui bem claro o que é que é necessário entregar, porque, como diz o Partido Socialista, não vai em prejuízo desta comunicação ser feita por escrito à entidade empregadora pública. Porque é que “por escrito” serve para uma declaração de quem pretende e não pode ser anexada uma ata de instalação da Assembleia de Freguesia do próprio?

Portanto, para já, fico por aqui, a dizer que eu olho para as alterações do Partido Socialista, para as propostas de alteração do Partido Socialista e fiando-me no próprio artigo do Orçamento do Estado e em alguns pareceres da ANAFRE sobre esta matéria e o que diz é “solicitado”, não diz “comunicado”.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho. Faz favor.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Sabrina Furtado, é efetivamente verdade, Sra. Deputada, estamos de acordo no essencial. E é bom salientar aquilo que é importante. Estamos,

obviamente, de acordo naquilo que, no nosso entender, é esclarecer uma dúvida, mas uma dúvida pertinente, atentas as entidades envolvidas e os pareceres divergentes, acerca de uma consagração legal recente, mas que consideramos extremamente importante para todas as freguesias. E outro não poderia ser o espírito da lei.

E, por isso, Sra. Deputada Sabrina, permita-me que esclareçamos isto: conforme eu comecei por dizer, mas lembro novamente, a lei é uma proposta do anterior Governo da República do Partido Socialista.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Ah! O problema é esse!

O Orador: E, portanto, é bom termos a noção de quem é que fez essa proposta. Sim, porque, às vezes, acontecem aqui umas coisas que a gente até perde um bocadinho a noção do “pai da criança”, não é? De repente, ouve-se alguém dizer que quer reduzir impostos, mas talvez seja bom perceber desde quando foi possível começar a reduzir e adaptar impostos nessa Região. Também se ouve falar em redução de preços de passagens aéreas. É bom talvez saber quando é que isso começou.

E, portanto, o que eu queria dizer à Sra. Deputada Sabrina é que gosto e agradeço que o PSD venha aqui por uma vírgula na lei que é do Partido Socialista, porque foi o Partido Socialista que quis que todos os executivos de Junta tivessem direito a ter, pelo menos, o seu Presidente em regime a meio tempo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Isso é indiscutível!

De resto, Sra. Deputada, eu, obviamente, fiz um conjunto de perguntas...

Eu ouço aí uns barulhos vindos do terceiro anel. Não sei se posso continuar...

Muito obrigado.

Eu gostaria de dizer que na Comissão, que acho que ela serve para isso, pus algumas questões. Pus, por exemplo, uma, embora eu louve, com certeza, a iniciativa proponente, frequente, desta Assembleia em querer ajudar a Assembleia da República a legislar. Novamente, nós louvamos isso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Grande autonomista!

O Orador: Mas eu gostava de dizer que, nesta matéria, efetivamente, a iniciativa foi do PS. E quis perceber porque é que, sendo um assunto nacional, a iniciativa, pelo menos formalmente, partiu da Região Autónoma dos Açores através do PSD... ou partirá da Região Autónoma dos Açores através do PSD.

De resto, foram essas as questões que eu pus. Não é verdadeiro, Sr. Deputada, nem lhe fica bem vir para aqui insinuar...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Eu não insinuei! Eu disse! Eu não insinuo!

O Orador: ... que o Partido Socialista, na Comissão, através de mim ou de outro Deputado qualquer, alguma vez se manifestou contra essa proposta. A não ser que já não se possa fazer perguntas!

Deputado Flávio Soares (PSD): Não foi isso que a Sra. Deputada disse!

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Isso era no seu tempo!

O Orador: Mas nós ainda podemos. Nós ainda fazemos.

Mas, Sra. Deputada, vamos aos pormenores, já agora que dá tanta importância. Relativamente à Proposta de Lei, tal como foi apresentada pelo PSD, eu começo por dizer que o que se fala aqui é em aprovação pela Direção-Geral das Autarquias Locais. Ora bem, não se trata de uma aprovação, trata-se, efetivamente, de uma comunicação. E, de resto, para se ter direito a isto e para se fazer o requerimento, não sei porque é que é preciso entrar nesses pormenores.

E trata-se também de corrigir outra coisa para não sermos pleonásticos, Sra. Deputada: a alínea começa por “membros dos executivos das Juntas de Freguesia”. Manda o rigor que se diga que Autarquia/Freguesia tem um órgão deliberativo, a Assembleia de Freguesia, e tem um órgão executivo, a Junta de

Freguesia. Portanto, os membros das Juntas de Freguesia são, por definição, naturalmente, todos membros executivos ou com funções executivas. E, portanto, talvez seja bom requerer isso.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Não são, não!

O Orador: Ah, não são? Os membros das Juntas de Freguesia não são todos executivos?

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Há os executivos e os deliberativos!

O Orador: O deliberativo chama-se Assembleia de Freguesia, Sra. Deputada.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obviamente!

O Orador: Membros dos executivos de Juntas de Freguesia. Está a confundir Junta de Freguesia com Autarquia/Freguesia. A Autarquia/Freguesia tem...

Olhe, Sra. Deputada, sabe uma coisa? Eu vou-lhe dar um conselho. Obviamente, a Sra. Deputada seguirá se assim o entender, ou não.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Dispensou.

O Orador: Talvez fosse melhor, nesta matéria, nada contra, nada pessoal, mas em vez de pedir conselhos ao Sr. Deputado Joaquim Machado, pedisse conselhos ao Sr. Secretário Duarte Freitas, porque nós lemos as coisas que o Governo faz, embora só esta manhã tivemos oportunidade de ler, e espero que V. Exa. também tenha tido a oportunidade de ler o parecer da Secretaria tutelada pelo Sr. Secretário Duarte Freitas, onde consta, obviamente, a Administração Pública, se ler o parecer enviado e assinado digitalmente pelo Sr. Secretário Duarte Freitas, vai constatar um conjunto de questões que são aqui ditas. É dito, por exemplo, que deve ser eliminada a expressão “membro do Órgão Executivo da Freguesia”, uma vez que a Junta de Freguesia é que é o Órgão Executivo da Autarquia, neste caso, a Freguesia. Já viu?

Deputado Carlos Silva (PS): Já viu, Sra. Deputada?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Está a ver?

O Orador: E também que o documento a enviar deve ser a ata em que se encontre

a opção e não aquilo que diz na sua proposta. Está aqui, Sra. Deputada, chegou esta manhã, assinado pelo Sr. Secretário Duarte Freitas. E nós que lemos muito atentamente o que diz o nosso Governo... Portanto, quero-lhe dizer uma coisa, Sra. Deputada: imagine, nós, nesta parte, até estamos mais ao lado do Governo do que do Grupo Parlamentar do PSD.

E eu espero agora, Sra. Deputada, porque as coisas não estão erradas só porque vêm da bancada do PS, mas se se sente mais segura, mais confortada, mais satisfeita se vierem da Secretaria e do Sr. Secretário Duarte Nuno Freitas, que não haja problema. Nesse aspeto, nós estamos de acordo.

Também, já agora, Sra. Deputada, se me permite, a respeito de estudar, Sr. Deputada, eu, realmente, às vezes, preciso de reestudar porque há algumas coisas que já me esqueci, porque acabei o curso em 1989.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Estás velho!

O Orador: E, naturalmente, como acontece a qualquer estudante de Direito, tive que fazer algumas orais difíceis, mas fiquei traumatizado e, portanto, sobre essa matéria, eu queria ver se não repetia.

No essencial estamos de acordo. Vou-lhe dar um conselho: ouça mais o Sr. Secretário Duarte Freitas. E vote estas propostas de alteração pensando nos bons conselhos, não só do PS, que pelos vistos destes já vi que desconfia, mas também do seu Governo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrita a Sra. Deputada Sabrina Furtado, a quem dou a palavra. Faz favor.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, é a primeira vez que me dá conselhos e logo dois de uma vez.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas bons!

A Oradora: Não sei se me hei de sentir afortunada, se me hei de render a este seu ar paternalista com que trata os outros Deputados aqui nesta Casa.

Mas, de facto, o seu ar paternalista...

Deputado Francisco Coelho (PS): Só espero que confie no seu Governo!

A Oradora: ... devia servir também para a bancada do seu Partido ter vergonha da afirmação que o senhor acabou de fazer, em que esta Assembleia Legislativa Regional serve de apoio e de ajuda para a Assembleia da República.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Todos nós podemos defender aquilo que quisermos e bem entendermos aqui dentro!

E eu confesso que esperava isso de toda a gente, exceto do Sr. Deputado Francisco Coelho, já sabendo, obviamente, que a Sra. Deputada Ana Luís nunca se prestaria a este papel.

Deputada Ana Luís (PS): Oh, Sra. Deputada, por quem é!

A Oradora: O senhor foi Presidente desta Casa, foi Presidente da Assembleia Legislativa Regional e devia ser o primeiro a defender as iniciativas desta Casa, seja para a Assembleia da República, seja para serem discutidas aqui.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mas eu chego ao fim da sua intervenção ainda mais desiludida com outro pormenor: afinal, o que o senhor tem é uma questão de ciúmes...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Eu não sabia que era ciumento!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Presunção e água benta!...

A Oradora: ... por essa proposta ter sido feita pela Coligação do PSD, CDS e PPM, por, há mais de um ano, esta proposta ter sido mal feita e ser necessário, neste momento, estarmos a debater uma alteração e uma correção a bem dos Presidentes de Junta de Freguesia e porque o Partido Socialista sempre tratou os Presidentes de Junta de Freguesia como enteados e não como filhos!

Deputado Mário Tomé (PS): Isso não é verdade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso não é verdade!

O Orador: E, agora, o que quer é, eventualmente, dizer que está muito preocupado com os Presidentes de Junta de Freguesia.

Pior, Sr. Deputado Francisco Coelho, até há quinze dias atrás, a presidência da ANAFRE nos Açores, pasme-se, era socialista! E nunca a ANAFRE, nos Açores, se pronunciou sobre esta matéria, por mais queixas que tenha recebido, porque se eu recebi sendo do PSD, de certeza que o PS também recebeu.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E o que é que importa neste momento? Importa, neste momento, fazer jogos de palavras, trocar sinónimos por sinónimos, confundir as pessoas, tentar carimbar alguma parte da proposta desta Coligação para ficar bem perante os Presidentes de Junta de Freguesia dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Os Presidentes de Junta de Freguesia dos Açores, Sr. Deputado Francisco Coelho, não andam a dormir e sabem muito bem quem é que está ao

seu lado, quem é que faz as propostas e quem, até agora, nunca fez absolutamente nada para corrigir esta injustiça.

E, hoje, o que os Presidentes de Junta dos Açores querem saber não é se é executivo da Junta ou executivo da Autarquia de Freguesia, o que importa é tratar desta injustiça e se o Partido Socialista vai votar contra ou a favor.

Obrigada

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho. Faça favor.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, o tempo já começa a escassear e penso que a sua utilidade também, até porque não podemos entrar no surrealismo puro.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, realmente, a ironia tem um problema, não costuma vir com legendas, faz parte da própria definição de ironia.

E, portanto, acerca das competências da Região, há de me permitir que, quer o meu partido, quer todo o seu trabalho, a começar na aprovação da Constituição e de todas as Revisões Constitucionais, é bem conhecido. Nem vou, naturalmente, entrar por aí.

Queria só dizer-lhe o seguinte, Sra. Deputada, indo àquilo que verdadeiramente interessa: estamos a tentar esclarecer a aplicação prática de uma iniciativa que saudamos e que foi de um Governo do Partido Socialista. Estamos a querer, naturalmente, esclarecer essa questão. Isso é o essencial. É por isso que nós

votamos a favor e achamos que devemos fazê-lo da melhor forma.

Quer dizer, nesta matéria, temos mais ou menos a mesma opinião que o Governo Regional. Isso, pelos vistos, causa algum problema à Sra. Deputada, porque parece que fui eu que lhe dei a notícia de que a posição do Governo Regional era a mesma. Mas isso já é outro problema, isso tem a ver, como dizia a Sra. Deputada na sua primeira intervenção, com estudar. Sobre isso, ficamos esclarecidos.

E o que é fundamental saber, não se preocupe, a seu tempo e com a devida justiça, embora não seja isso o mais importante, naturalmente que os autarcas de freguesia e que os autarcas executivos de freguesia, como pessoas bem informadas, saberão quem é que fez este aperfeiçoamento legislativo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aperfeiçoamento, Sr. Deputado?!

O Orador: ... quer o original, quer quem é que votou a favor e o apoiou nesse esclarecimento. E saberão, naturalmente, o que fazer e, portanto, tirarão as suas conclusões. Isso não é importante. O que é importante, Sra. Deputada, é nós percebermos que as boas intenções para chegarem a bom termo, sobretudo, quando se pretende fazer Antepropostas de Lei para alterar leis nacionais, aplicáveis a todo o território, também têm que ser rigorosas, sob pena de, no fundo, nós estarmos objetivamente a apoucar quem queremos apoiar.

E foi isso e é isso que o Partido Socialista fez através destas propostas de alteração, que tecnicamente, pelos vistos, merecem, ao nível dos Órgãos Próprios da Região Autónoma dos Açores, alguma unanimidade. E eu tenho algum gosto em dar-lhe essa informação.

Vamos, portanto, aprovar esse esclarecimento ao importante regime legal que vigora a partir de 01 de janeiro deste ano. E vamos esperar que ele seja, efetivamente, consagrado. E que todas as Juntas de Freguesia possam ter, independentemente da sua dimensão populacional e territorial, pelo menos um membro em regime de meio tempo. É isso que efetivamente nos deve interessar. É isso que nos deve preocupar. E é isso que faz quem verdadeiramente aprecia e

valoriza o Poder Local Democrático. Tudo o resto ou são incompreensões ou são questões de pequeno pormenor, nenhuma relevância.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pormenor!

O Orador: Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Deputado Francisco Coelho (PS): Vocês nem sequer sabem o significado de pormenor!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega irá acompanhar, irá votar favoravelmente esta Anteproposta.

Saúdo, também, os nossos colegas Deputados que aqui são autarcas. E a importância que tem a proximidade das populações. São sempre os primeiros soldados na linha da frente e merecem todo este respeito e merecem que não haja essa discussão de quem é o “pai da criança”.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Exatamente!

O Orador: O Chega não está interessado em quem é o “pai da criança”. Os açorianos não estão interessados em quem é o “pai da criança”. E os Presidentes de Junta, garantidamente, não estão interessados em quem é o “pai da criança”.

Este tipo de debate em nada resolve os problemas, em nada ajuda as pessoas, em nada faz ultrapassar as barreiras. Apenas fazem por um pouco de “areia na engrenagem”.

E o respeito que me merecem todos os autarcas, sem exceção, não posso permitir

ouvir e calar. Nós devemos, cada vez mais, pensar nos nossos autarcas, porque tempos virão em que um dia queremos pessoas para cumprir esta nobre missão e, se calhar, não as vamos ter.

E se pudermos melhorar com algum diploma, com alguma ferramenta legislativa, melhorar no sentido de atrair novas pessoas ou mais pessoas para esta função, que assim seja e não se ande em discursos e em discussões que, no entender do Chega, são inúteis e em nada ajudam as pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já muito foi dito nesta matéria, mas o facto é que eu continuo abismada com algumas coisas.

E, sim, é sempre de si, Sr. Deputado Francisco Coelho, é sempre consigo que eu fico abismada, porque eu, honestamente, por todos os cargos que o senhor já desempenhou, por todo o respeito que eu lhe tenho, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ninguém diria!

Deputado Francisco Coelho (PS): Não me assiste!

A Oradora: ... eu, nesta matéria e neste debate, francamente, esperava bastante mais de si.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O senhor disse que esta alteração é um pormenor, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu não disse isso! Eu disse que há aqui uns meros pormenores!

A Oradora: ... um mero aperfeiçoamento e um mero esclarecimento. Esta alteração, Sr. Deputado Francisco Coelho, e vou tentar explicar pela décima vez, é o que confere aos Presidentes de Junta de Freguesia ser corrigida a injustiça que

a proposta feita pelo Partido Socialista há mais de um ano atrás não contemplou!

Deputado Francisco Coelho (PS): A senhora não sabe o que está a dizer!

A Oradora: O Partido Socialista é o “pai da primeira criança”? Tudo bem! Mas fez uma lei mal feita! Qual é o problema de assumir uma coisa destas perante todos os Presidentes de Junta de Freguesia que são funcionários públicos e que querem, de facto, é ver o seu problema resolvido?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): E quem é que aprovou isso na Assembleia da República?

A Oradora: Vamos ser práticos, Sr. Deputado Francisco Coelho! É só isso que está em causa, resolver um problema aos Presidentes de Junta de Freguesia.

E, depois, Sr. Deputado Francisco Coelho, para que não fiquem insinuações no ar, porque o senhor é perito também em dizer que os outros passam a vida a fazer insinuações, mas também as faz, nós falamos tanto com este Governo como o Sr. também fala com este Governo. Aliás, uma coisa boa da sua intervenção foi eu perceber que o senhor é fã deste Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, por isso, também ficamos muito satisfeitos.

Mas claro que também falamos com o Governo, claro que todos falamos entre nós, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está a melhor um bocadinho!

A Oradora: ... claro que todos chegamos a conclusões.

Agora, eu vou-lhe dizer a si, aliás, eu já lhe disse a si o que também transmiti, como sendo a minha opinião e a opinião deste Grupo Parlamentar, ao próprio

Governo Regional dos Açores. Interpretações são interpretações. Opiniões são opiniões. E convicções são convicções.

E não é pelo Governo Regional dos Açores ter feito uma sugestão... Porque o senhor não leu o que não lhe interessava. O Governo Regional dos Açores, esta manhã, disse...

Deputado Carlos Silva (PS): Esta manhã?!

A Oradora: ... que o seu parecer é favorável a esta alteração e sugeriu que se fizesse uma alteração, que eu já fundamentei...

Deputado Francisco Coelho (PS): E qual é a posição do PS?

A Oradora: ... na primeira intervenção que fiz, que disse que, em meu entender e no entender deste Grupo Parlamentar, é uma substituição por um sinónimo, requerer é solicitar, como consta no artigo 74.º do Orçamento do Estado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, está com pressa? Eu já sei, eu já ouvi que o PS, de facto, vai votar a favor desta alteração. Pois, era o que mais faltava votar contra!

Deputado Francisco Coelho (PS): Se calhar, tínhamos que lhe pedir autorização!

A Oradora: Isto visa corrigir uma injustiça provocada pelo seu partido, a favor dos Presidentes de Junta de Freguesia.

Ao Sr. Deputado José Pacheco, que não está na sala, agradeço a intervenção.

Obrigada.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem, Sabrina! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por referir que esta proposta trata sobre matéria que é da competência da Assembleia da República, naturalmente.

E foi curiosa a rápida mudança de posição do PSD, que há pouco dizia, sobre a proposta que estávamos a discutir do PAN, que era matéria da Assembleia da República e que se calhar não nos deveríamos meter muito, mas sobre esta já nos podemos meter. Viva a coerência!

Sobre a proposta em concreto, esta proposta, começando pelo início, a Lei n.º 69/2021 veio alterar, de facto, os termos em que o exercício do mandato a meio termo dos Presidentes de Junta pode ser exercido, alargando, por um lado, a possibilidade do exercício do mandato a meio termo a todas as freguesias e a possibilidade do exercício do mandato pelo Presidente de Junta a tempo inteiro às freguesias com menos de 10 mil habitantes. Ou seja, a proposta que a Coligação, neste caso, nos apresenta pretende, no caso, não alterar o Estatuto do Eleito do Poder Local, mas, sim, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, de modo a que, na opinião da Coligação, seja possível a acumulação de funções dos Presidentes de Junta que exerçam o mandato a meio termo e que sejam simultaneamente funcionários públicos.

No entanto, a lei atual, o Estatuto dos Eleitos Locais permite o exercício do mandato em exclusividade a tempo inteiro, ou seja, não há aqui um impedimento de um funcionário público ser Presidente de Junta, na verdade.

Para o Bloco de Esquerda, como temos defendido, sobre esta matéria, naturalmente, na Assembleia da República, os cargos executivos, incluindo aqueles do Poder Local e já apresentamos Projetos de Lei sobre esta matéria, deve ser exercido por regra em exclusividade.

E havendo esta situação do tempo a meio termo, existindo um conjunto de incompatibilidades, seja para os Presidentes de Junta que são trabalhadores do setor privado, mas também trabalhadores que possam ser do setor público, isto

porque o exercício do poder executivo deve ter delimitações e deve ter incompatibilidades. Nem todas as profissões, nem todos os cargos, nem todas as funções são compatíveis ou deveriam ser compatíveis com o exercício do poder executivo, mesmo que seja numa Junta de Freguesia.

No entanto, esta proposta aquilo que faz é simplesmente permitir, sem qualquer restrição, o exercício do mandato a meio termo e a acumulação de funções dos funcionários públicos.

Nós temos, por isso, dúvidas sobre essa proposta e sobre o alcance que tem, dúvidas sobre a inexistência de qualquer tipo de limitação e qualquer tipo de incompatibilidade e que vão, obviamente, no sentido daquela que é a nossa posição de fundo sobre esta matéria, em que devem, efetivamente, existir incompatibilidades e que elas devem estar bem definidas e explícitas na lei, no caso, no Estatuto do Poder Local.

No entanto, sendo uma Anteproposta de Lei, não votaremos pela sua inviabilização, ou seja, não votaremos contra, porque, efetivamente, essas questões podem ser acauteladas ainda na Assembleia da República. Mas não poderíamos deixar não só de o salientar aqui. E, tendo essas dúvidas, não iremos votar favoravelmente, iremo-nos abster, no sentido de não inviabilizando, eventualmente, se fosse caso disso, a aprovação da proposta, mas também ressaltando as dúvidas que temos quanto à questão das incompatibilidades que possam existir com determinados cargos e determinadas funções, mesmo na Administração Pública.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu não estava para intervir neste debate, mas, na verdade, não pude resistir àquilo

que foi o exercício que o Sr. Deputado Francisco Coelho fez para tentar, de certo modo, manter a paternidade da lei sempre dentro do Partido Socialista. Ou seja, foi o Partido Socialista que foi o proponente inicial e, agora, qualquer falha que seja apontada tem que ser o Partido Socialista a corrigi-la.

Deputado Carlos Silva (PS): Mais valia não teres falado!

O Orador: E, pronto, esse é o grande problema. E o que esteve em causa na sua argumentação foi que, afinal, foram os partidos da Coligação que apresentaram uma proposta de alteração. Esse foi o primeiro facto evidente.

Depois, o segundo facto evidente, e aí é que a coisa acho que piora um bocadinho, Sr. Deputado Francisco Coelho, é que dizer que isto é única e simplesmente uma clarificação e uma questão de pormenor é mentira! Isso não é verdade! Porque era verdade se efetivamente estivesse a ser aplicado, se os Presidentes de Junta que são funcionários públicos estivessem neste momento a poder exercer em meio termo, porque a lei tinha alguma leitura duvidosa e agora estávamos só a clarificar a lei para que não houvesse dúvidas e para que não houvesse uma outra pessoa no mesmo cargo a ser prejudicado. Não é o caso. E isso também digo ao Sr. Deputado António Lima, a realidade é que o que se pretende com esta alteração é que não haja prejuízo daqueles que exercem funções públicas.

Aquilo que diz e a dúvida que levanta é outra, que tem a ver com as eventuais incompatibilidades, mas aí, se calhar, no capítulo das incompatibilidades é que se deveria definir exatamente quais é que são as funções que não deveriam poder acumular e exercer em meio tempo, em regime de meio tempo. Não é dizer logo à partida que alguém que é funcionário público não pode exercer essas funções e que neste caso...

Deputado Francisco Coelho (PS): Então acha que a alteração está mal feita!

O Orador: Não, não, eu acho que a alteração está bem feita, porque aqui o que permite é que os funcionários públicos possam exercer essas funções. E se, eventualmente, houver incompatibilidades, então que se vá ao Estatuto do Eleito

Local dizer: atenção, há incompatibilidades. É assim que as coisas são feitas. E neste caso consideramos e continuamos a achar que a nossa proposta, efetivamente, vai ao encontro daquilo que é a Resolução...

Deputado Francisco Coelho (PS): Ah, a proposta também é sua!

O Orador: É. Esta proposta é uma proposta dos partidos da Coligação, Sr. Deputado Francisco Coelho, ou seja, neste momento, há pensamento plural, as coisas não vêm escritas do Governo para a bancada, como acontecia anteriormente e não eram só votadas única e exclusivamente pelos Deputados do Partido Socialista!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Houve alterações, Sr. Deputado. Eu sei que não estive cá, não estive nessa bancada desde o início da legislatura, mas houve alterações. Houve alterações.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso eu tenho visto! E os açorianos também!

O Orador: Por isso, vá-se habituando!

E, por isso, apenas fiz esta intervenção para clarificar que não é uma questão de pormenor, não é uma questão de somenos importância. E pelo facto de a paternidade da lei original ser do Partido Socialista, é um facto, mas também é um facto que foi feita e foi manca.

E depois vir dizer que, eventualmente, esta proposta de alteração devia ter sido feita na República, a mesma coisa se aplica ao Partido Socialista, que, passado um ano de fazer esta proposta, identificando as fragilidades ou pelo menos esta fragilidade, deveria ter feito essa proposta em sede da Assembleia da República também.

Por isso, não me parece que estar aqui a tentar deslegitimar ou a inferiorizar aquele que é o papel deste Parlamento...

Deputado Francisco Coelho (PS): O CDS deve ter apresentado uma proposta de alteração e o PSD também!

O Orador: Parece que é algo que lhe fica muito mal. E aí tenho que subscrever as palavras da Deputada Sabrina Furtado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Até que enfim que os dois maiores partidos portugueses se lembraram verdadeiramente dos autarcas das Juntas de Freguesia. Até que enfim. Foi preciso chegar ao momento em que... E viemos de eleições autárquicas há pouco tempo. Até que enfim que os dois partidos maiores perceberam que cada vez era mais difícil convidar pessoas, e essas pessoas aceitarem ser candidatas a Juntas de Freguesia ou a outras funções dentro dos próprios órgãos de freguesia, porque até então os senhores importantes dos partidos grandes não se lembraram desse primeiro elo do poder, aqueles que estavam na linha da frente para resolver o problema às pessoas. Para esses bastava, na generalidade e nas freguesias pequenas, o regime de não permanência, qualquer coisa que se pague aí menos de 300 euros para alguém ser Presidente de Junta de Freguesia, olhe, e resolvendo os problemas em primeira instância.

Pois, ainda bem que começou a faltar pessoas para dizer que sim, porque, agora sim, agora vão começar a ser pagos para desempenharem essas funções, porque

não é com 270 euros que alguém aceita ser Presidente de Junta de Freguesia. Muitos aceitaram e honra seja feita a todos os que aceitaram até agora, principalmente aqueles que exerceram em regime de não permanência. Honra seja feita a esses autarcas que aceitaram o cargo, aceitaram o cargo de na sua porta da rua frequentes vezes alguém lhes bater à porta para resolver um problema, um problema de primeira altura, que não era resolvido nas Câmaras, nem nas Assembleias Regionais, era resolvido nas Juntas de Freguesia, pelos Presidentes de Junta de Freguesia, que eram Presidentes sete dias por semana e muitas vezes quase 24 horas por dia.

Ainda bem que o Partido Socialista começou e agora o PSD deu mais uma afinação a essa Lei n.º 69/2021, porque até então o que tínhamos eram políticos muito mal remunerados.

Agora, aqui, até porque eu ouvi nessas intervenções, a questão da dignidade do cargo. A dignidade do cargo nunca foi os 270 euros ou os 800 euros ou os 1600 euros, a dignidade do cargo era aquela que cada autarca imprimia ao trabalho que prestava aos cidadãos.

E esperemos que, agora, essa nova Lei n.º 69/2021 vá permitir que, efetivamente, ou o Presidente de Junta ou os outros dois elementos que constituem a Junta de Freguesia, vão exercer com a mesma dignidade que foi exercida até agora pelos ditos presidentes mal remunerados.

E não tenhamos ilusões, essa lei se tem algo de justo, também vai trazer uma outra situação: daqui para lá, vamos ter Presidentes de Junta pela causa, que foi o que aconteceu até agora, ou vamos ter Presidentes de Junta pelo carreirismo?

Este é o desafio que, se calhar, daqui por dez ou doze ou vinte anos, vamos perceber se vamos ter bons Presidentes de Junta, que faziam um mandato ou dois em nome da causa, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a sua posição?

O Orador: ... em nome da sua população, ou se vamos ter carreirismos políticos.

Disse.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor ainda não percebeu que tem aqui uma coisa salazarenta, porque o Diretor-Geral é que vai decidir!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então iniciar a votação deste diploma.

Votação na generalidade desta Anteposta de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Anteposta de Lei n.º 10/XII foi aprovada com 23 votos do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos pôr à votação o 1.º artigo da Anteposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O 1º artigo foi aprovado com 23 votos do Partido Socialista, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração à alínea e), aditada ao n.º 2 do artigo 21.º do diploma que estamos a alterar. Essa proposta de alteração é apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi reprovada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 do PAN e 1 do Deputado independente...

Presidente: O Chega absteve-se.

Secretário: 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 23 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda; e 1 abstenção do Chega. E a Iniciativa Liberal também votou a favor.

Vou repetir a votação.

A proposta de alteração foi reprovada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 23 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 da Iniciativa Liberal; e 1 abstenção do Chega.

Presidente: Temos um empate, vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de alteração à alínea e), aditada ao n.º 2 do artigo 21.º do diploma que estamos a alterar, uma iniciativa apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração está rejeitada com 23 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 da Iniciativa Liberal; 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 1 abstenção do Chega.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, ao n.º 4, aditado ao artigo 23.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração deu empate com 23 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 da Iniciativa Liberal; 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 1 abstenção do Chega.

Presidente: Vamos repetir a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 23 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 da Iniciativa Liberal; 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 1 abstenção do Chega.

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, para uma interpelação.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Tem a ver com o processo de votação ou, mais em concreto, com o processo do anúncio do resultado da votação.

Eu julgo que seria importante até para registo e memória no Diário das Sessões, porque há uma diferença entre uma proposta que é rejeitada porque os votos contra são superiores aos votos a favor, ou uma proposta que é rejeitada porque pela segunda vez há um empate. Até ao momento, a circunstância que tem sido referida pelo Sr. Secretário da Mesa é de que a proposta é chumbada, mas o resultado da votação é igual.

E, portanto, o que eu gostaria de solicitar ao Sr. Presidente era, se fosse possível, distinguir as duas situações, porque me parece que são, efetivamente, do ponto de

vista material, diferentes.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 5, aditado ao artigo 23.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação deu empate com 23 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 da Iniciativa Liberal; 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 1 abstenção do Chega.

Presidente: Tendo resultado desta votação um empate, vamos voltar a esta votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A votação deu novamente um empate. Assim, é rejeitada com 23 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 da Iniciativa Liberal; contra 20 votos do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 1 abstenção do Chega.

Presidente: Tendo sido rejeitadas as três propostas de alteração, apresentadas pelo Partido Socialista, ao artigo 2.º do diploma, vamos então votar agora o artigo 2.º do diploma.

Faz favor.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, é para dizer que o Partido Socialista requer que, relativamente à alínea e) do n.º 2 do artigo 21.º, constante

do artigo 2.º, bem como relativamente aos n.ºs 4 e 5 do artigo 23.º, as votações sejam feitas separadamente.

Presidente: Muito bem.

Está à votação a proposta de aditamento de uma alínea e) ao n.º 2 do artigo 21.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor.

Secretário: A proposta foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e abstenção de 23 votos do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 4 ao artigo 23.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 20 votos do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 23 abstenções do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 5 ao artigo 23.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 20 votos do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 23 abstenções do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 3.º e 4.º do diploma.

Então estão à votação os artigos 3.º e 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos foram aprovados com 23 votos do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação geral global foi aprovada com 23 votos do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está assim encerrado este ponto da nossa Agenda.

Vamos avançar para o ponto 4: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 24/2007/A, de 7 de novembro, que aprova o regime jurídico da atividade apícola e da produção, transformação e comercialização de mel na Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pelo Governo.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural

para a sua apresentação.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Apicultura, nos Açores, representa uma importante atividade agrícola, que, para além dos produtos que resultam das abelhas – mel, cera, pólen, própolis, geleia real e veneno – também contribui para a proteção ambiental, para a conservação da biodiversidade e para a melhoria das produções agrícolas e florestais, através da imprescindível ação polinizadora das abelhas.

Importa referir que as abelhas são responsáveis pela polinização de mais de 30% da produção mundial de alimentos.

Nos Açores, estão registados, neste momento, 451 apicultores, 925 apiários, 7916 colónias e 11 melarias.

Em 2021, foram declarados ao apoio do POSEI 27 541 Kg de mel. Também foram declarados cerca de 8000 Kg de mel DOP.

Perante esta dimensão importa determinar um forte impulso à apicultura na Região, incentivando a produção, a transformação e a comercialização de mel, assim como na conjugação biodiversa do mel com outros agroalimentos e nas várias utilizações possíveis dos produtos da abelha.

É, pois, a apicultura uma atividade de diversificação económica, que ajuda como complemento do rendimento de muitas famílias e assume uma identidade regional como alimento da sustentabilidade e da saúde humana.

As propostas de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 24/2007, de 7 de novembro, que agora estão em apreciação e debate, têm como principais objetivos:

- A existência de maiores restrições ao nível sanitário, como seja a obrigatoriedade da esterilização das ceras e a comprovação sanitária da origem dos efetivos;

- A introdução do quantitativo para o autoconsumo;
- A criação de uma nova densidade na implantação das colónias;
- Um novo regime de transumância;
- A aplicação do conceito da quantidade de venda de proximidade, facilitando a venda de mel na Região por parte dos pequenos produtores;
- A modificação de alguns parâmetros das características físicas do mel, ajustando-as à nossa realidade;
- Melhorou-se os atos administrativos de modo a torná-los mais simples, objetivos e digitais;
- Corrigiu-se a nomenclatura de conceitos para estarem uniformes com os restantes Estados-membros da União Europeia.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para além desta proposta de alteração legislativa, que irá merecer a apreciação, mas também contributos deste Parlamento, estou certo que sim, estamos igualmente com outras atuações no âmbito da apicultura, e este é o momento também de prestar contas relativamente a outro tipo de atuações:

- Estamos a rever o Plano Estratégico para a Apicultura;
- Estamos no planeamento de uma política específica comercial e de marketing;
- Está em curso uma nova envolvência do Laboratório de Regional de Veterinária e da Universidade dos Açores para a realização de análises polínicas, físico-químicas e sensoriais do mel;
- Procedemos, este ano, à cedência de espécies melíferas às Autarquias para plantação em espaços públicas;
- Coordenamos ações de sensibilização com as escolas, designadamente na vista aos nossos apiários;

- Estamos a rever o Caderno de Especificações do Mel DOP;
- Vamos alterar a legislação do POSEI para prever uma majoração no apoio ao mel biológico;
- Estão a ser realizados, em parceria com algumas associações do setor, cursos de formação e eventos públicos;
- Demos um foco de importância regional à apicultura, através do Fórum Apícola Regional que decorreu nos dias 26 e 27 de março, merecendo um destaque no panorama continental, europeu e internacional;
- No âmbito do Fórum Azores Bio, realizou-se uma formação sobre apicultura biológica e um workshop sobre apicultura integrada;
- Desde o início deste ano que compensamos os desperdícios da esterilização da cera com cera. Ou seja, o apicultor recebe a totalidade da cera que entregou para esterilização sem perder um grama;
- Estamos a elaborar um Plano de Controle e Erradicação da Varroose;
- Implementamos o Plano de Vigilância e Contingência da Vespa-Asiática em coordenação com várias entidades;
- Começamos, com muitas dificuldades, a identificação do ecótipo regional, isto é, da “Abelha Autóctone”.

Para o Governo dos Açores, a Apicultura qualifica uma atividade regional multifuncional, intersectorial e pluriecológica que interessa potenciar no futuro dos Açores.

Muito obrigado pela atenção.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma iniciativa legislativa do Governo já esperada pelos

apicultores açorianos há algum tempo.

Na verdade, e não querendo entrar na discussão da especialidade desse diploma, há muito tempo que os apicultores açorianos, e esse foi um debate que se iniciou ainda com o anterior Secretário Regional da Agricultura, Eng.º João Ponte, reclamavam a adaptação deste diploma à atualidade e à especificidade dos nossos apiários, da nossa exploração apícola, e estão aqui plasmadas essas grandes preocupações.

Mas eu começaria pelo fim e por aquilo que não está aqui, mas que o Sr. Secretário anunciou ali daquela tribuna e que, de facto, carece que o Governo tenha permanente preocupação: a questão do aumento das plantas melíferas nas bermas das estradas, nos espaços dos serviços públicos, nas Câmaras Municipais, nas Juntas de Freguesia, é fundamental para que os apicultores consigam que as suas colónias produzam o suficiente para garantir a sua rentabilidade económica, se bem que não há problemas no setor da apicultura, do ponto de vista económico, entenda-se. O nosso mel está todo vendido. O nosso mel está todo vendido a bom preço. Infelizmente, o que acontece é que nós ainda importamos muito mel para os Açores, apesar de exportarmos algumas pequenas quantidades. E é fundamental garantir que produzimos mais para importarmos menos.

Há outras questões que têm a ver não só com as plantas melíferas, mas principalmente com a questão sanitária. Nós temos ilhas que, felizmente, estão imunes da Varroa, da Varroose, mas outras, por via de importações que foram feitas de enxames, por via de ceras maltratadas, por via de... não interessa aqui especificar porquê, tiveram a infelicidade de essa doença entrar nas suas colónias e elas perderam-se completamente.

Voltando um pouco à questão da importância das plantas melíferas, uma delas até é infestante, a mais importante é o incenso, como sabemos, é infestante, mas, na campanha que está agora a terminar no final do mês de maio na maioria das ilhas, o que se verificou na maior parte das colónias é que as colónias se desenvolveram

muito, os ninhos estão cheios de ovos e de criação, mas os quadros de armazenamento estão relativamente mal preenchidos.

Por isso, em bom tempo o Governo nos traz este diploma, que também agiliza um pouco a questão burocrática que ocupava os apicultores e que, muitas vezes, levava a que alguns apicultores fossem apicultores clandestinos, ou seja, não registassem as colónias por via de alguma burocracia que com uma colmeia ou duas lhes obrigava a ter e vendiam o mel, digamos, no mercado paralelo, bem como a questão do tratamento das ceras e da devolução dos 100% das ceras, que era uma questão também importante para os apicultores. É um serviço que na maior parte as ilhas os Serviços de Desenvolvimento Agrário prestam ao apicultor, o tratamento das ceras e a devolução das ceras já moldadas, que poupa muito trabalho e, principalmente, contribui para uma redução do custo de exploração de um apiário.

Nesse sentido, a Iniciativa Liberal, obviamente, vai votar favoravelmente o diploma que o Governo aqui nos traz hoje.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração ao regime jurídico da atividade apícola e da produção, transformação e comercialização de mel na Região Autónoma dos Açores, apresentada pelo Governo Regional dos Açores, assenta num conjunto de restrições à produção de mel na Região, a permissão da produção de mel para autoconsumo, a densidade de instalação de colmeias, a comercialização das unidades de produção, a alteração das características físicas do mel e a atribuição de responsabilidades e competências dos departamentos governamentais, bem como na atualização de denominações e uma condensação de diplomas.

Como bem aponta um dos pareceres recebidos, o mel é o terceiro produto alimentar com mais adulterações, a nível mundial, o que nos revela a importância de salvaguarda e proteção deste produto que, com o passar do tempo, tem vindo a captar mais adeptos, na nossa Região. Fruto, também, do trabalho que foi desenvolvido nesse sentido.

Mas, para haver mel são necessárias abelhas! E para isso temos que as proteger! O número de abelhas selvagens está a diminuir devido à perda dos seus habitats, ao uso de pesticidas e às alterações climáticas. O número de abelhas criadas por seres humanos também, muito afetadas por doenças. Os investigadores norte-americanos avisam que “a maior parte das culturas depende de polinizadores”. Por isso, o declínio no número de abelhas “levanta preocupações acerca da segurança alimentar”.

Sendo a vespa velutina uma ameaça às abelhas e, por consequência, à produção de mel, é imperativo que haja um controlo para que se não corram riscos, como tem sido feito através da rede de vigilância ativa para a Região Autónoma dos Açores, com a colocação de armadilhas em zonas estratégicas, pois esta espécie reproduz-se muito e adaptou-se bem às condições existentes no nosso país.

As abelhas, à semelhança de muitas outras espécies, têm sido vítimas dos produtos dos tempos modernos: a agricultura intensiva e os pesticidas. E de nada valerá a pena criar e melhorar regimes e diplomas para sua proteção como produtora de mel, se por outro lado se insistir em políticas desastrosas e contrárias ao ambiente, por exemplo aquela que foi a intenção do Governo Regional em criar exceções para a aplicação do glifosato.

Na verdade, há uma certa tendência a destruir aquilo que tendemos a desconhecer e não valorizar. Exemplo disso são as plantas espontâneas que fervilham em meio urbano, fonte de néctar e de pólen, por vezes em quantidade muito superior às plantas de jardim. Indesejadas pelos serviços municipais e regionais, elas contam-se entre as preferidas dos insetos e são essenciais para a polinização das abelhas.

Tantas vezes olhadas apenas como invasoras de culturas ou hospedeiras de pragas, estas ervas espontâneas são, na verdade, se vistas de um outro prisma, um sinal de vitalidade e um exemplo de resiliência que germina mesmo onde parece imperar o abandono e a falta de condições.

A cidade é um ecossistema frágil, que precisa de polinizadores. Um pouco de terra, uma fissura, a vida nasce.

Era importante que deixassem as plantas florescerem, em vez de cortá-las, como fazem as roçadeiras municipais e regionais que limpam as estradas.

Posto isto, a presente proposta conta com o voto favorável do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 2007, a Região deu um passo em frente ao criar o Regime Jurídico da Atividade Apícola e da Produção, Transformação e Comercialização de Mel.

Estávamos num período de análise ao impacto do surgimento da Varroose em alguma ilhas dos Açores e a consequente aprendizagem de como lidar com esta contrariedade para a apicultura.

No plano do processamento, não existiam na Região equipamentos de processamento de mel devidamente licenciados, ou seja, não existiam na Região equipamentos de processamento de mel com Número de Controlo Veterinário atribuído.

Chegados aqui com todo o trajeto percorrido de aprendizagem, o Governo dos Açores apresenta-nos uma proposta de alteração, levando em conta as diversas sensibilidades dos diversos parceiros em todas as ilhas do Açores e todas as experiências adquiridas:

No Plano Sanitário, com ajustamentos que permitem aprofundar o Estatuto

Sanitário dos Produtos da Apicultura dos Açores, com ajustamento à legislação nacional e comunitária, entretanto alterada e levando em conta a Decisão n.º 1895 de 2019, da Comissão, que reconhece a condição de indenes a algumas ilhas do Açores.

A proposta dá, como deve ser, o grande enfoque à existência e aplicação do Plano Sanitário Apícola Regional, que implica grande responsabilidade de todos os atores da cadeia.

Depois, as propostas no âmbito da implantação e instalação de apiários, utilizando as novas tecnologias entretanto colocadas ao dispor, utilizando a georreferenciação e mapeamento da paisagem rural.

Por outro lado, dá uma nova interpretação ao autoconsumo aos produtos da apicultura, que fica bem explicitado na densidade e no número de apiários e colónias.

No plano da Composição do Mel dos Açores, as propostas apresentam novos parâmetros, assentes no conhecimento científico entretanto adquirido, com a sinalização clara do mel obtido a partir da flor de incenso (*Pittosporum undulatum*) e a sua percentagem de sacarose que é superior ao que é aquele mel padrão tido em todos os estudos e nos teores de humidade, como é o caso do Mel dos Açores, que pode, neste caso da proposta apresentada, ir até aos 18%. Ou seja, levando em conta as nossas especificidades.

No plano do processamento do mel e produtos da apicultura, a proposta ajusta à Região os novos regulamentos comunitários, com responsabilidade redobrada pelas questões da segurança alimentar e da caracterização dos produtos da Região e a sua proteção.

Por último, o ajustamento e uniformização das definições, de termos e conceitos da apicultura, levando em conta toda a legislação que existe atualmente em vigor. É importante também salientar e redefinição de competências na orgânica dos organismos regionais da área da agricultura, nomeadamente na responsabilidade

da Direção Regional dos Serviços de Veterinária.

Para terminar, discordando um pouco da leitura que foi feita pela Sra. Deputada Alexandra Manes, as abelhas são, claramente, as guardiãs e aferidoras da condição dos nossos ecossistemas. Os números provam que os efetivos têm vindo a aumentar.

E, portanto, sem colocar em causa que devemos ter o maior cuidado com as substâncias que aplicamos na agricultura, facto é que, perante a iniciativa de exploração apícola, os estudos e a nossa atividade não revelam que na Região tenhamos problemas de resíduos na natureza, digamos assim, que levem a constrangimentos na produção apícola.

E, portanto, são elas o verdadeiro barómetro aferidor da condição dos nossos ecossistemas. E com elas fica provado que temos bons ecossistemas nos Açores.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando se fala em apicultura, não se pode falar apenas de mel.

A apicultura é uma importante atividade agrícola, que, da exploração das abelhas, para além de mel, resulta também muitos outros produtos de valor acrescentado: cera, pólen, própolis, geleia real.

Sem esquecer a importante ação polinizadora das abelhas, essencial para a manutenção dos ecossistemas e da própria agricultura convencional, tal como o

próprio Sr. Secretário também referiu, e bem.

E, nos Açores, em especial devido ao estatuto sanitário, da maioria das ilhas do arquipélago, indemne à Varrose, e ao ambiente em que são produzidos, os produtos da apicultura regional são por si só produtos diferenciados, de valor acrescentado, uma verdadeira identidade para a nossa Região!

É preciso ter sempre em consideração a grande expansão desta atividade a nível regional, fruto de investimentos dos Governos Regionais anteriores, lembrando que em 2008 existiam nos Açores 195 produtores, em 2018 já eram 449 produtores, um número que se mantém estável até aos dias de hoje, existindo cerca 451 produtores em atividade.

Por isso há que manter! Há que continuar este trabalho essencial para o crescimento contínuo de um setor apícola saudável, inovador e rentável!

Para tal, este Governo possui uma ferramenta essencial: o “Plano Estratégico da Apicultura nos Açores”, criado, desenvolvido e apresentado pelo anterior Governo do Partido Socialista. Um plano arrojado, real e praticamente único na Europa, com estratégias concretas e objetivas para continuar a impulsionar o setor apícola.

Neste caso, Sr. Secretário, eu pergunto-lhe: em que fase está a execução deste plano?

Sras. e Srs. Deputados:

É preciso proteger as características mais genuínas para que a identidade da nossa produção e os nossos produtos sejam por si só o seu valor acrescentado.

E é nesse sentido que o Partido Socialista também apresenta propostas de alteração a este DLR, com base na apreciação e auscultação dos parceiros do setor, para que essas alterações sejam capazes de suprimir as reais dificuldades do setor, alterações essas que têm por base a sustentabilidade do setor, o rendimento de quem produz e a proteção das características mais genuínas da apicultura açoriana.

São preocupações das associações do setor, preocupações que devem estar acauteladas neste Decreto Legislativo Regional, nomeadamente:

A proteção e a promoção da abelha autóctone, uma abelha que apresenta maior rusticidade e maior e melhor adaptabilidade ao clima e à nossa flora;

A correta identificação dos apiários, para que a proteção da saúde pública e das colmeias estejam garantidas;

O reforço das medidas sanitárias dos apiários, quer pelo controlo sanitário da cera da abelha, quer pela implementação do próprio programa sanitário;

Por fim, a sensibilidade da população para a importância da apicultura na agricultura e na biodiversidade.

Sras. e Srs. Deputados, para garantimos o contínuo crescimento da agricultura regional de forma sustentável e com produções de excelência é fundamental termos um setor apícola que seja capaz de dar resposta às necessidades dos outros setores. E que estes outros setores estejam recetivos à importância da própria apicultura.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Intervenho neste debate para dizer que, efetivamente, esta proposta de alteração ao DLR que o Governo nos traz vai ao encontro daquilo que é uma reivindicação que já tem algum tempo e é uma reivindicação da parte dos apicultores.

É uma alteração que é feita, também, e isso deve ser registado, em colaboração também com o setor e vai, por isso, ao encontro daquilo que são as reivindicações

e é ajustada, no fundo, também, à atual realidade do setor apícola regional.

É um contributo importante para esta atividade. Consideramos que pode atrair até mais produtores para o setor, uma vez que o potencial de crescimento deste setor na Região é enorme. E estamos a falar de um produto, como disse, e bem, a Sra. Deputada Patrícia Miranda, que é um produto de excelente qualidade e que, também neste setor e à semelhança de outros, deve ser isso que é o nosso forte, será sempre a qualidade e não, eventualmente, a grande quantidade. Mas, efetivamente, a qualidade deve ser o foco e é a principal aposta.

Por isso, também consideramos que é necessário e possível encontrar um equilíbrio entre aquilo que é o asseio das cidades, das vilas, das freguesias e a diversidade da flora que tem que existir por forma a fomentar a polinização e também a disponibilidade de néctar, que os produtores desejam, obviamente.

E o Governo Regional dos Açores, obviamente, o Sr. Secretário e a sua Secretaria, também tem um papel importante na sensibilização também para práticas que, no fundo, fomentem e potenciem a disponibilidade de néctar, sendo também certo que, sobretudo, os produtores, mas também os agricultores na sua generalidade e a própria sociedade têm hoje em dia uma sensibilidade maior para esta necessidade de preservar a biodiversidade e, por fim, a disponibilidade de néctar. A título de exemplo, efetivamente, nas roças, às vezes, se falarmos, por exemplo, do trevo, é uma planta com um pequeno crescimento, ou seja, do ponto de vista do asseio não tem qualquer impacto. E, como disse também a Sra. Deputada Alexandra Manes, é possível haver este equilíbrio e não é isso que vai diminuir o asseio. E, efetivamente, esse tem que ser um trabalho feito pelo Governo Regional, haver essa sensibilização.

E, pronto, em jeito de nota final, também reparo que a Sra. Deputada Patrícia Miranda, registo essa necessidade... E, Sr. Secretário, tenha atenção, não pode fazer muitas alterações àquilo que é património do Partido Socialista.

Deputada Alexandra Manes (BE): Isto não é o COMPAMID!

O Orador: Mas, pronto, de qualquer das formas, parece que são alterações que vêm em bom tempo. E o próprio Partido Socialista também acha que é altura de visitar este documento. Por isso, nós também iremos tomar o nosso tempo para avaliar os contributos do Partido Socialista. E, obviamente, sabemos que são propostas que são feitas...

Deputado Francisco Coelho (PS): Vamos fazer intravenosa, Sr. Deputado!

O Orador: ... tendo em conta aquilo que são as necessidades que o setor atravessa e a adequação ao setor e à realidade atual, tendo em vista sempre a produção e o aumento da qualidade e o aumento da disponibilidade também de pólen e, no fundo, de alimento para as abelhas.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para voltar ao debate depois da minha intervenção para tentar clarificar algumas intervenções, no sentido daquilo que é a prestação de serviços públicos para esta área tão importante da agricultura açoriana, que é a apicultura.

Desde logo, começando por dizer que todo o mel produzido é todo o mel vendido. E, portanto, este é um produto da nossa autonomia, é um produto da nossa Região, que muito nos orgulhamos, porque tem uma ação sobre a sustentabilidade e sobre a saúde humana que interessa potenciar para o futuro e para as próximas gerações. É um mel que é um complemento de muitas famílias. É um mel que pode aumentar a biodiversidade das nossas ilhas. É um mel que em conjugação com outros agroalimentos pode trazer vantagens competitivas ao nível da afirmação dos

mercados e ao nível da imagem de naturalidade que queremos transmitir para os Açores.

Ora, nesse sentido, e muito bem disse o Sr. Deputado Nuno Barata a questão das plantas melíferas, nós, este ano, através de uma cooperação dos Serviços Florestais, os diversos Serviços de Ilha, também a Secretaria das Obras Públicas e as Autarquias, distribuímos uma quantidade grande de plantas melíferas para plantação em espaços públicos, naquele que também é o projeto “Abelha Amiga”. Não é suficiente, claro. Ainda não é suficiente. É necessário aumentar a quantidade de plantas melíferas nas nossas vias públicas.

Aliás, já devem ter reparado, as Sras. e os Srs. Deputados, que em muitas rotundas e espaços públicos existe um cartaz amarelo, algumas ainda não têm, que diz: “Abelha Amiga”. Ou seja, naqueles espaços não se corta a erva, não se corta a vegetação que normalmente se cortava, ao nível que se cortava, para quê? Para deixar que algumas plantas façam a floração e as abelhas possam alimentar-se dessas plantas. E, portanto, em muitos espaços públicos a erva não é cortada ao nível que é cortado para permitir às abelhas esta alimentação. E, portanto, quando virem o cartaz amarelo “Abelha Amiga”, isso significa que ali naquele espaço as abelhas se alimentam.

Por outro lado, também, e muito bem, Sra. Deputada, a preocupação ambiental da questão dos pesticidas. Nós estamos a certificar, nos Açores. E já fizemos vários cursos de certificação da aplicação de pesticidas através de pulverizadores. Todos os pulverizadores, neste momento, têm que ter uma certificação, ou seja, tem que debitar aquilo que efetivamente estão programados para debitar, nem mais, nem menos, e o aplicador também tem que ter o certificado, para evitar os excessos, obviamente, que podem existir relativamente aos pesticidas. E, portanto, nós estamos a percorrer todas as nove ilhas com cursos de certificação dos pulverizadores e certificação dos aplicadores, também para evitar que exista algum exagero nesta mesma aplicação.

Por outro lado, nós tivemos urgência em realizar aqui algumas atuações para além daquilo que é a promoção, para além daquilo que é a investigação, para além daquilo que são os protocolos de articulação com as associações representativas do setor, era importante construir e acionar dois planos fundamentais em termos de sanidade, para que não possamos perder o estatuto que temos em sete ilhas dos Açores e, de facto, deixarmos de ser reconhecidos como indemnes à Varroose.

Desde logo, nós não tínhamos um plano para combate à Varroose. Foi importante criar este plano. Este plano está a ser construído. Este plano vai ser aplicado. Isto, porquê? Porque se tivéssemos um plano já anteriormente, nós não tínhamos, provavelmente, ilhas sem esse estatuto de indemne. Ou seja, o Pico tem a Varroose a partir de 2000. As Flores, 2001. E o Faial, 2008. Ou seja, se tivéssemos tido o cuidado de ter este plano anterior a essas datas, obviamente que teríamos uma melhor prevenção na existência desta doença das abelhas nessas mesmas ilhas. O plano foi necessário implementar. O plano está em execução.

Por outro lado, também era importante ter um plano de vigilância e contingência para a vespa-asiática nos Açores. Ora, nós não tínhamos este plano. Foi preciso criar apiários sentinela nos aeroportos, nos portos, uma articulação com entidades como a PSP, a GNR, as entidades aeroportuárias, as entidades aeronáuticas, de maneira que pudéssemos, em articulação, vigiar a entrada deste organismo. Se este organismo entrar nos Açores, bom, então aí é que perdemos todo o nosso estatuto de pureza relativamente ao mel e relativamente às abelhas. Foi preciso implementar de urgência esse mesmo plano de vigilância para a vespa-asiática, que, como sabem, existe no continente e noutras partes do mundo.

Bom, era nesse sentido também que eu vos queria esclarecer relativamente àquilo que é o ecótipo regional, ou seja, a chamada abelha autóctone. Penso que é importante identificar, de facto, uma espécie que seja única e exclusivamente açoriana. Mas também vos digo que todos os estudos genéticos até agora mostram que essa identificação devia ter sido realizada antes da importação e da introdução

de muitas rainhas nos Açores. Agora, existe uma mistura muito grande e está a ser muito difícil essa mesma identificação. Assim mesmo diz um estudo da Universidade de Bragança, que já foi apresentado ao anterior Executivo, que diz que, efetivamente, em Santa Maria ainda se consegue identificar algumas abelhas puras, mas nas restantes ilhas é muito difícil. Ou seja, a identificação de uma abelha pura regional como raça autóctone teria que ter sido feita antes da permissão da importação de outro tipo de abelhas e de enxames para, de facto, a nossa Região. E agora é mais difícil, ou seja, o que não se fez antes, está agora a tornar-se mais difícil fazer.

Eu dei-vos aqui três exemplos da necessidade de urgência de atuar, desde logo relativamente aos planos sanitários e relativamente àquilo que podemos estar a perder, que é uma abelha autóctone, que em muito iria potenciar a produção de mel.

Ora, finalizando esta intervenção, para vos dizer que a apicultura merece toda a nossa atenção política, não só do Governo Regional, mas também deste Parlamento, naquilo que são as vossas propostas, naquilo que é a vossa, também, planificação política, de maneira a que possamos ter mais produto para venda. Se há produto que está vendido, de facto, é o mel.

Mas também na diversificação da utilização dos produtos da abelha. As oportunidades e possibilidades de utilização e de substituição de componentes, como sejam os derivados do petróleo, a abelha e os produtos derivados da abelha podem fazer essa substituição gradual. E para isso é preciso investigação.

Por isso mesmo, vamos, também, no próximo ano, lançar um programa de investigação naquilo que são os produtos da abelha, para substituição de alguns componentes que preocupam a humanidade atual e que possam também ser um processo de combate às alterações climáticas e a favor da biodiversidade, não só animal, mas também vegetal.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quase que ia chorar com o Sr. Secretário Regional a falar. Com tanto drama, foi quase, mas consegui agarrar e não chorei.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não é preciso tanto!

O Orador: Mas quando nós usamos algumas palavras que não devemos usar em determinadas alturas em que se olha mais para a sustentabilidade económica de forma extrativista, de que usamos, neste caso, o trabalho das abelhas relativamente ao mel, nada contra, mas usar isto também para falar sobre as alterações climáticas, mas o diploma não fala, não defende nada sobre o bem-estar ou a pressão que nós podemos ter relativamente às abelhas, que são importantíssimas para a polonização e para os nossos ecossistemas, não como o diploma, que dá favorecimento total à forma como extraímos total e sem limitação relativamente a cada colmeia e à sua pressão que nós podemos fazer, eu acho que é errado nós metermos as alterações climáticas ali no nosso discurso para ver se a coisa fica bem. Não fica. Neste caso, para o PAN, não fica.

Nada contra os produtores. Temos que ter, obviamente, uma produção que seja sustentável, ambiental e também em termos da proteção animal, porque as abelhas são extremamente importantes. Sempre foram durante milhões de anos

relativamente aos nossos ecossistemas, da forma como sustentam, mas ao mesmo tempo também alteram o próprio ecossistema em si, dentro do seu perímetro. E isso é extremamente importante. Desde a parte pré-histórica sempre o fez e vai continuar a fazer. Mas nós olhamos para este diploma só de uma forma unicamente mercantil. E por isso é que o PAN tem alguns problemas com isso e vai votar, obviamente, contra.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lembra o Sr. Deputado José Pacheco, e bem, que estamos falando de abelhas, uma ferroadazita. Levei algumas na quinta-feira passada...

Duas questões que convinha esclarecer. Uma delas ajuda a Sra. Deputada Martins e o Sr. Deputado Neves a perceberem... Miranda, Patrícia Miranda e o Sr. Deputado Pedro Neves a perceberem a importância das colmeias e das abelhas autóctones ou não autóctones. E ao Sr. Secretário um desafio.

A abelha autóctone ou a abelha negra ou a abelha de Marrocos ou a abelha ibérica, como se queira chamar, porque, na verdade, não é autóctone, porque, quando aqui chegaram os primeiros povoadores, não havia abelhas, elas foram importadas.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Também não havia vacas!

O Orador: As abelhas e os bongos, que, para quem não sabe, são aqueles insetos grandes parecidos às abelhas, foram importados para virem polonizar algumas espécies que foram aqui introduzidas, com grande incremento, já agora diga-se, durante a época da laranja por necessidade óbvia da polonização dos grandes pomares que foram instalados.

A abelha autóctone tem um problema. Ao contrário do que diz o Sr. Secretário, a

abelha autóctone não é mais produtiva do que as amarelas. E tem um outro problema, que é um problema que não é de somenos importância para o apicultor e não é de somenos importância para a segurança dos cidadãos em geral, é que a abelha autóctone é altamente agressiva, não permite com facilidade a aproximação. Os apicultores sofrem bastante quando estão trabalhando uma colmeia, uma colónia de abelhas autóctones.

E, de facto, a abelha autóctone, talvez por ter vindo no norte de África, não sei, é um bocadinho mais preguiçosa do que a amarela. Então, a gente evita a abelha autóctone (autóctone é um esforço de linguagem, obviamente).

Mas há um desafio que quero deixar ao Sr. Secretário Regional, que é precisamente no sentido de ser mais controlada a origem do mel que é vendido como mel dos Açores. A marca, a nossa identidade Açores ganhou peso no mercado internacional a todos os níveis. É uma marca forte, como se diz em marketing.

E de uma amostra que um laboratório alemão levou de méis recolhidos numa feira em Lisboa, de 12 amostras, 6 delas revelavam, ao fim de várias análises, a presença de néctares e de pólenes que não eram de plantas existentes no arquipélago dos Açores, o que quer dizer que alguém ou importa mel a granel, faz *dépotage* e envia como mel dos Açores, ou alguém, noutra origem qualquer, coloca rótulos de mel dos Açores em mel que não é dos Açores.

E, portanto, este trabalho, Sr. Secretário, tem que ser feito pela sua Secretaria ou por outra Secretaria qualquer que entenda o Governo face a esse controlo, porque, na verdade, apesar de a Região ter grande dificuldade em certificar mel biológico dada a proximidade de estradas de alcatrão, que não podem existir, dada a proximidade de utilização de tintas em edifícios, o Quadro Comunitário que regula o mel biológico é, de facto, extremamente exigente e não é fácil na Região Autónoma dos Açores promover um apiário absolutamente biológico no global.

Por isso, deixo esse desafio ao Sr. Secretário. Eu percebo a intenção de promover

a abelha autóctone, mas, de facto, eu diria que esta é uma causa perdida.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 30 minutos.

Eram 18 horas.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 47 minutos.

(Após o intervalo, a Sra. Deputada Elisa Sousa substituiu o Deputado Carlos Freitas no lugar de Secretário da Mesa)

Estava inscrito o Sr. Secretário Regional da Agricultura, a quem dou a palavra.
Faz favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Nenhum dos Deputados está presente para poder responder, de qualquer modo...
Bom, chega o Sr. Deputado Nuno Barata.

Bom, tem toda a razão, Sr. Deputado Nuno Barata. De facto, para evitar as adulterações dos méis, por isso é que anunciei que está em curso uma nova envolvência do Laboratório Regional de Veterinária da Universidade dos Açores para a realização de análises polínicas. Como sabe, só através de uma análise polínica é possível determinar a constituição dos pólenes das plantas. Como tal, associar o pólen à botânica e a botânica à geografia. Tem toda a razão, obviamente, precisamos de aumentar o número de análises polínicas para que o

nosso mel não se venda gato por lebre. Obviamente, isso é extremamente importante.

Relativamente à raça autóctone ou ao ecótipo regional, bom, obviamente, o que eu referenciei foi que é difícil identificar um DNA específico. Se queremos ou não queremos, pois, pode ser uma discussão posterior. Mas também lembro que os primeiros povoadores, quando chegaram cá, não tinham bovinos, não havia equinos, não havia caninos. E temos raça autóctone do Ramo Grande, o Pónei da Terceira, o Burro da Graciosa, o Cão Barbado da Terceira e o Cão de Fila de São Miguel. Ainda bem. E, portanto, se conseguirmos identificar a utilização da abelha, ou não, ficará a cargo de cada um. Mas, de facto, tem razão relativamente às análises.

Eu não vou responder ao Sr. Deputado Pedro Neves, porque ele... Ah, está aqui, já está presente. Muito obrigado. Sr. Deputado Pedro Neves, ao ser um diploma muito rigoroso na proteção da abelha em termos sanitários, obviamente, logo está a determinar a existência da abelha enquanto ser vivo. Portanto, enquanto ser vivo, nós todos sabemos quais é que são as vantagens do animal.

Se reparar, o terceiro considerando do diploma fala e referencia a abelha para além do mel. Ou seja, passo a ler: “É do conhecimento geral a importância das abelhas, não apenas para a produção de mel, mas também pela sua função polinizadora, de manutenção dos ecossistemas florestais, naturais e protegidos, da economia agrícola e da subsistência alimentar humana, pelo que importa reforçar medidas no sentido de preservar e valorizar estes animais.”

Portanto, está aqui tudo dito relativamente àquilo que é a preocupação ambiental e à preocupação da abelha enquanto ser vivo para a existência da espécie humana no Planeta Terra. Portanto, esta importância e esta consideração não deixou de estar materializada no diploma, desde logo nos seus primeiros considerandos.

E a grande proteção e rigor relativamente ao Programa Sanitário, se reparar, todos os anos elaboramos um Programa Sanitário. Tem aqui o Programa Sanitário de

2022. É extremamente rigoroso na proteção do animal, porque sabemos que o animal é muito mais fundamental e imprescindível do que produzir mel. É fundamental, obviamente, volto a repetir, para a existência da espécie humana. E, portanto, desde 2007, todos os anos é elaborado um Plano Sanitário para a apicultura.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu concordei consigo há pouco, mas agora eu vou ter que discordar. Com os contributos que recolhemos das associações de apicultores, percebemos que proteger e identificar o nosso biótipo é fundamental, quer para a sustentabilidade do setor, quer para a produção dos ecossistemas.

E tendo em conta que a nossa abelha é mais resistente, ou melhor, está mais adaptada às nossas condições climáticas e ao nosso ambiente, não será difícil identificá-la.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Eu não estou a dizer o contrário.

A Oradora: O que eu estou dizendo é que não será difícil identificá-la.

Respondendo também ao Sr. Deputado Nuno Barata, e permita-me a correção, Sr. Deputado, são as abelhas híbridas as mais agressivas. E isso acontece em qualquer raça, em qualquer espécie, em qualquer cruzamento que dê origem a animais híbridos. São, de facto, mais agressivos. São animais mais reativos. Por isso, nunca é esperada a sua reação.

Por exemplo, neste caso das abelhas, as que resultam do cruzamento entre a abelha grande, aquela amarela que o Sr. Deputado falava, a *ligustica* com a abelha autóctone, certamente dá animais mais agressivos. E são animais maiores. E aí

reside a nossa preocupação, com os animais híbridos, porque quanto às outras... Por exemplo, as abelhas que não são autóctones, vem o inverno e elas morrem. O que também para as próprias explorações não é rentável.

Por isso, aí, Sr. Secretário, não é um trabalho difícil, é sim um trabalho de laboratório, um trabalho de apoio técnico...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e, acima de tudo, um trabalho de legislação.

Aqui uma outra questão: apesar de muito já ter sido feito por anteriores Governos, é preciso continuar a fazer muito mais. É preciso colocar as estratégias definidas para o setor em prática o quanto antes, para que o setor possa ocupar o seu lugar nos mercados.

E nesse sentido, Sr. Secretário, eu volto-lhe a questionar: em que fase é que está o Plano Estratégico para a Apicultura? Quais são as metas que já estão definidas?

E quando é que termina a revisão que o Sr. Secretário fala que estão a fazer?

Porque quem fica a perder não é só o setor da apicultura, é toda a nossa agricultura.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

Deputado Berto Messias (PS): E a Abelha Maia onde é que fica, Sr. Secretário? É isso que nós queremos saber.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Ficou na infância!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, pedir desculpa a esta Casa pelo facto de não ter estado presente desde o início dos trabalhos.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não demos por nada!

Deputada Ana Luís (PS): Não se incomode. Correu muito bem!

O Orador: A minha popularidade é tão alta no Corvo neste momento que não me deixavam sair. Viajei apenas hoje. O Dr. Salgado viajou comigo também no mesmo avião.

E é evidente que este início de intervenção não será do agrado do Dr. Joel Neto, tenho a certeza absoluta.

Deputado Carlos Silva (PS): Não tenha problemas com a democracia!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O Dr. Joel Neto diz o que quer e tem que ouvir o que não quer!

O Orador: E será feita uma nova referência.

Mas vamos aqui referenciar o tema em apreço. No tema em apreço, eu relembro aqui algumas das dificuldades que há uns anos se registavam durante os Governos do Partido Socialista. Por exemplo, tenho aqui vários requerimentos só para fazer chegar uma colmeia à ilha do Corvo. Era assim: “O transporte de colmeias para a ilha do Corvo continua bloqueado.” Entretanto, já tinha feito várias intervenções para conseguir que as colmeias chegassem à ilha do Corvo.

Deputado Berto Messias (PS): Mas tem de ler as respostas aos requerimentos, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, não era um setor que tivesse um apoio muito significativo. Era até difícil que esta atividade chegasse à ilha do Corvo e também às Flores. O transporte era muito difícil. E o Governo criava todo o tipo de dificuldades.

O que eu considero, Sr. Secretário, é que nesta matéria existiu um conjunto de queixas que se acumularam ao longo dos anos e que o anterior Governo não resolveu.

Conseguiu V. Exa. criar um diploma que responde às aspirações que o setor tinha feito chegar aos anteriores Governos Regionais e que não foram resolvidos.

E mais, também consegue V. Exa. ter nesta matéria uma apreciação positiva e muito favorável das várias instituições e associações que foram consultadas.

Por isso, eu considero que está num caminho certo, que estes são os princípios

que é necessário defender.

E é preciso ter em conta também que esta proposta que agora é feita, esta proposta que vai ser votada e que está a ser analisada no âmbito deste Parlamento, é importante dizer que tem o apoio das associações, que responde ao conjunto de problemas que foram elencados.

E, nesse sentido, eu considero que é uma excelente proposta. E, por isso, terá o apoio do Grupo Parlamentar do PPM. Vamos, obviamente, votar favoravelmente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra agora para participar no debate ao Sr. Deputado Marco Costa. Faça favor.

(*) Deputado Marco Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de começar por levantar aqui uma questão que tem a ver com o número que o Sr. Secretário aqui apontou, que tem a ver com a quantidade de mel certificado na Região e a quantidade que é candidatável ao POSEI. Na minha leitura, revela um bocadinho o que é a estrutura do setor apícola. Portanto, falou-nos em cerca de 27 toneladas. Se levarmos em conta aquilo que são os dados que estão no documento nacional da produção média por colmeia e levando em conta o efetivo da Região, estamos a falar em 25% da produção da Região que é, digamos assim, candidatada.

E isso demonstra muito daquilo que é o tecido apícola. Ou seja, estamos a falar de uma atividade muito artesanal, digamos assim, quase familiar. E não é porque os apicultores não reúnem os critérios mínimos, é quase o autoconsumo que está aqui em causa.

E, portanto, há um caminho que tem que ser percorrido, porque a dimensão também revela, se cruzarmos o número de colmeias com o número de apicultores, em média 17 colmeias por apicultor. Portanto, não é ainda uma atividade, digamos

assim, dominante nem principal, porque ninguém consegue sobreviver com 17 colmeias.

Depois, a outra questão que aqui foi levantada e que tem a ver com as questões genéticas e que eu cruzo com o Estatuto Sanitário da Região, os problemas que aconteceram no passado, alguns deles foram por introdução de abelhas vindas do exterior. E algumas delas foi de quem entendeu que fazer criação de abelhas em ilhas rodeadas, obviamente, por mar era um elemento acrescido para a qualidade dos seus produtos apícolas. Ou seja, se eu vou produzir abelhas para uma ilha que tem boas condições sanitárias, eu sou potencialmente um exportador de abelhas que não têm problemas sanitários. E eu considero que este é o passo que não deve ser esgotado.

Se temos estatuto sanitário, se estamos a lutar para ficar, digamos assim, mais aprimorado, porque não, no futuro, sermos uma Região exportadora de produtos da apicultura, mas no caso abelhas quando elas tiverem a genética que nós conseguirmos aprofundar.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso está confuso!

O Orador: Depois, uma referência final. Acho que todos, pelo menos os que estão ligados à apicultura, percebem ou sentem nas diversas ilhas uma alteração daquilo que é a flora com potencial melífero.

E, portanto, o Sr. Secretário já referiu, aqui, no passado, aquilo que é uma medida que o Governo já tem de aprofundar ou pelo menos de criar condições apoiando os agricultores na aquisição de sementes de leguminosas, com associações, porque nós todos temos noção, acho eu, que a prevalência dos trevos, por exemplo, é muito menor do que era há alguns anos. E, portanto, quanto mais graminhas tivermos, vamos ter se calhar só os piores, mas não temos de certeza condições para a produção de mel.

Por último, as questões que foram apresentadas por propostas por parte do Partido Socialista. Concordamos com algumas delas, mas não podemos votar a favor em

todas.

O que existe aqui, concretamente o artigo 11.º, são questões que já fazem parte dos Protocolos Sanitários implementados na Região e que têm, digamos assim, uma comunicação automática. Qualquer agricultor ou com atividade agrícola na Região, quando tem uma ocorrência, recebe uma notificação. E, portanto, isto era vincar algo que já está a ser feito. Consideramos que não deve ficar plasmado em DLR.

E a outra questão acaba por ser a questão que o Sr. Secretário aqui apresentou daquilo que tem sido o plano de atividades de sensibilização para as virtudes da apicultura e pelas potencialidades da apicultura nos Açores. E, portanto, não podemos, digamos assim, votar a favor deste proposta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Faz favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, eu, tentando responder àquilo que são as questões que foram levantadas, com ferroada ou sem ferroada, agora em jeito de brincadeira, vou tentar esclarecer as questões aqui colocadas.

Eu não disse que era impossível identificar um genótipo regional. O que eu digo é que é mais difícil agora por causa de uma questão: a Universidade de Bragança,

que já faz este estudo há três anos, ela própria disse, em 2020, que o único espaço geográfico onde eventualmente poderia existir uma espécie mais pura é Santa Maria. Todas as outras ilhas têm espécies misturadas. Porquê? Porque procedeu-se à importação de rainhas.

Ora, se havia esta intenção, o que é lógico, plausível e desejável é que, antes da importação de rainhas para a mistura de eventuais espécies nas abelhas, se procedesse ao estudo da identificação do DNA específico regional. Isso é que era fundamental fazer-se. Agora, é mais difícil fazer-se. Não é impossível, mas é mais difícil, leva mais tempo até à identificação de um ecótipo regional.

Esta é que é a nossa postura, esta é que é a nossa informação à Câmara, resultado da investigação científica. Nós não dizemos isto por dizer. É a investigação científica que levou a este resultado.

Por outro lado, quem fica a perder? Bom, nós já ficamos a perder em termos de apicultura na Região. Por exemplo, os 10% da esterilização da cera era uma medida que já podia ter sido tomada em prática já há algum tempo e não só agora, ou seja, a perda dos 10% da esterilização da cera, essa reposição de perda podia já ter acontecido. É uma medida política. Nunca ocorreu. E, portanto, os apicultores ao esterilizarem a cera até agora estavam a perder cera. Nós repomos na quantidade perdida. Portanto, é uma medida política. Não tem nada a ver com outro tipo de decisão a não ser com o Executivo Regional.

Depois, estava previsto, em finais de 2020, na campanha de 2020 para 2021 das candidaturas ao POSEI, um rateio de 20% no apoio aos apicultores. Estava previsto. Estava previsto e publicado. E nós eliminamos esse rateio. E, portanto, mais uma vez os apicultores ficaram a ganhar. Estavam a perder.

Por outro lado, também, não existia o Plano de Vigilância e Contingência da Vespa-Asiática, algo que é fundamental e perigoso quanto mais tempo passar no tempo. Nós implementamos este plano agora. Este plano já podia ter sido implementado, já podia ter sido construído e executado já há muitos anos. A

vespa-asiática já existe há muitos anos no Continente.

Do mesmo modo, o plano para combater a Varroose também já podia ter existido. Aliás, a Varroose aparece no Pico em 2000, nas Flores em 2001 e no Faial em 2008. Bom, desde 2001 até agora, onde é que está o plano de combate e para prevenir, de facto, a existência dessa doença, para que nós mantivéssemos o estatuto de ilhas indemnes? Onde é que está o plano?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Isso para vos dizer que nós já perdemos muito na apicultura em termos de política pública para este setor.

Bom, há muito ainda a fazer. Naturalmente que ainda há muito a fazer. Mas fez-se com urgência medidas de proteção rigorosas em termos de sanidade. Fez-se medidas de proteção, de identificação e controlo daquilo que são os meios comercializados. E está-se a incentivar o produtor a produzir, a existência de produtores.

Aliás, o próximo PEPAC, é assim chamado, começa em janeiro de 2023, terá um foco importante de política pública de apoio a este setor. Porquê? Volto a repetir, quanto mais mel nós produzirmos, mais mel nós podemos vender. É um produto que está procurado, é um produto esgotado. É um interessante complemento de rendimento para muitas famílias. É um interessante produto de sustentabilidade ambiental. E é um interessante produto que cruza com a saúde humana. Bom, nós teremos aqui as três vertentes fundamentais para nos afirmarmos nos mercados e constituir um verdadeiro produto regional.

Se conseguirmos, obviamente, uma abelha autóctone, é fundamental. Isso vai demorar tempo, devido às dificuldades, devido à mistura entre raças existentes. Já devia ter sido feito.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Governo esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, é mentira que na Região nunca houve implementadas medidas para o controlo da vespa.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Onde é que elas estão?

A Oradora: O plano é nacional, sempre se usou cá. Já em 2019 nós tínhamos armadilhas instaladas na nossa ilha.

Olhe, e passo até a explicar: só em São Miguel nós tínhamos seis armadilhas. Tínhamos nos portos, tínhamos nos aeroportos e tínhamos três apiários sentinela. Portanto, Sr. Secretário, diga-me se isto não é verdade!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não é verdade!

A Oradora: É verdade, sim, senhor! Sempre houve e ainda hoje existe!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António

Ventura): Eu vou ter oportunidade de explicar no debate da especialidade. Isso é completamente mentira!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições. Sr. Secretário Regional, pede a palavra para...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Um protesto.

Presidente: Um protesto a...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): A Sra. Deputada chamou-me mentiroso.

Presidente: Sr. Secretário...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): “É mentira o que o senhor disse.” O que é que isto quer dizer?

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Talvez no fim da legislatura cheguemos a outras conclusões!

Presidente: Sr. Secretário Regional, eu penso que não foi essa a intenção da Sra. Deputada. E, portanto, não lhe darei a palavra para um protesto.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos iniciar a votação deste diploma.

Vamos então votar a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 24/2007/A, de 7 de novembro, que aprova o regime jurídico da atividade apícola e da produção, transformação e comercialização de mel na Região Autónoma dos Açores”.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de DLR n.º 27/XII foi votada, na generalidade, a favor

com 24 votos do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação, em relação ao artigo 2.º, as propostas do Partido Socialista em conjunto ao n.º 1, ou seja, a alínea f), g), k), t) e u).

Não?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, ainda tenho tempo para participar na especialidade?

Presidente: Pode, claro. Eu esqueci-me de abrir o debate na especialidade. Faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir porque tem a ver aqui com a proposta de aditamento da alínea g), ou seja, no “apiário de autoconsumo”, em que está referido que é “o local de assentamento máximo de duas colónias destinadas à polinização de culturas agrícolas e produção de produtos apícolas”.

Nós não entendemos que fosse necessário fazer uma proposta de alteração a isto porque não íamos alterar o texto, mas proponho, se o proponente desta alteração assim o achar, que em redação final seja considerado “e/ou”, ou seja, que seja as duas possibilidades, ou seja, destinadas à polinização de culturas agrícolas e produção de produtos apícolas ou que seja a uma ou a outra em exclusivo.

É uma clarificação. Estou a fazer esta proposta, se o proponente considerar que em redação final possa ser considerado o “e/ou”.

É só. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos então dar continuidade às votações, ponto em primeiro lugar à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Ó Sr. Deputado, um assunto tão importante para a humanidade e o senhor vota contra?!

Presidente: Pergunto, agora sim, à Câmara se posso colocar à votação em conjunto as propostas de alteração do Partido Socialista ao n.º 1 do artigo 2.º, ou seja, alterações às alíneas f), g), k), t) e u). Estão à votação essas propostas de alteração.

Sr. Deputado Rui Martins, faz favor.

(*) **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Peço desculpa, Sr. Presidente, novamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Era para pedir essa clarificação. Obviamente, quer dizer, não vamos fazer um caso disto, mas era para perceber qual é que é a sensibilidade do Partido Socialista a este pedido. E faço este registo porque, obviamente, a redação final dependerá se é acordado aqui entre todos, porque, depois, em sede de redação final nem todos os partidos estão representados nessa Comissão. E é importante que fique clarificado se isso poderá ser algo que em sede de redação final seja considerado ou não.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Isso, de facto, é importante porque limita muito a atividade. Ou é uma coisa ou é outra!

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Sr. Presidente...

Presidente: Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Eu gostava só, em primeiro lugar, de tentar perceber se se está a referir à alínea f) “apiário comunitário”... Não, é a g) “apiário de autoconsumo”, não é? Em que a definição diz: “O local de assentamento máximo de duas colónias destinadas à polinização de culturas agrícolas e produção de produtos apícolas.” Aqui está “e”. Ou seja, quando colocamos o “ou”... Assim como está é obrigatoriamente os dois. É essa a questão.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Exatamente.

A Oradora: É obrigatoriamente os dois. Para ser considerado apiário comunitário tem que ser necessariamente os dois. E alterando para “ou”...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Facilita.

A Oradora: ... pode ser só uma situação ou a outra e, eventualmente, as duas. Pronto, é a substituição por “ou”, não é colocar “e/ou”. É a substituição por “ou”, que é permitir que seja uma situação ou a outra em separado, ou as duas em conjunto. É o “ou”, não é “e/ou”. Isto não existe. Tem que ser colocado o “ou”. Substituir por “ou”.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): É uma questão de semântica, mas tudo bem.

Presidente: Depreendo dessa sua intervenção, Sra. Deputada, que o Partido Socialista concorda que se substitua. É isso?

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, não é bem a questão se o Partido Socialista concorda. O Partido Socialista não se opõe à alteração que está a ser proposta. Se isso pode ser feito, ou não, por redação final, acho que isto é uma questão que tem que ser vista por todos, não exclusivamente pelo Partido Socialista, ou seja, se o Sr. Presidente, por exemplo, considera que isto é uma questão que possa ser colocada em redação final, ou os demais partidos,

naturalmente.

Presidente: Bom, havendo dúvidas, é melhor ficar como está e avançamos desta forma. E o diploma está sempre sujeito a alterações futuras.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação para dizer o seguinte: esta é uma proposta de alteração do Partido Socialista. Se o Partido Socialista entende que a forma que foi sugerida para ser lida e interpretada esta proposta de alteração é melhorada com uma redação diferente, da nossa parte nada temos a opor e concordamos que essa redação possa ser de acordo com aquilo que o Partido Socialista acabou de declarar que também pretende que possa acontecer.

Era só isso. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, o que me parece é que isso não é uma proposta de interpretação, não é uma questão de interpretação, é uma questão que altera o texto. E, portanto, se todos concordarem...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sim, mas têm que o declarar agora!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente...

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** O Partido Socialista não se opõe a que seja feito em redação final, desde que mereça a concordância de todos os partidos. É esta a questão que está aqui. Percebemos o alerta que foi feito. Para nós, faz sentido. Portanto, não nos opomos a que assim aconteça. Sendo certo que não estamos em momento de proceder a uma alteração formal. Já aconteceram alterações desta natureza. Portanto, para acontecer nos termos em que aqui está e não haver celeumas *a posteriori* em sede de redação final, acho que o assunto deve merecer a concordância de todos aqui, expressa a concordância de todos.

Presidente: Muito bem. Muito obrigado, Sra. Deputada.

Questiono os outros partidos se alguém se opõe a esta alteração.

Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal não se opõe a essa redação final, para que seja substituído o “e” pelo “ou”.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do Chega também não há qualquer oposição a essa alteração em redação final.

Presidente: Muito obrigado.

O Sr. Deputado António Lima não se opõe.

Sr. Deputado Pedro Neves...

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não sou jurista, mas há uma grande diferença entre uma banana e uma laranja, e uma banana ou uma laranja. E eu faço sempre essa situação com o meu filho à noite, porque ele ou quer uma banana ou quer uma laranja, nunca quer as duas.

Mas não me oponho, tanto que eu também vou votar contra o artigo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PPM não opõe à alteração proposta.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, para manifestar a sua

concordância.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sim, Sr. Presidente. Nós já manifestamos anteriormente e, portanto, não temos nada a opor. Aliás, propusemos porque entendemos que realmente poderia ser feito desta forma.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, para ficar registado, faz favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda, embora não perceba bem a intenção, não tendo o proponente manifestado oposição, não nos parece também haver problema por essa alteração, embora não possa deixar de registar que estas matérias não devem ser tratadas assim nem aqui. Houve um intervalo, ninguém tratou disto. E eu acho que não deve ser feito no Plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Bom, não havendo oposição expressa de ninguém, peço à Comissão que tenha isso em atenção na redação final.

E vamos então continuar as votações. Coloco à votação as alterações propostas pelo Partido Socialista à alínea f), g), k), t) e u) do n.º 1 do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sra. Secretária.

Secretária: As propostas de alteração colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 2.º do diploma com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Avançamos para o artigo 3.º.

Começo por colocar à votação a proposta de aditamento do n.º 3, apresentada pelo Partido Socialista. E também, não sei se posso colocar à votação em conjunto, a proposta de aditamento do n.º 4. Portanto, estão à votação essas duas propostas de aditamento, do n.º 3 e do n.º 4, apresentadas pelo Partido Socialista ao artigo 3.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de aditamento colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 3.º com essas propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração ao n.º 6 do artigo 4.º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 4.º do diploma com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, pergunto à Câmara se posso colocar... Não?

Deputado Pedro Neves (PAN): Não.

Presidente: Vamos votar um a um, é melhor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, se for apenas por causa do PAN, os artigos 5.º, 6.º, 7.º podem ser juntos, depois os artigos 8.º e 10.º também. Neste caso do 5.º até ao 7.º e depois o 8.º, 9.º e 10.º. Esses três podem ficar também juntos.

Presidente: Dois blocos então.

O Orador: Dois blocos.

Presidente: Coloco à votação os artigos 5.º, 6.º e 7.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Coloco à votação os artigos 8.º, 9.º e 10.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 11.º, existem três propostas de alteração, apresentadas pelo Partido Socialista: ao n.º 2, uma proposta de aditamento do n.º 3 e do n.º 4. Pergunto à Câmara se posso colocá-las à votação em conjunto. Não? O n.º 2 isolado? Muito bem.

Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao n.º 2 do artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24

votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal; e 21 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado independente.

Presidente: Coloco agora à votação as propostas de aditamento do n.º 3 e do n.º 4 ao artigo 11.º, apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de aditamento colocadas à votação foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 11.º do diploma com as propostas de alteração que acabamos de aprovar.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Solicitava que se votasse número a número, ou seja, o n.º 1 e a revogação do n.º 2.

Presidente: Eu não percebi.

O Orador: Solicitava que se votasse o n.º 1 e a revogação do n.º 2, porque há uma revogação do n.º 2 nesta proposta.

Presidente: Não. Já está. Foi aprovada a proposta do PS.

O Orador: Ok.

Presidente: Pretende algum número em separado, ou podemos votar o artigo em conjunto?

Então, está à votação o artigo 11.º do diploma com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Os artigos 12.º, 13.º, 14.º... Separado?

Vamos colocar à votação o artigo 12.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 13.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 14.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Os artigos 15.º, 17.º e 19.º, posso colocá-los à votação em conjunto? Então, estão à votação os três artigos anunciados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 20.º do diploma com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Os artigos 22.º, 23.º e 25.º não foram alvo de propostas... Não? Vamos votar o artigo 22.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1

da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 23.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 25.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto as propostas de alteração, apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 2 e n.º 3 do artigo 5.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração colocadas à votação foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Coloco agora à votação o aditamento do artigo 5.º-A com estas propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação o aditamento do artigo 15.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar em conjunto os aditamentos dos artigos 15.º-B, 15.º-C e 15.º-D.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: Os aditamentos colocados à votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento do artigo 25.º-A, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

25.º-A

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Os artigos 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do diploma não foram alvo de propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Estão

à votação os artigos 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de DLR n.º 27/XII foi aprovada, em votação final global, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Está concedido.

Regressamos amanhã às 10 horas, para uma Sessão de Perguntas ao Governo.

Até amanhã. Boa noite.

Eram 19 horas e 40 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Proposta de Alteração n.º 747C à Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a – Aprova o Orçamento do Estado para 2022 – Audição 97/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 05 – 16

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2022 – 05 – 19;

Assunto: Proposta de Lei n.º 9/XV (ALRAM) – Pela revogação do Decreto-Lei n.º 28/2022, de 24 de março, e a regulamentação urgente do novo subsídio social de mobilidade – Audição 103/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 05 – 27

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2022 – 06 – 17;

Assunto: Proposta de Lei n.º 10/XV (ALRAM) – Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro - Redução do IVA da eletricidade e gás para a taxa reduzida –
Audição 104/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 05 – 27

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2022 – 06 – 17;

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que altera o regime jurídico da produção, controlo, certificação e comercialização de sementes de espécies agrícolas e espécies hortícolas, transpondo diversas Diretivas de Execução - MAA - (Reg. DL7/XXIII/2022) - n.º 68XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 05 – 26

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2022 – 07 – 15

3 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 56/XII

Assunto: [Adapta o Estatuto do antigo Combatente à Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2022 – 05 – 04

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2022 – 06 – 15;

N.º 57/XII

Assunto: [Rede de nómadas digitais dos Açores](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2022 – 06 – 23;

4 – Projetos de Resolução:

N.º 119/XII

Assunto: [Nómadas Digitais](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2022 – 05 – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2022 – 06 – 23;

N.º 120/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a intervenção na República pelo fim da burocracia no Subsídio Social de Mobilidade nos Açores](#)

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2022 – 05 – 25

Comissão: -----

Limite de parecer: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 121/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a implementação de um sistema de acesso ao miradouro e pontos de interesse da Reserva Natural da Lagoa do Fogo e áreas limítrofes, por shuttle, preferencialmente elétrico, em sistema hop on hop off](#)

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2022 – 05 – 27

Comissão: -----

Limite de parecer: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

5 – Anteproposta de Lei:

N.º 11/XII

Assunto: [Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do Subsídio Social de Mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2022 – 05 – 24

Comissão: Economia

Data-limite de parecer: 2022 – 07 – 27;

6 – Petições:

N.º 32/XII

Assunto: Exposição dos Funcionários sobre CA - USIC

Proveniência: Maria José Mendonça de Fraga Pimentel Ferreira

Data de Entrada: 2022– 05– 17

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de Parecer: Em processo de admissão;

N.º 33/XII

Assunto: Por um turismo verdadeiramente sustentável nos Açores

Proveniência: André Filipe Dâmaso Martins

Data de Entrada: 2022– 05– 24

Comissão: Economia

Limite de Parecer: Em processo de admissão;

7 – Requerimentos:

Assunto: [Governo não cumpriu com o prometido aos Municípios dos Açores no Orçamento de 2021](#)

Autores: Carlos Silva, Berto Messias e Tiago Branco (PS)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 13

Referência: 54.02.00 – N.º 372/XII;

Assunto: [Obras de reparação e manutenção no auditório da Escola Secundária Manuel Arriaga e contratação de assistentes operacionais](#)

Autores: Ana Luis e Tiago Branco (PS)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 16

Referência: 54.02.07 – N.º 373/XII;

Assunto: [Qual o fundamento para só agora o governo regional revogar a portaria que condicionava o exercício da pesca do atum patudo na região?](#)

Autores: Mário Tomé e José Manuel Ávila (PS)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 16

Referência: 54.02.00 – N.º 374/XII;

Assunto: [Quadros de pessoal das entidades que integram o setor público empresarial regional](#)

Autores: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 16

Referência: 54.10.00 – N.º 375/XII;

Assunto: [Bolsas de estudo atribuídas a estudantes do ensino superior](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 16

Referência: 54.06.00 – N.º 376/XII;

Assunto: [Nomeação do novo presidente da Unidade de Saúde do Corvo](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 16

Referência: 54.09.09 – N.º 377/XII;

Assunto: [Apoiar os agricultores da Graciosa para obviar aos enormes prejuízos provocados pelo mau tempo](#)

Autores: José Ávila e Manuel Ramos (PS)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 17

Referência: 54.02.04 – N.º 378/XII;

Assunto: [Achados arqueológicos no Porto de Pipas, Angra do Heroísmo, ilha Terceira - Esclarecimentos adicionais](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19

Referência: 54.06.03 – N.º 379/XII;

Assunto: [Qual a atividade do Comissariado dos Açores para a Infância nos anos de 2021 e 2022?](#)

Autores: Célia Pereira, Isabel Teixeira, Ana Luís, Rodolfo Franca e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 380/XII;

Assunto: [Custos e dívidas das empresas do Grupo SATA](#)

Autores: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 20

Referência: 54.10.00 – N.º 381/XII;

Assunto: [Má cobertura de rede móvel de comunicações na Ilha Graciosa](#)

Autores: José Ávila e Manuel Ramos (PS)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 23

Referência: 54.02.04 – N.º 382/XII;

Assunto: [A regularização das carreiras do setor da saúde para além das palavras](#)

Autores: Tiago Lopes, Ana Luís, Célia Pereira e Rodolfo Franca (PS)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 383/XII;

Assunto: [Escola Básica Integrada da Horta com interrupção letiva por falta de assistentes operacionais por decisão do Governo](#)

Autores: Ana Luís e Tiago Branco (PS)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 24

Referência: 54.02.07 – N.º 384/XII;

Assunto: [Docentes em regime de itinerância](#)

Autores: Célia Pereira, Rodolfo Franca e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 385/XII;

Assunto: [Compensação dos custos com fuelóleo comprado pela EDA](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 27

Referência: 54.06.00 – N.º 386/XII;

Assunto: [Núcleo de pescas do porto da Madalena, ilha do Pico](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 27

Referência: 54.06.06 – N.º 387/XII;

8 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Apoio à Natalidade](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 16

Referência: 54.09.00 – N.º 346/XII;

Assunto: [Medidas de preservação dos achados arqueológicos no Porto das Pipas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 16

Referência: 54.06.03 – N.º 344/XII;

Assunto: [Dívidas da Região à EDA e à SATA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 303/XII;

Assunto: [Pedido de informação sobre apoios concedidos a candidaturas a Projetos de Interesse Regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 18

Referência: 54.05.00 – N.º 364/XII;

Assunto: [Manutenção e limpeza do areal da Praia de Porto Pim na ilha do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 18

Referência: 54.02.07 – N.º 351/XII;

Assunto: [Energias renováveis na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 18

Referência: 54.02.09 – N.º 356/XII;

Assunto: [Habitats para aves na Ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19

Referência: 54.06.08 – N.º 360/XII;

Assunto: [Procedimentos no Serviço Regional de Saúde e no acompanhamento de pessoas transexuais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 340/XII;

Assunto: [Referenciação e consulta para síndrome Pós-COVID](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 341/XII;

Assunto: [Encerramento de Unidade Cerebrovascular do HDES, EPE](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19

Referência: 54.06.02 – N.º 342/XII;

Assunto: [Atendimento de utentes Surdos no Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 347/XII;

Assunto: [Unidade de Saúde da Ilha do Faial sem direção clínica](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19

Referência: 54.02.07 – N.º 349/XII;

Assunto: [SAP de São Roque e Lajes do Pico sem presença de médicos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 20

Referência: 54.02.06 – N.º 335/XII;

Assunto: [Área protegida de gestão de recursos da Caloura - Ilhéu de Vila Franca do Campo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 20

Referência: 54.09.02 – N.º 343/XII;

Assunto: [Pedido de informação sobre o "Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores"](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 338/XII;

Assunto: [Programa anual de deslocações de profissionais de saúde para 2022](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 337/XII;

9 – Informações:

Assunto: Ofício ref.^a SE_21/22_06, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exposição sobre apoio à promoção da palavra “Açores” aos Clube do Campeonato Nacional da II Divisão em Hóquei em Patins

Proveniência: David Cordeiro Vieira, Presidente da Direção do Marítimo Sport Clube

Data de Entrada: 2022 – 05 – 10;

Assunto: Ofício 65/022/LT, a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que na sequência da suspensão do mandato do Deputado Rui Miguel Mendes Espínola foi eleito Vice-Presidente da Direção do Grupo Parlamentar do PSD o Deputado Paulo Gomes

Proveniência: João Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 05 – 13;

Assunto: AT 827/2022, a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que o Deputado Francisco Coelho passa a substituir o Deputado Francisco César na Comissão Eventual para a Revisão do Regimento da ALRAA

Proveniência: Dora Rosa Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 05 – 13;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que na sua reunião de 12 de maio de 2022, a Comissão Especializada Permanente de Política Geral procedeu à eleição da Secretária da Mesa, tendo a Mesa da Comissão ficado assim constituída: Presidente – Bruno Belo (PSD); Relatora – Elisa Sousa (PSD); Secretária – Maria Isabel Teixeira (PS). Informa ainda que, na sequência da substituição do Deputado

João Vasco Costa pelo Deputada Francisco Coelho, a Subcomissão da Comissão passou a ter a seguinte composição: Presidente -Bruno Belo; Relatora: Elisa Sousa; Secretária: Maria Isabel Teixeira, e os Deputados Berto Messias, Francisco Coelho, Pedro Pinto, Alexandra Manes e Gustavo Alves

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 05 – 16;

Assunto: Ofício ref.^a 53288367, com pedido de autorização para depoimento do Deputado Tiago Alexandre dos Santos Lopes, no âmbito do Proc.º 780/22.2T8PDL, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, Juízo do Trabalho de Ponta Delgada

Proveniência: Pedro Miguel Carrilho de Sousa, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2022 – 05 – 16;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o cancelamento da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XII – “Programa de ordenamento turístico da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Ricardo Madruga da Costa, Chefe de Gabinete do Presidente do Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 18;

Assunto: Correio eletrónico a enviar o documento apresentado no Encontro com os Diretores da Comunicação Social da nossa Diáspora no âmbito da visita da Comunicação Social das Comunidades Açorianas da América do Norte à Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e

Social dos Açores (CESA)

Data de Entrada: 2022 – 05 – 18;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que na sua reunião de 18 de maio de 2022, a Comissão Especializada Permanente de Economia procedeu à alteração da Subcomissão da Comissão ficando assim constituída: Presidente – José Ávila, Relator – Vilson Gomes, Secretário – Paulo Gomes e os Deputados Carlos Silva, António Vasco Viveiros, Rui Martins, Carlos Furtado, Paulo Estevão, José Pacheco, Nuno Barata e Pedro Neves

Proveniência: José Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19;

Assunto: Pedido de prorrogação da suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir do dia 19 de maio de 2022 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 30 dias, das Petições n.º 25/XII – “Manifesto - Juntos pelos Animais”, n.º 26/XII – “Pela não alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, “Medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes” e n.º 27/XII – “Pelos quiosques dos Mosteiros”

Proveniência: José Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19;

Assunto: Ofício 66/022/MS a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que o Sr. Deputado António Vasco Neto Viveiros passa a substituir o Sr. Deputado Flávio da Silva Soares na Comissão de Inquérito à Operacionalização das Agendas Mobilizadoras, com efeitos a partir de 23 de maio de 2022, inclusive

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 05 – 20;

Assunto: Ofício 67/022/LT a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que a Sra. Deputada Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio passa a substituir o Sr. Deputado João Bruto da Costa Machado da Costa na Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, com efeitos a partir de 20 de maio de 2022, inclusive

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 05 – 20;

Assunto: Ofício Ref.^a RPIL035/2022, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento para o período legislativo de junho, de uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, que versará sobre as especificidades da ilha do Corvo

Proveniência: Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa, Representação Parlamentar do IL

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19;

Assunto: Ofício Ref.^a RPIL036/2022, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o objeto da sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, oportunamente requerida,

sobre as especificidades da ilha do Corvo: Desenvolvimento socioeconómico; Transportes e acessibilidades; Investimentos públicos estruturantes

Proveniência: Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa, Representação Parlamentar do IL

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19;

Assunto: Ofício Ref.^a 60 solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA de agendamento, para a Sessão Plenária de junho de 2022, de um Debate de Urgência sobre “Desenvolvimento económico e social da ilha do Corvo”

Proveniência: Paulo Estevão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2022 – 05 – 20;

Assunto: Ofício Ref.^a 61 solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA o cancelamento do agendamento, para a Sessão Plenária de junho de 2022, de um Debate de Urgência sobre “Desenvolvimento económico e social da ilha do Corvo”

Proveniência: Paulo Estevão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2022 – 05 – 23;

Assunto: Ofício ref.^a 1702, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto “Aprovação do Regime Jurídico da Taxa Turística Regional”, apresentado pela Coligação Lagoa Unida (PPD/PSD.CDS-PP.PPM) e aprovado na reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, de 28 de abril de 2022

Proveniência: Cristina de Fátima Silva Calisto, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa

Data de Entrada: 2022 – 05 – 23;

Assunto: Ofício ref.^a 24, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto “Aprovação do Regime Jurídico da Taxa Turística Regional”, apresentado pela Coligação Lagoa Unida (PPD/PSD.CDS-PP.PPM) e aprovado, por unanimidade, na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa, de 28 de abril de 2022

Proveniência: Rodrigo Vasconcelos de Oliveira, Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa

Data de Entrada: 2022 – 05 – 23;

Assunto: Ofício ref.^a 20, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Pesar “Invasão da Ucrânia pela Federação Russa”, apresentado pela Coligação Lagoa Unida (PPD/PSD.CDS-PP.PPM) e aprovado, por unanimidade, na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa, de 28 de abril de 2022

Proveniência: Rodrigo Vasconcelos de Oliveira, Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa

Data de Entrada: 2022 – 05 – 23;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 30 dias, dos Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XII – “Regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público na Região Autónoma dos Açores” e n.º 38/XII – “Regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público na Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: José Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 05 – 24;

Assunto: Ofício ref.^a 3389/2022, a acusar a receção e a informar que a Resolução

n.º 13/2022 – “Isenção de pagamento de contribuições para a Segurança Social no sector agrícola”, foi remetida para o Gabinete da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Proveniência: Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2022 – 05 – 24;

Assunto: Ofício ref.ª 3387/2022, a acusar a receção e a informar que a Resolução n.º 14/2022 – “Instalação do novo cabo submarino de telecomunicações entre os Açores e o Continente”, foi remetida para o Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Proveniência: Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2022 – 05 – 24;

Assunto: Ofício ref.ª 53344252, com pedido de autorização para inquirição do Deputado António Manuel Raposo Lima, no âmbito do Proc.º 780/22.447/22.1T9PDL, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, Juízo do Trabalho de Ponta Delgada

Proveniência: Francisco de Siqueira, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2022 – 05 – 25;

Assunto: Carta a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o envio ao XIII Governo Regional, de uma missiva sobre a Disponibilização de um avião cargueiro capaz de operar nos Açores

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2022 – 05 – 26;

10 – Relatórios:

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 41/XV \(PSD\) - Procede à Criação da Lei das Compras Públicas Circulares e Ecológicas](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 05 – 18;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Tiago Alexandre dos Santos Lopes possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 780/22T8PDL](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 05 – 24;

Assunto: [Sobre a Proposta de Resolução n.º 6/XII \(MESA\) – 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 05 – 25;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 05 – 30;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 7/XV \(ALRAM\) – Pela garantia de um tratamento justo aos cidadãos estrangeiros em Portugal sem título de viagem válido](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 05 – 25;

Assunto: [Sobre a Anteproposta de Lei n.º 10/XII - Décima quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 05 – 25;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 05 – 30;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 46/XV \(PCP\) - Estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário \(oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho\)](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais;

Data de Entrada: 2022 – 05 – 16;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 05 – 30;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 6/XV \(GOV\) - Aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas e transpõe a Diretiva \(UE\) 2018/1972, que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 05 – 17;

Assunto: [Sobre as propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª \(GOV\) - Aprova o Orçamento do Estado para 2022](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 05 – 19;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova a organização e funcionamento do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 05 – 27;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 24/2007/A, de 7 de novembro, que aprova o regime jurídico da atividade apícola e da produção, transformação e comercialização de mel na Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 05 – 27;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da](#)

Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 05 – 30;

11 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.^{os} 58 e 59 e a Separata n.º 20.

O redator, André Silva